

Lucas Gibin Seren

DA REDE ÀS RUAS:

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA INTERNET E SUAS
FERRAMENTAS NA CONTEMPORANEIDADE.



ARARAQUARA – S.P.

2014

LUCAS GIBIN SEREN

DA REDE ÀS RUAS:

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA INTERNET E SUAS FERRAMENTAS NA
CONTEMPORANEIDADE.

Exemplar apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Campus Araraquara, para exame de defesa do doutorado.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre a escola e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Denis Domeneghetti Badia

ARARAQUARA – S.P.

2014

Seren, Lucas Gibin

Da Rede às Ruas: Um estudo sobre a impacto da Internet
e suas ferramentas na Contemporaneidade/ Lucas
Gibin Seren. – 2014

161 f.; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e
Letras (Campus de Araraquara)

Orientador: Denis Domeneghetti Badia

LUCAS GIBIN SEREN

DA REDE ÀS RUAS:

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA INTERNET E SUAS FERRAMENTAS NA CONTEMPORANEIDADE.

Defesa de doutorado, apresentada ao Programa de Pós em Educação da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre a Escola e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Denis Domeneghetti Badia

Data da defesa: 27/08/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.Dr. Denis Domeneghetti Badia.

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp - Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Paula Ramos.

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara

Membro Titular: Profa.Dra. Adriana Mattar Maamari

Centro de Educação e Ciências Humanas - Ufscar

Membro Titular: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp - Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Aparecida do Carmo Frigeri Berchior

Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro

Local: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara.

A todos aqueles que de alguma maneira despertaram
e apoiaram minha paixão pela Educação.

AGRADECIMENTOS

Ao querido professor Denis Domeneghetti Badia, pelo privilégio de tê-lo como orientador. Pelo cuidado e dedicação à minha formação intelectual. Pela confiança e respeito.

À minha companheira e meu amor Thaisa, pela dedicação e paciência neste momento tão importante. Pelo apoio e suporte que tem me dado desde o nosso primeiro abraço.

Aos meus pais e minha irmã pelo amor e apoio incondicional e decisivo para que eu pudesse percorrer a trajetória acadêmica.

“Cardeal que tuitar no conclave será punido com a excomunhão”

(Folha de São Paulo, fevereiro de 2013)

RESUMO

Este trabalho procura compreender o impacto da internet e das redes sociais na contemporaneidade. O estudo perpassa pela história de desenvolvimento da internet, pelo conceito de juventude, traz ainda concepções de educação, capital cultural e pós-modernidade, para facilitar nosso entendimento acerca da relação que os jovens estabelecem com as redes sociais da internet. Por fim, norteados pela metodologia *survey* e análise do discurso, lançamos nosso olhar sobre as imagens mais compartilhadas no Facebook durante os meses de protesto no Brasil em 2013. Observamos que o discurso fotográfico, a ideia de panfletagem e a superficialidade na discussão dos temas são fortes características deste fenômeno social que conseguiu mobilizar milhões de pessoas e deixou toda a sociedade mais atenta às possibilidades que a internet oferece ao mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Internet, Redes Sociais, Contemporaneidade.

ABSTRACT

This work aims to understand the impact of social networks in contemporaneity. The study goes through the history of development of the Internet, the concept of youth, brings also the conceptions of education, cultural capital and post modernity, to facilitate our understanding of the relationship between young people and social networks of the internet. As a final point, guided by the survey methodology and the discourse analysis, we launched our eye on the most shared images on Facebook during the months of protests. We understand that the photographic discourse, the idea of leafleting and superficiality in the discussion of the themes are strong features of this social phenomenon, which was able to mobilize millions of people and has made society more open to discuss the possibilities that the internet offers to the contemporary world.

Keywords: Internet, Social Networks, Contemporaneity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Academia SL	p.74
Figura 2 – Garota SL	p.74
Figura 3 – Homem SL.....	p.75
Figura 4 – Roda de Amigos SL.....	p.75
Figura 5 – Amigas SL.....	p.76
Figura 6 – Espaço de Encontro SL.....	p.76
Figura 7 – Egito.....	p.131
Figura 8 – Polícia e Violência.....	p.143
Figura 9 – Tropa de Choque.....	p.144
Figura 10 – PM o inimigo é outro.....	p.144
Figura 11 – Por favor não me bata.....	p.145
Figura 12 – Dilma e a saúde.....	p.146
Figura 13 – Padrão Fifa.....	p.146
Figura 14 – O Brasil acordou.....	p.147
Figura 15 – José Genoíno e Mensalão.....	p.148
Figura 16 – PEC 37.....	p.149
Figura 17 – A Impunidade é a mãe da corrupção.....	p.149
Figura 18 – Maioridade penal para 16 anos.....	p.150
Figura 19 – Vem pra rua pela saída do Renan.....	p.151
Figura 20 – Ato “Papa, veja como somos tratados”.....	p.151
Figura 21 – PEC 33 e PEC 280.....	p.152
Figura 22 – IPVA.....	p.153
Figura 23 – Segurança Pública.....	p.154
Figura 24 – Ministérios.....	p.155
Figura 25 – Vereador e Assessor.....	p.156
Figura 26 – Professor com salário de vereador.....	p.157
Figura 27 – Vamos mudar Bebedouro.....	p.157
Figura 28 – Prefeitura Municipal de Bebedouro.....	p.158
Figura 29 – Congresso tomado.....	p.159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.13
1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DA REDE.....	p.15
1.1 A modelagem da rede pelo uso.....	p.17
1.2 <i>Copyleft</i> : a cultura da rede.....	p.19
1.2.1 <i>Podcast</i>	p.26
1.2.3 Blogs.....	p.27
1.2.4 Redes “P2P”	p.29
1.2.5 Softwares livres.....	p.30
1.2.6 Flash mobs e smart mobs.....	p.31
2 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E O GOSTO PELA REDE.....	p.38
2.1 Aproximações necessárias.....	p.40
2.2 Os três estados do capital cultural.....	p.44
2.3 A escola e sociedade.....	p.47
2.4 A construção do <i>habitus</i> na sociedade do plural.....	p.52
2.5 Conceito de juventude.....	p.58
2.6 Os jovens e a cultura de massa.....	p.68
2.7 Rumo à massificação.....	p.70
2.8 Repensando a ideia de comunidade.....	p.81
3 REDES SOCIAIS DA INTERNET	p.98
3.1 Atores.....	p.99
3.2 Conexões e interações.....	p.103
3.3 Capital social.....	p.109

4 AS MARCAS DA CONTEMPORANEIDADE: A INTERNET E SUAS POSSIBILIDADES.....	p.116
4.1 As possibilidades.....	p.119
4.2 Do mal-estar da pós-modernidade à instantaneidade das mobilizações sociais.....	p.120
4.3 O Discurso e a imagem pela rede	p.123
4.3.1 O Brasil e a rede.....	p.134
4.4 Da rede para as ruas.....	p.135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.155

INTRODUÇÃO

O que de fato significam esses atos da nova realidade cultural marcados pelo fenômeno da convergência digital? Os novos patrimônios da humanidade se chamam Google e Yahoo? É difícil imaginar uma ação cotidiana qualquer que não esteja em última instância mediada pela internet. Não existe uma transação bancária, por menor que seja, que fique de fora da rede; não há uma notícia relevante que não tome as páginas de *sites* de jornais. Dos meios de comunicação aos mais simples estabelecimentos comerciais, todos possuem sua extensão na internet, sua comunidade e seu espaço de relacionamento virtual.

O interesse pela internet nasceu ainda em nosso trabalho de mestrado. Naquele momento pesquisávamos sobre o gosto musical da juventude, por quais meios os jovens de diferentes classes sociais entravam em contato com suas músicas favoritas e a influência da família dentro do processo de formação do gosto. Este estudo nos permitiu compreender que a internet e suas redes sociais era uma das principais responsáveis pela formação do gosto da juventude.

Assim, ao iniciar esta nova etapa de formação e pesquisa, decidimos nos aprofundar no mundo da internet e as redes sociais, como por exemplo, o facebook, que é utilizado por mais de 60 milhões de pessoas no Brasil. É importante salientar que, além da curiosidade deixada por nossa pesquisa durante o mestrado, um de nossos principais fatores de motivação para este estudo foi o movimento popular organizado por jovens egípcios pela internet que culminou com a derrubada do poder ditatorial de Hosni Mubarak e agitou todo o Oriente Médio num amplo movimento chamado de Primavera Árabe.

Contudo, após uma parte significativa das leituras e discussões já realizadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa, o Brasil também passou por um grande momento de manifestações e protestos entre Junho e Julho de 2013. Estes atos foram marcados pelo papel central da internet e pelas rápidas conquistas alcançadas junto ao Governo Federal e Governos Estaduais.

Estes acontecimentos mudaram os rumos de nossa pesquisa, uma vez que todo o cenário sobre o qual estávamos debruçados apresentou uma grande alteração. Tivemos assim, mais uma amostra da complexidade e volatilidade do mundo contemporâneo que tratamos ao longo deste trabalho. Não poderíamos nos furtar à tentativa de compreensão do potencial da internet e suas ferramentas, fundamentais para este grande movimento popular que, organizado por jovens de maneira

descentralizada pelas redes sociais, invadiu as ruas do Brasil e trouxe à baila discussões importantes para o país.

Portanto, entender o impacto da internet, como ela remodela o cotidiano de seus atores e suas relações com a sociedade são alguns dos objetivos de nossa pesquisa. Este caminho inicia-se pelo levantamento histórico da internet, passa pelas definições do conceito de juventude (pois os jovens foram e ainda são atores decisivos dentro das redes sociais e dos movimentos que dela surgiram), formação do gosto pela rede, educação e culmina na análise sobre as interações nas redes sociais da internet.

Por fim, procuramos ilustrar e entender os recentes fenômenos sociais proporcionados e/ou impulsionados pela presença das redes sociais da internet. Optamos pela metodologia *survey*, já conhecida e por nós utilizada em pesquisas anteriores, assim como a análise do discurso a fim de lançarmos nosso olhar sobre o discurso digital, apresentando as imagens mais compartilhadas no facebook durante o período dos protestos, na tentativa de compreender com mais profundidade o impacto e potencial da internet e suas ferramentas no mundo contemporâneo.

1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DA REDE

A história da internet nos remete à década de 1960. A sua origem é militar, científica e universitária. Foram 40 anos de pesquisa, desenvolvimento e estruturação de uma rede de informações, que chegou ao século XXI fazendo-se imprescindível às relações econômicas e sociais; que redimensiona as distâncias e fronteiras, transformando hábitos, especialmente dos jovens.

Para Castells (2003), a internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação representa hoje o equivalente ao que a eletricidade representou para a Era Industrial, a internet poderia ser comparada, em nossa época, tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir força da informação por todo o domínio da atividade humana. A rede é a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação.

Em comparação à invenção de Gutenberg¹, no ano de 1455, que teve seus efeitos instantâneos e um alcance extraordinário, ao possibilitar uniformidade de textos, rapidez na produção e preços mais baixos, que popularizaram a leitura e a escrita, modificando completamente a cultura da época, gerando transformações sociais e políticas, a internet permitiu acesso a textos, músicas, imagens, vídeos, notícias e pessoas com uma velocidade infinitamente maior. Os efeitos desta nova era são visíveis, discutidos e compartilhados por pesquisadores de diversas partes do mundo, conforme verificaremos neste trabalho mais adiante.

A ideia de uma rede de informações por computadores surgiu em centros de pesquisas militares; passou por um período de incubação em universidades e depois chegou ao uso doméstico (ERCÍLIA, 2001). No auge da Guerra Fria, mais especificamente no ano de 1962, boa parte das verbas para pesquisas eram consumidas em planos de defesa contra a “ameaça soviética”. O objetivo de alcançar superioridade tecnológica e a tentativa de manter uma rede de computadores e suas informações imunes a bombardeios trouxeram à tona em setembro de 1969 uma primeira versão da rede, a Arpanet (*Advanced Research Projects Agency*).

¹ A prensa e a tipografia inventadas por Gutenberg marcaram a passagem da era dos manuscritos para a era do papel impresso. A Bíblia de Gutenberg é considerada a primeira publicação impressa. A comunicação escrita e o modo de transmissão de textos sofreram profundas mudanças com a invenção da imprensa. A quantidade de livros e cópias aumentou significativamente, e o “leitor” passou a ter maior acesso a teorias e conhecimentos, antes restritos aos mestres encarregados de interpretar os manuscritos e repassar seu conteúdo aos discípulos. A leitura e a interpretação passaram a ter um caráter mais individualizado pela famosa prensa de Gutenberg.

A principal meta deste primeiro projeto — tal como definido por seu primeiro diretor, Joseph Licklider, um psicólogo transformado em cientista da computação no MIT (Massachusetts Institute of Technology) — era estimular a pesquisa em computação interativa, ou seja, permitir aos diversos grupos e a centros de pesquisa que trabalhassem juntos ou *on-line*. (CASTELLS, 2003).

Para articular a primeira rede interativa de computadores, os cientistas americanos valeram-se de uma tecnologia revolucionária de transmissão de telecomunicações, a comutação por pacote, desenvolvida independentemente pela *Rand Corporation*, um centro de pesquisa californiano que prestava serviço ao pentágono. Tratava-se, na verdade, de um protocolo, uma espécie de língua falada por todos os computadores, que foi posteriormente batizado de TCP/IP (*transfer control protocol / internet protocol*). É uma coleção de instruções que diz aos computadores conectados à internet como as informações devem ser trocadas, para que outros computadores possam entendê-las. Na comunicação entre computadores, os dados são divididos em pacotes e enviados separadamente por diferentes caminhos; e quando chegam ao destino, o dado, ou mensagem, é novamente montada. (ERCÍLIA, 2001)

Em 1975, a Arpanet foi transferida para a *Defense Communication Agency* (DCA). Assim, a comunicação por computadores disponibilizou-se para diferentes ramos das forças armadas. A DCA criou uma conexão entre várias redes sob seu controle; no entanto, preocupados com brechas de segurança no sistema e vazamentos de dados, o Departamento de Defesa resolveu criar a MILNET, uma rede independente para usos específicos militares. A partir daí, a Arpanet tornou-se Arpa-internet, e foi dedicada à pesquisa. Segundo Castells (2003), em 1984, a *National Science Foundation* (NSF) montou sua própria rede de comunicação entre computadores, a NSFNET e, em 1988, passou a usar a Arpa-internet, com sua estrutura física, por onde passavam os sinais.

Na década de 1990, o Departamento de Defesa decidiu comercializar a tecnologia da internet e financiou fabricantes de computadores dos EUA para incluírem o TCP/IP em seus protocolos. Assim, a maioria dos computadores dos EUA tinha capacidade de entrar em rede, lançando alicerces para a difusão da interconexão de redes. Em 1995, a NSFNET foi extinta e as operações privadas da internet tiveram início.

Ao longo dos anos da década de 1990, uma série de redes de computadores foi criada; no entanto, o programador inglês Tim Bernes-Lee desenvolveu o *software* *www* (*World Wide Web*), que possibilitou a troca de dados entre computadores de todo o mundo e permitia obter e acrescentar informações entre quaisquer computadores conectados por meio da internet. (CASTELLS, 2003)

Em 1995, a empresa Microsoft descobriu a internet e lançou, com grande sucesso, o sistema operacional Windows 95 e seu próprio navegador, o internet Explorer, contribuindo para a popularização da rede em todo o mundo. No fim da década de 1990, milhares de computadores em todo o mundo trocavam informações e mensagens instantâneas em frações de segundos. O projeto que nascera para fins bélicos, dentro do Departamento de Defesa, tornara-se uma livre rede de domínio público, que se expandia dentro dos princípios de uma cultura libertária, e modelava-se de acordo com os interesses de seus usuários.

1.1 A Modelagem da Rede pelo Uso

O maior segredo do sucesso e do crescimento voraz da internet talvez tenha sido a autonomia de sua construção. A liberdade sempre foi característica fundamental deste processo rápido e dinâmico, no qual os usuários são também produtores da tecnologia e artífices da rede. De acordo com Castells (2003), trata-se de uma lição da história da tecnologia, em que os usuários são os principais produtores da tecnologia, adaptando-a a seus usos e valores, acabando por transformá-la. Mas, no caso da internet, há algo especial. O intervalo entre o processo de aprendizagem pelo uso e de produção pelo uso é extraordinariamente abreviado, pois os novos usos da tecnologia assim como as modificações reais nela introduzidas são transmitidos de volta ao mundo inteiro, em tempo real.

O resultado desses acontecimentos é que nos envolvemos em um processo de aprendizagem por meio da produção, em uma dialética intensa entre a difusão e o aperfeiçoamento da tecnologia. Este é o motivo do crescimento da internet em uma velocidade sem precedentes, não apenas no número de redes, mas no âmbito de aplicações. Para que essa sequência ocorra, de acordo com Castells (2003), três condições são necessárias: primeiro, a arquitetura de interconexão deve ser ilimitada, descentralizada, distribuída e multidirecional em sua interatividade; segundo, todos os protocolos de comunicação e suas implementações devem ser abertos, distribuídos e suscetíveis de modificação (embora os criadores de protocolos e implementações para redes conservem a propriedade de parte de seu *software*); terceiro, as instituições de governo da rede devem ser montadas em conformidade com os princípios, enraizados na internet, de abertura e da cooperação.

Sobre este terceiro aspecto (as instituições de governo da internet), referimos-nos a ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*), organização privada e sem fins lucrativos, que foi aprovada em 1998 pelo governo americano, como um meio de substituir a IANA (*Internet Assigned Number Authority*), formada e dirigida pelo mais respeitado cientista da comunidade da internet, Jon Pastel. Pastel atuava como um árbitro global para as atribuições de domínios da Internet, e sua administração era amplamente reconhecida como justa, consciente e neutra. Porém, Pastel morreu em 1998, aos 55 anos; desde então, a ICANN, uma ideia do próprio Pastel, assumiu as funções desempenhadas anteriormente pela IANA: a administração do sistema de nomes de domínio e a alocação espacial de endereços IP, a atribuição de parâmetros de protocolo, a administração do sistema de nomes de domínio, e a administração do sistema de servidores de raiz.

Existe em todo o mundo, e especialmente na Europa, uma forte crítica sobre o domínio americano da ICANN, que se recusou a reconhecer o endereço “.eu”, que se aplicaria a todas as companhias e instituições da União Europeia. Para os representantes europeus, essa seria uma importantíssima marca para denotar companhias europeias que trabalham dentro das normas institucionais estabelecidas pelo bloco. Para Castells (2003), não faltam críticas bem formuladas à falta de verdadeira democracia na ICANN.

No entanto, apesar de todos os conflitos e deficiências, o governo da rede aponta cada vez mais para um caráter global, e a ICANN parece aos poucos transformar-se em uma instituição de cultura mais ampla. Qualquer pessoa com conhecimento técnico pode pleitear a condição de membro. As votações para o conselho administrativo ocorrem por meio de indicações das organizações de apoio do mundo todo, e por votação eletrônica mundial. Isso tem assegurado maior representação global no conselho da ICANN e, portanto, maior liberdade no compartilhamento da tecnologia — uma característica da internet defendida e, até o momento, preservada.

1.2 Copyleft : A Cultura da Rede

Os sistemas tecnológicos, de acordo com Castells (2003), são socialmente produzidos. A produção social é estruturada culturalmente e a internet não é exceção. A cultura dos produtores da internet moldou o meio, e esses produtores foram, ao mesmo tempo, seus primeiros usuários. Contudo, no estágio atual de difusão em que a internet

se encontra é preciso fazer uma distinção entre produtores/usuários e consumidores/usuários:

Por consumidores/usuários refiro-me àqueles cuja prática da Internet é diretamente reintroduzida no sistema tecnológico; os consumidores/usuários, por outro lado, são aqueles beneficiários de aplicações e sistemas que não interagem diretamente com o desenvolvimento da Internet, embora seus usos tenham certamente um efeito agregado sobre a evolução do sistema. (CASTELLS, 2003, p.34)

A cultura da internet é a cultura dos criadores da internet. Entendemos por cultura um complexo conjunto de valores e crenças que formam um determinado comportamento, padrões repetidos por instituições, bem como por organizações sociais informais. Trata-se de uma construção coletiva que transcende preferências individuais, ao mesmo tempo em que influencia as práticas das pessoas no seu âmbito, neste caso, os produtores/usuários da internet. Três camadas hierarquizadas respectivamente caracterizam a cultura da internet. A *cultura tecnomeritocrática* especifica-se como uma cultura *hacker* ao incorporar normas e costumes a redes de cooperação voltadas para projetos tecnológicos. A *cultura comunitária virtual* acrescenta uma dimensão social ao compartilhamento tecnológico, fazendo da internet um meio de interação social seletiva e de integração simbólica. A *cultura empresarial* trabalha ao lado da cultura *hacker*² e da cultura comunitária para difundir práticas da internet em todos os domínios da sociedade como meio de ganhar dinheiro. Juntas, elas contribuem para a ideologia da liberdade, que é amplamente disseminada no mundo da internet.

Essa cultura, porém, não é a cultura fundadora, pois segundo Castells (2003), ela não interage diretamente com o desenvolvimento do sistema tecnológico. Bill Gates e a Microsoft, por exemplo, representam a cultura empresarial, mas eles não foram os criadores da internet em termos tecnológicos. A cultura fundadora nos remete a uma tecnoelite enraizada na tradição acadêmica do exercício da ciência e da reputação por excelência, em que a descoberta tecnológica é o valor supremo, e a relevância e a posição relativa da descoberta dependem do grau de contribuição para o campo como um todo, em um contexto de objetivos de solução de problemas definidos pela comunidade de cientistas.

² É fundamental compreender que, na visão de Castells, assim como para os profissionais da informática, a cultura *hacker* não é exatamente o que a mídia expõe: irresponsáveis e viciados em computador empenhados em quebrar códigos. Os que se comportam dessa maneira são chamados de *crackers*. A cultura *hacker* diz respeito ao conjunto de valores e crenças que emergiu das redes de peritos em programação que interagiam *on-line* em torno de sua colaboração em projetos autonomamente definidos de programação criativa.

De maneira geral, a cultura da internet consiste em uma crença no progresso dos seres humanos através da tecnologia, levado a cabo por comunidades de *hackers* que se caracterizam por uma criatividade tecnológica livre e aberta, na tentativa de reinventarem a sociedade. Trata-se de uma cultura materializada por empresários movidos a dinheiro, para as engrenagens da economia capitalista, que fizeram da internet a espinha dorsal de nossas vidas (CASTELLS, 2003).

Podemos inferir que há uma relação quase contraditória no desenvolvimento da cibercultura³ e de seus produtos. De um lado, a força da classe empresarial, de outro, as comunidades de *hackers* que trocam livremente suas ideias e buscam prioritariamente o desenvolvimento. Segundo Lemos (2004), apesar desses empresários movidos a dinheiro e da forte presença do mercado na internet, muitos pesquisadores defendem a supremacia de um movimento maior em prol da comunidade. Para eles, a cultura da cooperação, da troca e da modificação criativa é infinitamente maior do que interesses capitalistas na rede.

Essa cultura do compartilhamento ganhou o nome genérico de *copyleft*, em oposição à lógica do *copyright* que dominou a dinâmica sociocultural das mídias de massa. O *copyleft* estrutura qualquer dinâmica identitária e cultural, pois, ao instaurar uma cultura planetária da troca e da cooperação, estaria resgatando o que há de mais rico para a dinâmica de qualquer cultura.

A identidade de um povo são as especificidades que emergem de mútuas influências, como a música, a economia, os hábitos alimentares e a literatura. São exemplos concretos de formas de expressões culturais que são, em última instância, fruto do compartilhamento e da apropriação criativa das sucessivas gerações de cada cultura. O *copyleft* e a cibercultura têm possibilitado este movimento de maneira livre e em escala global, contrariando a lógica mercadológica na qual, na maioria das vezes, o compartilhamento de informações, de conhecimento e de novas ideias são mediados pelo dinheiro.

A internet é hoje o foco de irradiação de informação, de conhecimento e de troca de mensagens entre pessoas ao redor do mundo. No entanto, seu grande trunfo vai além da simples possibilidade de troca de informações. O que talvez justifique o fascínio e a tamanha aderência dos indivíduos ao mundo virtual seja a liberação do polo de

³ Termo que define a cultura da rede, conjunto de processos tecnológicos, midiáticos e sociais emergentes a partir da década de 1970, que tem enriquecido a diversidade cultural mundial e proporcionado a emergência de culturas locais em meio ao global supostamente homogeneizante (LEMOS, 2004). A construção de processos coletivos como o compartilhamento de arquivos, músicas e filmes é uma das principais características de cibercultura.

emissão. Ao contrário dos outros meios em que o polo de emissão de informação é controlado e encontra-se na mão de poucos, o ciberespaço caracteriza-se por uma emissão não controlada centralmente, em que todos podem emitir. Esta liberdade de emissão torna-se então mais atraente do que a troca em si e tem transformado diversos segmentos do mercado, como, por exemplo, o mercado fonográfico, que até há pouco tempo era controlado pelas grandes gravadoras.

Sabe-se que as megaempresas da indústria fonográfica (*majors*) Sony, Universal, EMI e Warner têm se preocupado muito com três movimentos que afrontam o monopólio de gravação, divulgação e venda. O primeiro deles é o intercâmbio musical de pessoa para pessoa (*peer to peer*); o segundo movimento é o da famigerada e irreprimível pirataria; e o terceiro é o crescimento de produtoras locais independentes, as chamadas *indies* (SEREN, 2011). As quatro *majors* gravadoras, estremecidas com o avanço das gravações independentes, iniciaram a compra desesperada de catálogos das *indies*, com a intenção de converterem o local em universal. De acordo com Canclini (2003), se comparadas às empresas musicais megalomaniacas, que promovem o casamento da música com qualquer coisa que lhes for lucrativamente positiva (videoclipes, comerciais de TV, marcas de roupa, revistas, etc.)⁴, as gravadoras independentes representam os desenvolvimentos locais ou nacionais da criatividade e dos gostos.

As *indies* encontraram modelos alternativos de divulgação e venda em *sites* da *web* como Myspace e Youtube, que permitiu a elas maior intercâmbio musical e contato imediato com a reação do público. Tal movimento foi possível pelo barateamento de equipamentos musicais de gravação e da divulgação das músicas. Nesses *sites*, o cadastramento e a divulgação das canções são gratuitos e permitem a exposição direta, sem intermediários, dos produtos culturais aos internautas, sujeitos partícipes da cultura consumista, que buscam incessantemente o novo.

⁴ Elvis Aron Presley, nascido em janeiro de 1935 em Memphis e falecido em agosto de 1977, é ainda hoje um dos mais festejados cantores de todos os tempos, recebendo o título mundial de Rei do Rock. Além de cantor, foi famoso ator e exímio dançarino. Após 30 anos de sua morte, Presley ainda é o artista solo detentor do maior número de sucessos nas paradas mundiais. Ele é também o artista que mais lucra na atualidade, com a venda de bonecos, roupas, documentários, discos e livros comercializados pela Corporação Elvis. Mesmo com sua morte, canções foram relançadas em versão *remix*, como *A Little Less Conversation*, canção gravada em 1968 e remixada em 2002 por um DJ holandês, transformando-a em um dos maiores sucessos daquele ano. Nessa versão, a voz de Elvis permaneceu intacta, porém os arranjos foram completamente modificados, resultando em uma música com características eletrônicas e contemporâneas muito consumida pelos jovens. Por isso, tal canção que havia sido trilha sonora de um filme do cantor em 1968, tornou-se novamente trilha de um exitoso filme de Hollywood, *Onze Homens e Um Segredo*, além de ser utilizada como música de fundo para um comercial da Nike, referente à Copa do Mundo de futebol. Elvis Presley foi então redescoberto pelos jovens (SEREN, 2011).

Enfim, essa liberdade de emissão aliada à cultura do compartilhamento, que foi condição imprescindível para a construção e desenvolvimento da internet, acabam por marcar a cultura contemporânea em suas mais diversas manifestações: Facebook e demais redes sociais, *chats*, *blogs*, jogos *on-line*, Wikipédia, além de softwares que permitem o compartilhamento de filmes, músicas, fotos e textos.

Trocar, ligar, religar e compartilhar são o mote atual da cibercultura e dos jovens, que são os atores principais deste meio. Os jovens criaram novas formas de sociabilidade, que têm nas tecnologias digitais um vetor de agregação social:

Muito mais do que um simples fenômeno tecnológico, a cibercultura caracteriza-se por sua dinâmica sócio-comunicacional, em muitos aspectos, inovadora. A cibercultura contemporânea é fruto de influências mútuas, de trabalho cooperativo, de criação e de livre circulação de informação através dos novos dispositivos eletrônicos e telemáticos. É nesse sentido que a cibercultura vai trazer à baila uma cultura baseada na metáfora do *copyleft*. (LEMOS, 2004, p. 16)

Tem-se, portanto, a emergência de novas formas de consumo cultural que estão em circulação virótica na cultura das redes. Canclini (2003) ressalta que as fusões de multimídia e as concentrações de empresas na produção de cultura correspondem, no consumo cultural, à integração do rádio, televisão, música, notícias, livros, revistas e internet. Devido à convergência digital desses meios, são reorganizados os modos de acessos aos bens culturais e às formas de comunicação. Os saberes e o imaginário contemporâneos não se organizam, há pelo menos meio século, em torno de um eixo letrado; nem o livro é o único foco ordenador de conhecimento, trazendo uma grande dificuldade para o campo da educação: encontrar o equilíbrio em uma escola que admita a interação da leitura com a cultura oral e a audiovisual-eletrônica.

Assistimos a um processo de recomposição em escala mundial, ou seja uma nova forma postura diante da cultura, das relações interpessoais e da comunicação. Segundo Canclini (2003), há três décadas não imaginávamos a televisão como uma ameaça à literatura; seria no máximo uma rival do teatro ou do cinema. Contudo, a convergência digital está articulando uma integração multimídia que permite ver e ouvir no celular, nos *tablets*, no *iphone*; áudio, imagem, textos escritos e transmissão de dados, tirar fotos e fazer vídeos, guardá-los, comunicar-se com outras pessoas, e receber as novidades em um instante. Hoje, como sugere o antropólogo Néstor Garcia Canclini, diante dessas fusões e inovações, somos todos leitores-espectadores-internautas; com as trocas,

compartilhamentos e criatividade colocamos em xeque muitos princípios da cultura *copyright* (de massa) do século XX.

Como aponta Adorno (1974), a cultura de massa marcou a esfera e a opinião públicas dos séculos XIX e XX ao se configurar como uma indústria cultural, distribuindo os diversos produtos culturais de forma padronizada, em série, e homogeneamente acessível, protegidos pela propriedade intelectual, como obra inviolável, entenda-se, cópia e circulação não autorizadas. Os *mass media* agem, nesse contexto, como fluxo massivo que difunde os produtos culturais a partir de um polo emissor para uma massa de consumidores (receptores). No entanto, essa emissão controlada e centralizada reduz a uma minoria as vozes de emissão da informação. Ainda que esse controle nunca seja linear ou total, podemos nos limitar a dizer que os *mass media* controlam as fontes de emissão e, assim, massificam gostos e públicos.

A nova cultura *copyleft*, conforme Lemos (2004), provoca rupturas na cultura *copyright* da indústria cultural. Não se trata, porém, de uma substituição, já que ambas formas de produção e de consumo midiáticos vão existir; trata-se da emergência de um princípio em rede que está colocando sinergias em contato, incentivando a troca e a apropriação criativa da informação.

Podemos supor que a cultura de massa não desaparecerá com a cibercultura. Haverá ampliação e complexidade do ambiente midiático contemporâneo; ou seja, uma reconfiguração das esferas midiáticas, socioculturais, políticas e econômicas. A reconfiguração das esferas apresenta, segundo Lemos (2004), a característica da permeabilidade cultural — essência do princípio *copyleft*:

A cibercultura, ao instaurar uma cultura das redes, planetária, convivial, coletiva e colaborativa, pode enriquecer aquilo que temos de mais importante: nossa inteligência e o nosso capital cultural que, entrando em sinergia através das redes telemáticas com outras culturas, poderá fazer identidade de cada um legítima e a globalização um processo de riqueza cultural e de reforço de laços sociais locais. (LEMOS, 2004, p. 20)

As vantagens da cibercultura para o autor são significativas, especialmente pela perspectiva do capital cultural. O contato permitido pela rede pode ampliar o conhecimento daqueles que estão durante horas atrás de uma tela navegando pela internet. Contudo, existem sérias ressalvas sobre estas afirmações e possibilidades. Muitos pensadores, por exemplo, o norte-americano Nicholas Carr (2011), são extremamente pessimistas quanto às maneiras de utilização da rede; que estaria formando uma *geração superficial*.

Esta discussão é a motivação de muitos trabalhos em diversos países que buscam analisar a principal protagonista da rede: a juventude. Como ela tem se apropriado e explorado os recursos oferecidos pela internet? É possível, de fato, que ela amplie assim seu capital cultural? Existem diferenças ou semelhanças na utilização da internet entre jovens de diferentes classes sociais?

Esperamos ao longo deste trabalho contribuir com os pesquisadores que também se debruçam sobre este tema e lançam as questões mencionadas acima. Neste sentido, daremos continuidade em nosso debate sobre a cibercultura e juventude contemporânea, que abordaremos no próximo item.

A cultura *copyleft* permite que a cibercultura seja também enquadrada por alguns como cultura *remix*. Trata-se de uma alusão a cultura do *hip hop*⁵ e de seus *DJs*, que se apropriam de músicas de outros compositores e recriam suas trilhas de maneira livre e criativa reinventando novas sonoridades. Para Lemos (2004), o lema da cibercultura é “a informação quer ser livre”.

Busca-se assim processos para criar e favorecer “inteligências coletivas”. A nova dinâmica técnico-social estabelecida pela rede traz, portanto, não uma novidade, mas uma radicalidade: uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade, na qual, pela primeira vez, todo indivíduo pode, a princípio, emitir e receber informações em tempo real, sob diversos formatos, modulações, para qualquer lugar do planeta e alterar, adicionar e colaborar com “pedaços” de informações criados por outrem.

A fim de entender um pouco mais sobre o espírito que move a complexa cibercultura e prende bilhões de pessoas dentro de ambientes virtuais, promovendo trocas e remixando criativa e livremente tudo o que já existe no mundo concreto, descreveremos a seguir algumas das ferramentas e conceitos utilizados pela cibercultura. No entanto, para explicitarmos estes conceitos e ferramentas da rede, recorreremos não apenas à literatura acadêmica, mas também à Wikipédia, a enciclopédia livre da internet com a qual qualquer um pode contribuir, editando conteúdos livremente. Trata-se de um dos melhores, se não o melhor, exemplo da cultura *copyleft – remix*. A Wikipédia foi fundada em janeiro de 2001 por Jimmy Wales, e é hoje a enciclopédia mais acessada e lida do planeta. Ela possui conteúdo em todas as línguas e é diariamente construída e alterada com a contribuição de centenas de milhares de internautas. Não poderíamos, portanto, trazer à baila estes importantes

⁵ O *Hip hop* que surgiu nos Estados Unidos, na periferia de Nova Iorque no final da década de 1960, era um movimento cultural que promovia a crítica social. O estilo mistura os vocais do rap (fala rápida e ritmada), instrumentação, *DJs* e *beatbox* (produção de sons musicais por meio de tons vocais). (SEREN, 2011, p.139)

conceitos da internet sem verificar sua conceituação construída e compartilhada pelos próprios internautas.

1.2.1 *Podcast*

O *Podcast* surge em 2004 e, segundo a Wikipédia, é o nome dado ao arquivo de áudio digital, frequentemente em formato MP3⁶, publicado por meio de *podcasting* na internet. Também pode se referir à série de episódios de algum programa quanto à forma em que este é distribuído. O nome é um neologismo advindo dos termos “iPod”⁷ e “*broadcasting*” (transmissão ou sistema de disseminação de informação em larga escala, como rádio e televisão). Trata-se de uma programação musical personalizada em que o usuário pode criar sua lista de músicas favoritas e disponibilizá-la através de um *link* para que outros internautas alterem e escutem a programação pela rede, utilizando para isso seu computador ou até um celular conectado à internet.

O *podcast* surge como um novo recurso tecnológico, um canal de comunicação informal de grande utilidade, que permite a transmissão e distribuição de notícias, áudios, vídeos e informações diversas na internet. Contribui para a disseminação da informação de maneira fácil, rápida e gratuita. Para Lemos (2004), não se trata da substituição das rádios FM e AM, mas de uma nova via, um novo nicho. Muitas rádios, como a BBC de Londres, já possuem programas exclusivos em *podcasts* na internet

⁶ A extensão de arquivo mp3 foi assim nomeada para designar os arquivos codificados de acordo com as normas *MPEG-1 Layer III*. Tal arquivo permite comprimir sons, deixando-os até dez vezes menores, para a gravação em um meio físico, mantendo sua alta qualidade. Essa nova tecnologia capaz de promover a alta compressão de arquivos conseguiu facilitar o trânsito da música, primeiramente pela internet. Atualmente, com esse arquivo comprimido, torna-se possível o envio, a troca e a cópia de arquivos de música pela rede. A internet que permitia até então comunicação instantânea, acesso às notícias do mundo todo e transações financeiras, dentre outras facilidades, contornou definitivamente seus meios de atração ao permitir o fácil acesso às músicas, por todo o mundo. (SEREN, 2011, p. 139)

⁷ *Ipod* é uma marca registrada da Apple Inc. e refere-se a uma série de tocadores digitais de mp3 que, diferentemente de outros modelos, possui um disco rígido que permite um grande armazenamento de dados, música e vídeo, enquanto outros se utilizam de memória *flash* (memória de computador desenvolvido na década de 1980 que preserva dados sem necessidade de fonte de alimentação, porém em menor quantidade). Sendo o modelo mais arrojado dos tocadores, alguns modelos do *ipod* permitem ao usuário acessar a internet sem fio, além de contar com milhares de aplicativos, como editores de texto, e uma tela digital que responde ao toque.

para que seus ouvintes possam alterar e personalizar sua programação. Hoje, existem apenas no Brasil mais de 10 milhões de *podcasts*.

1.2.3 Blogs

O termo *blog* é fruto da contração das palavras inglesas *web* e *log*: *web* significa "teia de aranha" e representa a própria rede, e *log* significa "diário" ou "jornal de bordo". A tradução de *blog*, portanto, poderia ser "diário na rede". Trata-se de um espaço virtual autonomamente gerenciado, que permite a publicação de uma espécie de diário pessoal ou, de modo mais geral, de conteúdos de qualquer tipo apresentados em ordem cronológica, do mais recente ao mais antigo, conservados em um arquivo que pode ser consultado a qualquer momento.

A importância e a dimensão que a internet alcança na vida das pessoas fizeram com que muitos indivíduos procurassem maneiras de obter o seu próprio espaço na rede. A vontade de compartilhar fotos, músicas ou opiniões foi o que certamente promoveu o aparecimento dos *blogs*. Participar da rede, até então, não era tarefa fácil, pois isso demandava conhecimento técnico; nem todos dominavam a complexa linguagem exigida para a criação e a atualização de *sites*. Aquele que desejava manter sua página na rede (*homepage*) precisava procurar cursos de construção de página de internet ou contratar um profissional para que o auxiliasse neste processo.

Desse interesse e dessa dificuldade surgiram os *bloggers*: serviços que oferecem ferramentas para que internautas comuns publiquem seus próprios textos na internet, sem a necessidade de ter domínio técnico, de programação ou sobre *softwares*. Qualquer pessoa pode facilmente dispor e passar a emitir seja seu diário pessoal, informações jornalísticas, emissões de áudio (*audioblog*), vídeos (*vlog*) ou fotos (*fotolog*), sejam seus conteúdos de caráter amador, literário, humorístico ou jornalístico.

Segundo o *site* da *blogger*, empresa pioneira da área:

O blog é uma página web atualizada frequentemente, composta por pequenos parágrafos apresentados de forma cronológica. É como uma página de notícias ou um jornal que segue uma linha de tempo com um fato após o outro. O conteúdo e tema dos blogs abrange uma infinidade de assuntos que vão desde diários, piadas, links, notícias, poesia, ideias, fotografias, enfim, tudo que a imaginação do autor permitir.

aumentando a possibilidade de escolha de fontes de informação por parte do cidadão comum.

Para Lemos (2004), o *blog* demonstra ser mais um fenômeno que tem raiz na liberação do polo de emissão e na reconfiguração da indústria midiática e de suas práticas de produção de informação. Segundo o autor, a *blogosfera*, conjunto de *blogs* ao redor do mundo dobra de tamanho a cada seis meses; hoje, a internet possui mais de 200 milhões⁸ de endereços registrados.

1.2.4 Redes “P2P”

As redes *peer to peer* (ponto a ponto) ou P2P são também um fenômeno marcante da cibercultura. Trata-se de um sistema de compartilhamento que possibilita a troca de arquivos de diversos formatos ao redor mundo. O P2P é o resultado da tendência natural do desenvolvimento de engenharia de *software* com a disponibilidade de tecnologia para a criação de redes maiores. A principal característica desta ferramenta é a descentralização das funções convencionais de rede, em que o computador de cada usuário conectado realiza funções de servidor e de cliente ao mesmo tempo.

Segunda a Wikipédia:

Foi na década de 1990 que as redes P2P apareceram com toda a força, quando aplicações como o Napster e o Gnutella⁹ foram desenvolvidas. Cada nó neste tipo de rede é conhecido como *peer* e pode servir com os mesmos direitos de cada *peer* da rede, serve tanto de cliente como de servidor. Os recursos e as informações passaram a ser disponibilizados de forma mundial. Estas redes tinham características, que quantos mais *peers* existissem mais autonomia tinha, e a rede tornava-se mais eficiente e rica em recursos com a comunicação direta que os *peers* tinham. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Peer-to-peer>> Acesso em: 13 abr. 2012).

O P2P tornou a rede ainda mais capilar, pois cada usuário é também fornecedor de informação. As plataformas disponíveis para as trocas obrigam os “clientes” a tornarem-se também fornecedores ao socializar os arquivos disponíveis em seus computadores. Este fenômeno foi responsável pela reconfiguração das indústrias fonográfica e cinematográfica, que, até o momento, buscam se manter pela força bruta, caçando e prendendo usuários destes sistemas.

⁸ Dado disponível na página <http://www.technorati.com>. Acesso em 13/04/2012.

⁹ Napster e Gnutella foram as primeiras plataformas lançadas na internet que utilizavam a tecnologia P2P.

1.2.5 Softwares Livres

Os *softwares* livres ou *softwares* de código aberto são programas de computador distribuídos gratuitamente para utilização e estudo. Está em jogo a criação e o compartilhamento planetário de inteligência para o desenvolvimento de soluções. Estes *softwares* estão reconfigurando a indústria proprietária. Trata-se de recombinações de *softwares* e linhas de códigos de forma aberta, livre e criativa, construindo um dos mais interessantes fenômenos da cibercultura. (LEMOS, 2004)

O Software Livre como movimento organizado teve início em 1983, quando Richard Stallman deu início ao Projeto GNU e, posteriormente, à *Free Software Foundation*.

Software Livre se refere à existência simultânea de quatro tipos de liberdade para os usuários do *software*, definidas pela Free Software Foundation. A primeira consiste na liberdade de se executar o programa para qualquer propósito (liberdade nº 0). A segunda refere-se à liberdade de se estudar como o programa funciona e adaptá-lo às suas necessidades (liberdade nº 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para essa liberdade. A terceira liberdade compreende a redistribuição de cópias de modo que se possa ajudar ao próximo (liberdade nº 2). Por fim, a última liberdade consiste em aperfeiçoar o programa e liberar seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade nº 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para essa liberdade.

Um programa é *software* livre sob a condição de os usuários terem todas essas liberdades. Portanto, todo indivíduo deve ser livre para redistribuir cópias, com ou sem modificações. O Brasil é reconhecido como um dos países que mais tem realizado esforços governamentais para a adoção dos *softwares* livres, tanto pela sua administração direta, como por projetos de inclusão digital.

Nesses programas de código aberto, notamos mais uma vez a força da cibercultura na liberação da emissão e cooperação planetária. A cibercultura tem criado o que vem sendo chamado de *citizen media* (mídias do cidadão), em que cada usuário é estimulado a produzir, distribuir e reciclar conteúdos digitais: textos literários, protestos políticos, matérias jornalísticas, emissões sonoras, filmes caseiros, fotos ou música. Segundo matéria da BBC¹⁰, os indivíduos da *citizen media* disponibilizam na rede suas próprias versões sobre determinados eventos por meio de imagens registradas por suas

¹⁰ Ver <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/4728259.stm>

câmeras portáteis ou mesmo por aparelhos celulares. A internet tem dado voz para a autopublicação e permitido o rápido compartilhamento de maneira nunca antes vista.

1.2.6 Flash Mobs e Smart Mobs

Dentre todos os conceitos acerca da internet abordados até o momento, nenhum é tão novo e impactante quanto às *flash-mobs*. Não se trata de plataformas para troca de arquivos, *softwares* livres ou *blogs*, mas da utilização desses meios para a divulgação de informações visando à mobilização social. Trata-se, segundo a Wikipédia, de aglomerações instantâneas de pessoas em um local público para realizar determinada ação inusitada previamente combinada pela rede.

Para Lemos (2004), as práticas contemporâneas de agregação social estão usando as tecnologias de rede para ações que reúnem muitas pessoas, às vezes multidões, que realizam um ato em conjunto e rapidamente se dispersam. Essas práticas podem ter finalidades artísticas, como uma *performance*, ou ter um objetivo mais engajado, de cunho político-ativista. Esse conjunto de práticas tem sido denominado de *smart mobs*. Trata-se simplesmente do uso de tecnologias da comunicação para formar multidões ou massas com objetivo de uma ação em espaço público das cidades. As primeiras, de caráter hedonista, são as *flash mobs*, mobilizações instantâneas, com o objetivo de enxamear (*swarm*) pessoas para um lugar, e rapidamente provocar a dispersão delas, criando efeito de estupefação no público. As segundas, ativistas, têm por objetivo mobilizar multidões para protesto político em praça pública.

Smart mobs é o termo criado por Rheingold (2002) para descrever as “novas” formas de *swarming*, que usam tecnologias móveis como celulares, com voz e SMS, *pages*, internet sem fio, *blogs*, etc. Os objetivos são os mais diversos. Para ele:

The *smart mobs* consist of people who are able to act in concert even if they don't know each other. The people who make up smart mobs cooperate in ways never before possible because they carry devices that possess both communication and computing capabilities (RHEINGOLD, 2002, p.12).

De acordo com Lemos (2004), casos de *smart mobs* “non sens” (*flash mobs*) e políticas já aconteceram ao redor do mundo. As mais impactantes foram as

manifestações que agregaram pessoas por SMS¹¹ nos protestos antiglobalização, nas Filipinas e, em Madri, no pós-atentado dos trens em 2004. Nesses casos, as trocas de mensagens SMS causaram o deslocamento de uma multidão para protestar, que resultaram na deposição do presidente Estrada, das Filipinas, e na derrota do partido da situação na Espanha. Embora não possamos atribuir as consequências políticas apenas à mobilização por tecnologias móveis, parece ser evidente que estas constituem-se ferramentas importantes de mobilização. O uso é crescente e planetário.

As massas entraram na era da conexão. As *smart mobs* encaixam-se nas definições de massa de Elias Canetti e na visão da revolução das massas de Ortega y Gasset. Devemos rapidamente mostrar essa filiação para não cairmos na visão ingênua de um ineditismo do fenômeno.

A novidade é instrumental, com relação ao uso de tecnologias digitais móveis nas grandes metrópoles contemporâneas. Ortega y Gasset aponta, em obra de fins da década de 1920, para o fato do “advento das massas ao pleno poderio social” (Ortega y Gasset, 1962, p. 59). A questão da multidão interessa ao autor como fenômeno urbano e das sociedades industriais. A frase que segue poderia muito bem expressar o que acontece hoje, na era da conexão: “A multidão, de repente, tornou-se visível, e instalou-se nos lugares preferentes da sociedade. Antes, se existia, passava inadvertida, ocupava o fundo do cenário social; agora adiantou-se até às gambiarras, ela é o personagem principal. Já não há protagonistas: só há côro” (Ortega y Gasset, 1962, p. 62). Mais ainda:

Creio que as inovações políticas dos mais recentes não significam outra coisa senão o império político das massas [...]. Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo aspirações e seus gostos (p. 66).

Elias Canetti, em obra seminal publicada em Hamburgo em 1960, vai traçar uma radiografia das massas que pode nos ajudar a compreender o conceito de “massas inteligentes” proposto por Rheingold. Para Canetti, é pela massa que o homem se libera da fobia do contato e por ela pode ser integrado ao todo. Na massa, o homem se sente *a l'intérieur d'un même corps* (1966, p. 12). Canetti vai mostrar que as massas se constituem basicamente nos tipos “fechada” (limitada, circunscrita, formalista,

¹¹ *Short Message Service*. Trata-se de um serviço disponível em telefones celulares (telemóveis) digitais que permite o envio de mensagens curtas (até 160 caracteres) entre estes equipamentos e entre outros dispositivos de mão (*handhelds*), e até entre telefones fixos (linha-fixa), conhecidas popularmente como mensagens de texto. Este serviço pode ser tarifado ou não, dependendo da operadora de telefonia e do plano associado.

institucional) e “aberta” (que agrega e não para de crescer), cuja formação se dá pela *décharge* (forma de descarga que agrega). É pelo *éclatement* (explosão) que uma massa de tipo fechada pode se configurar como uma massa do tipo aberta. Canetti mostra as quatro propriedades da massa: 1. *Tende sempre a crescer*; 2. *Reina a igualdade*; 3. *Ama a densidade, e*; 4. *Tem necessidade de uma direção*. Essas características levam a uma classificação das massas: 1. *Fechada e aberta (referente à propriedade 1, crescimento e igualdade)*; 2. *Rítmica e estagnante (referentes às propriedades 2 e 3, densidade e direção)*; 3. *Lenta e rápida (refere-se aos objetivos)*.

Não cabe aqui um aprofundamento dessas características. Mesmo assim, podemos observar que o fenômeno das *smart mobs* encaixa-se perfeitamente na dinâmica das massas como analisada por Canetti. Podemos afirmar que as *smart mobs* são fenômenos de massa; caracterizam-se por serem: 1. *Abertas, que tendem a crescer e reina a igualdade (a massa formada é aberta a priori, constituída de indivíduos que não pertencem ao mesmo grupo e que vão exercer o sentimento de igualdade juntando-se)*; 2. *Rítmicas (no movimento da convocação, por SMS, e-mails, blogs, em que “la densité est consciemment structurée par esquivé et rapprochement” (CANETTI, 1966, p. 28) e*; 3. *Rápidas*.

Como afirma Canetti, as massas constituem uma parte essencial da nossa vida moderna. As massas políticas, desportivas, guerrilheiras, que observamos todos os dias, são muito rápidas. São muito diferentes as massas religiosas, além das massas dos peregrinos, cujo objetivo encontra-se na distância (CANETTI, 1966, p. 29). De acordo com este autor, embora o fenômeno seja característico de toda massa, o desenvolvimento atual de novas tecnologias de conexão sem fio nos leva a crer que o uso dessas tecnologias para a formação de massas irá aumentar. O uso das tecnologias digitais ajuda a criar esse perfil e criam a *décharge* necessária à sua formação como massa aberta. Para Canetti, *“Le processus le plus important qui se déroule à l’intérieur de la masse est la décharge. Avant elle, la masse n’existe pas vraiment, c’est la décharge qui la constitue réellement. C’est l’instant où tous ceux qui en font partie se défont de leurs différences et se sentent égaux” (CANETTI, 1966, p. 14)*.

A característica *smart* é questionável, pois seriam as multidões inteligentes? Isso revela certo exagero e um caráter ideológico. A novidade fica por conta das novas tecnologias que permitem uma coordenação em tempo fluido, podendo ajustar lugares e tempos de forma flexível.

Rheingold (2002) nos dirige a atenção a um fenômeno emergente, mas sem muita discussão ou embasamento conceitual. O que caracteriza as *smart mobs* e as diferencia

de outras formações de massa ou multidões é o uso das novas tecnologias móveis sem fio para agregação social no espaço público. As tecnologias são assim instrumentos de *décharge*, de mobilização nas cidades contemporâneas. O termo está associado ao adjetivo *smart*, das *smart tecnologias*, como cartões e outros equipamentos que utilizam dispositivos “inteligentes”. Nesse sentido, jovens utilizam SMS como forma de agregação social para fins diversos. As *smart mobs* estão, pouco a pouco, difundindo-se na vida social a partir da popularização dos telefones celulares e da internet móvel. A era da conexão encontra nessas práticas mais um ponto de ancoragem.

Rheingold (2002) chama a atenção também para as diversas formas de vigilância daí advindas, mas não esconde seu otimismo. O fato é que várias outras formas de mobilização usando as tecnologias da era da conexão surgiram desde então, como os protestos antiglobalização. As práticas de *flash mobs* podem ser consideradas formas de *smart mobs*. A prática de *flash mobs* intensificou-se fortemente em 2003, mas regrediu em 2004, e reacendeu em 2010. Diversas instituições estão utilizando essa prática como forma de promoção de eventos em lugares públicos¹².

Flash mobs, conforme dito anteriormente, são manifestações-relâmpago, na qual pessoas que não se conhecem marcam, via rede (*blogs*, celular com uso de voz e SMS), locais públicos para se reunirem e se dispersarem em seguida, causando estranheza e perplexidade aos que passam. As *flash mobs* começaram em Nova York e se espalharam pelo mundo. Cidades como Amsterdã, Berlim, Boston, Budapeste, Chicago, Londres, Melbourne, Oslo, Roma, São Francisco e Zurique assistiram a essa nova prática.

No Brasil, as *flash mobs* foram organizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, além de outras capitais. Trata-se de um movimento mais próximo das *performances* e *happenings* do que da mobilização política tradicional¹³. Como toda *smart mob*, as *flash mobs* colocam em sinergia o espaço virtual das redes telemáticas e os espaços concretos da cidade; da mesma forma que uma nova prática de jogos, os *wireless games*, utilizam as tecnologias móveis para jogos no espaço físico das cidades. A rede é espaço de organização, e a rua, espaço de encontro, de jogo. A utilização de

¹² Empresas globais — como a Peugeot, T mobile, TAP, entre outras — têm divulgado suas marcas de forma diferente. Em vez de pagarem milhões por uma campanha e anúncio no horário nobre, elas estão investindo em ações que causam impacto nas pessoas que passam pelo local marcado no momento da ação. Essas pessoas acabam por fazer o trabalho de divulgar o que está se passando ali para o mundo inteiro através de seus celulares, *smartphones*, vídeos, fotos, etc.

Sobre as *flash mobs* de caráter político, trataremos mais adiante, uma vez que este será o foco principal de nosso trabalho, o impacto da rede nas manifestações políticas de 2013.

tecnologias móveis é fundamental para a organização dos eventos. Na África, por exemplo, SMSs foram usadas para uma petição sobre direito de mulheres.

A era da conexão, segundo Lemos (2004), parece estar colocando em sinergia espaço virtual, espaço urbano e mobilidade. Depois de séculos de esvaziamento do debate político no espaço público, esse fenômeno mostra o desgaste das atividades políticas clássicas e a emergência de novas formas micropolíticas de ação. As *mobs*, por serem reuniões de pessoas em torno de uma *performance* sem caráter político ou com caráter político explícito, revelam, por assim dizer, sua mais radical dimensão social. Ativismo global, hedonismo, micropolítica e *nonsense*, marcas da pós-modernidade, são evidentes.

O vitalismo social em torno das *mobs* mostra essa vontade de conexão para além de uma vida política institucionalizada. No caso das *flash mobs*, o movimento é apolítico e de apelo, estranhamente, à suspensão do espaço-tempo da vida cotidiana. Como escreve Zygmunt Bauman (2001) sobre a “modernidade líquida”, trata-se de amansar o inesperado para que se torne um entretenimento. No caso das *mobs* políticas, o objetivo é usar práticas de *swarming* (“enxameamento”, agregação e dispersão rápida) e *netwar* (práticas de rede de guerra) para mudanças sociopolíticas nas cidades.

Diversas pesquisas científicas, matérias e artigos jornalísticos têm apontado a apatia política entre os mais jovens, cuja participação no jogo político clássico (manifestações, aderência a partidos políticos, e mesmo a ação do voto) torna-se cada vez mais escassa. As *smart mobs* revelam duas dimensões interessantes: política e hedonista. As *flash*, por serem apolíticas, hedonistas, tribais e efêmeras são mais um exemplo das diversas formas de sociabilidade contemporâneas típicas da cibercultura, como os *chats*, os diários pessoais, os jogos, os grupos de discussão. A dimensão política aponta para mobilizações rápidas com o uso de tecnologias móveis para agregação usadas com o intuito de escapar do controle e da vigilância policial. Em ambas as ações, trata-se de uma lógica de uso dessas tecnologias, que pressupõe apropriação e uso social para a ação (LEMOS, 2004). As *mobs* colocam-se no centro do debate, bastante atual, a respeito das reconfigurações do espaço urbano a partir das diversas práticas nascidas com as novas tecnologias de comunicação e de informação. As ferramentas celulares, *pages*, *notebooks* e *palm*s instauram um nomadismo eletrônico em meio ao espaço urbano de aço e concreto.

Em meio ao individualismo e a formas de privatização do espaço público e publicização dos espaços privados da contemporaneidade, os espaços coletivos das cidades estão desaparecendo enquanto lócus de sociabilidade. Cidades como *Los*

Angeles, São Paulo ou Brasília, por exemplo, carecem desses espaços. O surgimento do ciberespaço agravou esse esvaziamento ao estabelecer uma possível substituição do espaço real pelo espaço virtual das redes telemáticas. Embora fictícia, essa separação é retomada pelos mais diversos analistas. O importante não é ter uma praça, que é um espaço público, abandonada; o objetivo de todo espaço público é ser público e coletivo. Hoje, urbanistas esforçam-se para criar espaços coletivos em meio a espaços públicos. As *mobs* podem auxiliar esse processo e parecem ser um sintoma do esvaziamento dos espaços públicos contemporâneos. Elas são formas de apropriação social dos espaços telemáticos e dos espaços físicos das metrópoles. O que está em jogo nesta era da conexão é atingir o centro nervoso do espaço-tempo do cotidiano, como uma irrupção que quebra o ritmo e introduz estranhamento, é criar uma verdadeira hierofania em pleno espaço profano do urbano, uma hierofania eletrônica na era da conexão.

Essas relações com a rede certamente dependerão em boa parte das experiências vividas, do capital social e da cultural de cada sujeito. Ainda que o espaço casa seja montado para a socialização com o mínimo de deslocamento — por meio de máquinas e de informação, pelas quais contratamos serviços e conhecemos o mundo — a família e a escola irão sempre pesar na formação e nos interesses de cada indivíduo, e na maneira como cada um lança sua rede de relações pelo mundo. No momento, averiguaremos as relações entre juventude, capital cultural, redes sociais e internet, a fim de compreender a dinâmica do cenário contemporâneo e o papel das instituições sociais – família e escola – nesta realidade. Porém, antes de abordarmos o mundo da juventude, entender e acompanhar a maneira como os jovens se relacionam com e através da rede, discutiremos a educação e a formação do *habitus* dos indivíduos; para posteriormente podermos traçar relações mais profícuas acerca deste fenômeno chamado internet.

2 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E O GOSTO PELA REDE

A formação adquirida ao longo da graduação e do mestrado, fez com que a preocupação com a educação e o ambiente escolar estivessem sempre presentes em nossas discussões. Assim, analisar o impacto da internet e suas ferramentas na sociedade contemporânea, traz, em nosso ponto de vista, a necessidade de abordarmos a questão escolar neste trabalho.

Segundo pesquisa realizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Opiniões Públicas e Estatísticas (IBOPE)¹⁴, o Brasil possui mais de 105 milhões de internautas, sendo o quinto mais conectado do mundo. A maior parte destes usuários regulares, que acessam diariamente a rede e atuam como atores decisivos em seu funcionamento, são jovens e freqüentam as cadeiras de escolas e universidades públicas e privadas. Por isso, neste capítulo, nos debruçaremos sobre a juventude e a educação.

Pensar as práticas culturais na presente pesquisa, mais especificamente, pensar sobre a utilização da rede entre jovens de classes distintas, estreitou relações com a teoria desenvolvida pela escola francesa de pensamento sociológico, em particular, com as obras capitais de Pierre Bourdieu.

O autor apresenta ao longo de sua produção acadêmica uma preocupação sistematizada com a relação entre gosto e as diferentes classes sociais. Ainda que algumas preferências culturais, como podemos facilmente intuir, perpassem a atuação da indústria cultural, não desenvolveremos aqui o caminho possível da Escola de Frankfurt, uma vez que, no arcabouço teórico bourdieusiano, a ênfase nas pesquisas sobre a influência dos veículos midiáticos transfere-se para o polo dos consumidores.

Entenderemos a atuação da indústria cultural como um sistema possuidor de uma dinâmica ideológica e manipuladora da técnica e da mensagem veiculada pela mídia, responsável pela transformação de bens culturais em mercadoria. Para a teoria bourdieusiana, a demanda interpretativa não repousa sobre a força e sobre o caráter manipulador do polo da produção cultural, mas sobre a perspectiva de uma interação entre consumidores e bens culturais, mediados pelo capital escolar e o capital cultural. (SEREN, 2011)

Bourdieu (2007) oferece-nos um quadro mais amplo de análise, mais pertinente e conexo com a proposta aqui trabalhada. Segundo o autor, o olhar lançado para as obras culturais pelo espectador:

¹⁴ Disponível em <http://tobeguarany.com/internet-no-brasil/>. Acesso em 01/05/2014.

[...] é um produto da história reproduzido pela educação. Eis o que se passa em relação ao modo de percepção artística que se impõe, atualmente, como legítima, ou seja, a disposição estética como capacidade de considerar em si mesmas e por elas mesmas, em sua forma e não em sua função, não só as obras designadas por essa apreensão, isto é, as obras de arte legítimas, mas todas as coisas do mundo, tanto as obras culturais que ainda não foram consagradas – como, em determinado momento, as artes primitivas ou, hoje em dia, a fotografia popular ou o *kitsch* -, quanto os objetos naturais. O olhar “puro” é uma invenção histórica correlata da aparição de um campo de produção artística autônomo, ou seja, capaz de impor suas próprias normas, tanto na produção, quanto no consumo de seus produtos. (p. 10-11)

E ainda:

[...] os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. Neste sentido, deve-se trabalhar antes de tudo, para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto; [...] a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (frequência dos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução [...]. (p. 9)

Fica evidente a preocupação de Bourdieu com a relação legítima entre os indivíduos e a cultura. Percebe-se que esta dependerá de fatores que vão além da imposição de produtos culturais pela mídia. O autor não tonifica descrições acerca da racionalidade técnica que envolve a produção de mercadorias culturais, mas dá especial importância aos desdobramentos efetivos dessas práticas culturais em diferentes classes sociais.

2.1 Aproximações Necessárias

Reconhecer que habitamos uma sociedade multicultural não significa aceitar apenas as diferenças étnicas, raciais ou de gênero; significa também aceitar que, em nossas sociedades, convivem hoje a cultura letrada, a cultura oral e a cultura

audiovisual. Essas três culturas supõem diferentes modos de ver, pensar, compreender, sentir e viver.

Vivemos num momento crucial de redefinição e transformação do papel das instituições de ensino na cultura contemporânea. Redefinição que surge do confronto e da aliança do ensino com as tecnologias da comunicação: a televisão, o vídeo, passando pelas redes eletrônicas, como a Internet.

Hoje, o acesso à informação, pelo menos para uma certa classe social, torna-se cada vez mais fácil e diversificado. Experimentamos uma precipitação, uma aceleração, um aumento na velocidade de circulação das informações. Não podemos deixar de observar que, no contexto brasileiro essa mudança se dá de maneira heterogênea, a partir de realidades distintas. De um lado uma população cuja cultura, educação e informação são basicamente orais e audiovisuais e que tem um acesso restrito à informação. De outro lado, uma elite, econômica, cultural, que sofre não pela falta de informação, mas pelo excesso, pela impossibilidade de decodificar e assimilar a quantidade de dados que recebe.

Em relação às classes menos privilegiadas a disseminação da informação se dá quase que exclusivamente através do rádio e televisão, mídias populares que atingem diretamente essas classes. Temos aqui uma cultura oral e audiovisual que vem substituindo a formação escolar clássica, letrada. Essa informação oral/audiovisual está plugando uma massa de analfabetos ou “oralistas” a um sistema de informação fragmentado e complexo, vivo, que pode ser, ao mesmo tempo, muito sofisticado e limitado. Hoje, segmentos inteiros da sociedade têm no rádio, nas narrativas radiofônicas e no audiovisual, nas informações vindas da TV, no folhetim eletrônico, a sua fonte principal de educação e formação.

A palavra analfabetismo, que designa o contingente de pessoas que não dominam a cultura letrada, não parece um bom conceito para expressar a falta de domínio da cultura midiática, oral e audiovisual, que forma toda uma parte da nossa população.

As rádios comunitárias, os trabalhos com vídeo e televisão junto a essas populações não-letradas têm apontado para uma realidade aparentemente paradoxal: a existência de populações e comunidades inteiras inseridas na cultura midiática, oral e audiovisual, formados, informados e deformados por essa cultura midiática, os não letrados da era da informação. Populações que podem chegar a um nível sofisticado de elaboração dessas informações recebidas pela mídia, às populações não-letradas, quanto de uma forma mais ampla, no contexto da cultura letrada mais sofisticada, como

é o ambiente universitário. Podemos inferir, portanto, que hoje, tão grave quanto a falta de informação, é o excesso de informações, o excesso de informações descontextualizadas, excesso de informações fragmentadas e que não se pode ou não se consegue concatenar, ou dar sentido, e que atinge de forma diferenciada desde a população mais carente até os setores mais privilegiados da sociedade.

A cultura midiática é hoje a base comum que forma desde o jovem marginalizado na mais pobre periferia ao jovem universitário que entrou para um curso superior. De certa forma, poderíamos dizer que a mídia toma para si as funções que já foram da escola, dos educadores e da própria universidade e tem um papel, gostemos ou não, decisivo na formação dessas novas gerações.

Com uma linguagem sedutora e veloz, essa cultura midiática impõe novos condicionamentos e formas de percepção e conhecimento. A questão é saber como a escola e a universidade se relacionam com esse novo cenário, sabendo do descompasso da educação frente a essa nova realidade.

O vínculo entre a escola e a cultura de massa pode ser definido, no mínimo, como complexo. É possível que a escola redefina sua relação com a cultura? É possível que a escola sirva de veículo de interpretação da cultura e de mútua potencialização? Como a escola deve interiorizar e reagir às novas formas de comunicação e de relações humanas com o advento da internet? Como a escola deve entender e trabalhar a cultura popular diante do fenômeno globalização?

Aproximar a cultura de massa e a escola não é um tema menor. O acesso à cultura desde a escola permite que os alunos entendam quem são, como se definem socialmente e como funciona a sociedade em que vivem. Hoje a escola é um local de convergência da juventude; contudo, os conteúdos escolares, ao valorizarem a técnica, deixam uma importante lacuna para o indivíduo. O acesso à cultura se dá pelos meios de comunicação em massa, e a identidade da juventude e de toda uma sociedade é construída com horas e horas diárias em frente ao computador, navegando nas redes sociais.

No mundo contemporâneo é preciso reivindicar o acesso ao capital cultural. A cultura é o manual que ajuda o indivíduo a entender e a viver em sociedade. A cultura é uma maneira de posicionar-se frente ao mundo, frente aos demais e a si mesmo. Permite entender a sociedade de outras maneiras e pensar o lugar que cada um ocupa dentro dela.

A escola e a cultura midiática parecem habitar dois mundos muito diferentes. Parecem reger-se por lógicas distintas; para muitos, são como dois universos quase

antagônicos. A escola é regida pela palavra, enquanto a cultura de massa é regida pela imagem e pela música. A escola prepara os alunos para a via da razão e a cultura popular se baseia na via da emoção. A cultura de massa concentra sua força na capacidade de seduzir e a escola na capacidade de argumentar. A juventude vive, portanto, em uma intensa relação com esferas antagônicas e se constrói e reconstrói a partir delas.

Entendemos a escola como um espaço de sociabilidade, que congrega os múltiplos segmentos da sociedade. Nesse espaço, reflexões, motivações e valores convergem-se para desenvolverem o processo de socialização do saber. Esse processo é fruto de uma síntese de saberes adquiridos, instituídos e legitimados historicamente pela humanidade. Ao selecionar e legitimar seus paradigmas, a escola elege o conhecimento sistematizado a ser preservado.

Por se tratar de um espaço de (re)produção da cultura por meio da educação sistemática, desenvolveremos neste ponto do trabalho, paralelamente, os conceitos de cultura e educação; uma vez que é metodologicamente inadequado dissociarmos esses dois campos dentro do referencial adotado, no qual o gosto legítimo, ou seja, o gosto pelas obras legítimas, cresce com o nível escolar, para alcançar a frequência mais elevada nas frações da classe dominante mais rica em capital escolar (Bourdieu, 2007).

Bourdieu destaca-se no campo da sociologia da educação ao formular, a partir dos anos 1960, uma resposta original, abrangente e bem fundamentada, teórica e empiricamente, para o problema das desigualdades escolares. A visão otimista, de inspiração funcionalista, que atribuía à escolarização a possibilidade de equilíbrio social, bem como os vislumbres de superação do atraso econômico pela via da escola e o conceito de meritocracia, como via de ascensão à igualdade dos cidadãos, são categorias rompidas por ele.

Uma retrospectiva da formulação do paradigma do conflito bourdieusiano permite-nos identificar como esses conceitos foram construídos a partir da superação do paradigma do consenso de Durkheim. Este, em seus escritos sobre educação, apoia-se em um paradigma do consenso, uma vez que concebe a sociedade como um todo composto por grupos sociais unidos por valores comuns, em harmonia espontânea. Nesse panorama, a educação configura-se como elemento basal para a integração social. A educação, para Durkheim (1978), será tão somente um fato social, ou seja, uma maneira de agir e pensar caracterizada por sua possibilidade de influência coercitiva sobre os indivíduos; assume práticas independentes de manifestações e de vontades expressas nas instâncias individuais.

Outro ponto central dentro do pensamento funcionalista durkheiminiano é a teoria das aptidões. A partir dela, a função da escola consiste em eleger os indivíduos talentosos; separar os “homens de sensibilidade”, propensos ao trabalho intelectual, dos “homens de ação”, propensos ao trabalho físico-material.

Como nos alerta Muzzeti (1999), será apenas no início da década de 1950 e ao longo dos anos 1960 que a Sociologia da Educação passa a consubstanciar-se nomeadamente como um dos mais importantes ramos de pesquisa da sociologia. Contrariamente ao cenário político-histórico francês da época de Durkheim, o ideário que movia a educação naquele momento era o da luta contra as desigualdades sociais, por meio da democratização do ensino.

Somente no fim da década de 1960 e no início da década de 1970 se percebeu que apenas a expansão do sistema escolar não era condição primeira para o beneficiamento generalizado dos educandos. A partir de então, inicia-se o vigoroso confronto teórico com o ideário da escola libertadora, da democratização do ensino e da equidade de oportunidades. Nesse contexto, Bourdieu formulará suas perspectivas teóricas.

Conforme Bourdieu, é necessário encontrarmos as causas das desigualdades escolares para além dos muros da escola. As verdadeiras causas encontram-se na esfera sociocultural, não nas esferas pedagógica ou psíquica. O autor nega cabalmente as explicações sedimentadas no dom e no talento.

Bourdieu apresenta um quadro de inversão total de tais perspectivas, à medida que a educação perde seu papel de instância transformadora e democratizadora, que lhe fora atribuído; passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Para Bourdieu (1998):

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom tratado como dom natural. (p. 41)

O autor entende a escola como cenário supremo de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais, não uma instituição potencializadora de igualdade de oportunidades e de justiça social. Ao observar contemporaneamente nossa sociedade, bem como suas estruturas educacionais, torna-se clara a pertinência da sociologia da reprodução de Bourdieu.

Entretanto, analisar o espaço escolar e suas práticas é insuficiente para retratar de maneira satisfatória e coerente a formação cultural de um indivíduo, seus hábitos e gostos. Não podemos adotar a educação formal como o único meio de acesso à relação legítima com a cultura. A herança familiar apresenta-se de maneira decisória dentro do processo de escolarização e da relação do indivíduo com a cultura.

2.2 Os Três Estados do Capital Cultural

Como afirmamos, desenvolveremos paralelamente os conceitos de educação e cultura, pois entendemos que ambos estão em consonância e afluem para um ponto comum. É a partir do capital cultural¹⁵ que Bourdieu analisa o desenvolvimento do processo escolar. A sociologia da educação desse estudioso caracteriza-se pela diminuição do peso do fator econômico em relação ao peso do fator cultural para a explicação das desigualdades escolares.

O capital cultural pode existir sob três formas: o estado incorporado, o estado objetivado e o estado institucionalizado.

O estado incorporado acontece sob a forma de disposições duráveis do organismo e tem como principais elementos constitutivos: os gostos, o domínio maior ou menor da língua culta e as informações a respeito do mundo escolar:

Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do “sujeito” sobre si mesmo (fala-se em “cultivar-se”). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se faz corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital “pessoal” não pode ser transmitido instantaneamente (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. (BOURDIEU, 1998, p. 74-75)

O capital cultural no seu estado incorporado constitui, assim, a herança familiar que atua de forma mais marcante na definição do futuro escolar dos descendentes, uma vez que as referências culturais — os conhecimentos considerados apropriados e legítimos — facilitam o aprendizado dos conteúdos e dos códigos escolares. (SEREN, 2011)

¹⁵ A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das “aptidões” naturais, quanto às teorias do capital humano. (BOURDIEU, 1998, p. 73)

No estado objetivado, o capital cultural acontece por meio de bens culturais: pinturas, livros, esculturas, etc. Esse capital cultural objetivado é transmissível em sua materialidade, “mas o que é transmissível é a propriedade jurídica e não (ou não necessariamente) o que constitui a condição da apropriação específica” (BOURDIEU, 1998, p. 77), isto é, a posse de instrumentos que permitam desfrutar de uma pintura ou de um livro.

O estado institucionalizado, por sua vez, representa o capital cultural sob a forma de títulos escolares. Nas palavras de Bourdieu (1998), o capital institucionalizado permite estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, que garante um valor em dinheiro de determinado capital cultural. Esse capital cultural, garantido pelo diploma, pode ser trocado no mercado de trabalho. É relevante destacar que o diploma serve como base de comparação, e o reconhecimento de determinado certificado escolar depende do prestígio da instituição onde ele foi conseguido. Podemos inferir que o grau de investimento na carreira escolar está vinculado ao retorno provável que se pode obter pelo título escolar no mercado de trabalho. A objetivação do capital cultural sob a forma de diploma torna-se, assim, um grande mote de diferenciação entre as classes e a respectiva legitimidade de suas relações com a cultura.

Não é difícil imaginar quais são as instituições de prestígio de nossa sociedade e quem são os detentores de seus certificados. Segundo Bourdieu (1998):

Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais de um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem de classe média. (p. 41)

Para o autor, essa eliminação contínua das crianças desfavorecidas é justamente o fruto da ação do privilégio cultural de determinadas classes em detrimento de outras. O capital cultural incorporado é fundamental para a diferenciação do processo escolar:

[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 1998, p. 41-42)

Temos assim um ciclo vicioso latente inserido no regime de distribuição de diplomas e da democratização da cultura, cujo acesso é restrito aos detentores dos capitais econômico e cultural. A escola garante, segundo Bourdieu, a reprodução dessa realidade, quando deveria fornecer meios para a negação e posteriormente para a superação desse quadro.

Em síntese, a herança cultural que cada família transmite é constituída pelo capital cultural e pelos *ethos*, que se diferem em cada grupo social. Essa herança será construída por um conjunto de saberes, informações, códigos linguísticos; mas também por atitudes, disposições e posturas que, na concepção bourdieusiana, influenciarão diretamente os êxitos escolares. As desigualdades escolares são, dessa maneira, oriundas das diferentes heranças culturais dos agentes.

2.3 A escola e a sociedade

No prefácio de *A Reprodução*, Bourdieu (1992) aponta a necessidade de compreensão “das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes” (p. 11). Essa compreensão se apresenta como um princípio de inteligibilidade, que orienta toda a reflexão de Bourdieu sobre a escola. A escola e seu trabalho pedagógico só podem ser compreendidos, na perspectiva desse pensador, quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. Para Nogueira e Nogueira (2002), a escola não seria para Bourdieu uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avaliaria os alunos a partir de um critério universalista, mas, ao contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

Bourdieu se aproxima de uma concepção antropológica de cultura na qual uma cultura não pode ser objetivamente definida como superior a qualquer outra. Os valores culturais que orientam cada grupo, comportamentos e atitudes, independem de regras ou leis gerais; portanto, são arbitrários. No entanto, o condicionamento da visão de mundo pela cultura faz com que esses valores, apesar de arbitrários, sejam vividos como os únicos possíveis e únicos legítimos. É o posicionamento da escola diante da cultura. Essa cultura é consagrada e transmitida pela escola, mas não deveria ser objetivamente superior a nenhuma outra, pois o valor que lhe é dado seria arbitrário, mas transforma-se em legítima.

A passagem do arbítrio cultural para a cultura legítima só pode ser compreendida quando se considera a relação entre os vários arbítrios em uma determinada sociedade

e as relações de força entre os grupos ou classes sociais presentes nela, conforme salienta Nogueira e Nogueira (2002).

Em nossa sociedade, caracterizada pela existência de classes distintas, a capacidade de legitimação de um arbítrio cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. Os valores arbitrários capazes de se imporem como cultura legítima seriam aqueles sustentados pela classe dominante. Para Bourdieu, a cultura escolar, socialmente legitimada, seria a cultura imposta pelas classes dominantes.

Assim, Bourdieu elabora o conceito de violência simbólica e o define, justamente como movimento de imposição de uma cultura específica, como legítima:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 19)

A legitimidade da instituição escolar e da sua ação pedagógica só pode ser garantida, portanto, à medida que o caráter arbitrário e socialmente imposto pela cultura escolar é dissimulado, isto é, apesar de arbitrária e socialmente vinculada a uma classe, a cultura escolar, para ser legitimada, deveria ser apresentada como uma cultura neutra, não vinculada a nenhuma classe social.

Sendo reconhecida como portadora de um discurso socialmente neutro e legítimo, a escola, como nos aponta Bourdieu, pode exercer suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Os alunos reconhecem seus professores como uma autoridade, mas também legitimam e reproduzem os conteúdos que por eles são transmitidos.

Essa dissimulação formalizada trata de modo igual, na esfera pública dos direitos e deveres, quem é tratado de maneira diferente na esfera privada. Segundo Nogueira e Nogueira (2002), a escola privilegia aquele que, por sua bagagem familiar, já é privilegiado:

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU *apud* NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 29)

Na perspectiva bourdieusiana, a comunicação pedagógica, assim como qualquer comunicação cultural, exige, para sua plena compreensão e assimilação, que os receptores estejam familiarizados com os códigos utilizados por ela. Portanto, para os alunos de classes dominantes, a cultura escolar seria sua própria cultura, ainda que sistematizada, enquanto para os demais, a cultura escolar seria uma cultura estranha a ser decifrada. O reconhecimento da superioridade e da legitimidade da cultura dominante pelas camadas dominadas torna-se, para Bourdieu, o maior efeito da violência simbólica, visto que esse reconhecimento traz como consequência a desvalorização do saber tradicional. Exemplarmente, observamos o detrimento da arte e da linguagem populares em favor do saber social e normativamente legitimado.

Assim, o sistema escolar reproduz duas relações distintas e equidistantes entre cultura e saber: um modo valorizado, representado pelo aluno brilhante e talentoso, e um modo desvalorizado, que se caracteriza pela figura do aluno esforçado, que busca uma aproximação maior com a cultura legítima. A escola, segundo Bourdieu, cobra muito mais do que o domínio de conteúdos: uma destreza verbal e um polimento no trato com o saber e a cultura. Apenas os indivíduos possuidores de um laço estreito com a cultura dominante podem oferecê-los.

Tal trato com o saber e com a cultura não é reconhecido pela escola como algo socialmente herdado, mas a manifestação de um dom, uma vocação natural para as atividades intelectuais. Cumpre-se, dessa forma, a reprodução de uma verdade dissimulada – a produção perversa de um fracasso escolar dos alunos das classes sociais dominadas, que são avaliados e julgados por habilidades que seriam naturais.

Essa realidade de apropriação da cultura escolar dissimulada, somada a outros mecanismos presentes em nossa sociedade produz, dentro das classes mais pobres, a inclusão de jovens de forma degradada, conforme nos mostra Correa (2008):

[...] um grupo para qual a escola, ainda que democrática, e o ensino, ainda que massificado, restam inacessíveis. E quando adentram o espaço escolar, este não se constitui um espaço significativo de aprendizado e sociabilidade. (p. 10)

A dificuldade de assimilação pelas classes mais desfavorecidas da cultura imposta como legítima provoca desinteresse, e tem como consequência o fracasso escolar daqueles que já não reconhecem a educação como uma possibilidade de mudança efetiva. “A certificação escolar não encerra os sentidos e significados depositados nela” (CORREA, 2008, p.11). O pensamento desenvolvido por Bourdieu, o

qual apresenta uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares, revela que as posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes a grupos socialmente dominantes.

A aquisição dos códigos escolares, que constituem a cultura e toda sua simbologia, reforça um *habitus* de classe, uma matriz determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar nas mais variadas situações, e agir. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos. Trata-se de um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas:

[...] o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e esses produtos (gosto¹⁶), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida. (BOURDIEU, 2007, p. 162)

O *habitus* é, dessa maneira, um sistema de sinais socialmente qualificados, como “distintos”, “vulgares”, etc. “A noção de *habitus* revela o caráter social do que, aparentemente, seriam processos cognitivos reproduzidos pela cultura escolar que, por sua vez, legitima as desigualdades, transmutando-as em diferenças” (CORREA, 2008, p. 143).

Sendo o *habitus* a matriz da ação, princípio unificador e gerador de outras práticas, podemos inferir que ele está ligado também à questão material da existência. É o conjunto de disposições duráveis que tendem a reproduzir as ações objetivas, que são justamente a reprodução do capital cultural transmitido entre as gerações. Tal reprodução estabelece a cultura da elite como dominante e legítima, a partir dos mecanismos utilizados no ambiente escolar.

¹⁶ Entendemos como gosto de um indivíduo a apreciação ou não de sensações ou de certas atividades; ou, como nos mostra André Lalande (1999), em sua obra *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, trata-se do temperamento estético; característica geral das apreciações de arte de um indivíduo. Para Nicola Abbagnano (2007), o gosto é o critério ou cânon para julgar os objetos do sentimento; o critério do juízo estético. Utilizando-se da definição de Kant, Abbagnano declara que o gosto (como uma espécie de sentido formal) leva a compartilhar com outros os sentimentos de prazer e de dor, e implica a capacidade de sentir satisfação em comum com outrem; uma capacidade agradável graças a esse compartilhar. Para Kant, o gosto é uma espécie de senso comum, porque pode ser definido como “a faculdade de julgar aquilo que torna universalmente comunicável o sentimento suscitado por dada representação, sem a mediação do conceito” (ABBAGNANO, 2007, p. 566). Assim, a universalidade do juízo de gosto é diferente do juízo intelectual, pois não está baseada no objeto, mas na possibilidade de comunicação com os outros. O juízo de gosto só é universal, porque se fundamenta na comunicabilidade do sentimento (KANT apud ABBAGNANO, 2007).

Para Bourdieu, o comportamento dos indivíduos é coerente com o contexto em que vivem, ou seja, o *habitus* é fruto do meio onde as ações são registradas pelos indivíduos, e nos permite pensar alguns aspectos do processo de constituição das diversas identidades sociais no mundo contemporâneo, pois auxilia o entendimento da relação de mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade:

A cultura não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados: é, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares. (BOURDIEU apud SETTON, 2002, p.62, grifos do autor)

É a internalização de tais esquemas que produz, no indivíduo, uma matriz geradora de práticas, que constitui assim sua cultura, ou melhor, o seu *habitus*, que é um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação, que é posto em prática a partir das conjunturas de um campo que o estimula. A sociedade é composta por vários campos. São espaços que possuem relativa autonomia, onde se relacionam diferentes grupos com distintos posicionamentos sociais, em um jogo de poder.

Lahire (2006), no entanto, faz avançar a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu. Desvenda a existência de uma dissonância cultural, ou seja, de variações significativas nas práticas culturais dos indivíduos, nem sempre condizentes com sua realidade.

Temos neste trabalho um grande interesse em entender as escolhas¹⁷ culturais dos indivíduos, mais especificamente, a maneira como os jovens utilizam as redes sociais da internet, quais conteúdos acessam, publicam e compartilham em suas páginas pessoais. Lahire — ao buscar entender como o mundo social é incorporado, estabelece correlações entre práticas culturais dos indivíduos e suas posições sociais — fornece-nos caminhos para o desenvolvimento desta pesquisa. A discussão acerca da maneira como cada indivíduo atua dentro das redes sociais perpassa a formação do *habitus*, que na contemporaneidade é edificado em um espaço plural de múltiplas referências identitárias.

¹⁷ Entende-se por escolha o “procedimento pelo qual determinada possibilidade é assumida, adotada, decidida ou realizada de um modo qualquer, de preferência a outras. O conceito de escolha está estreitamente vinculado ao de possibilidade (visto ser justamente a possibilidade a que se oferece à escolha), como tampouco há possibilidade onde não há escolha, visto que a antecipação, a projeção ou a simples previsão das possibilidades são escolhas” (ABBAGNANO, 2007, p. 401).

2.4 A Construção do *Habitus* na Sociedade do Homem Plural

Lahire (2006) desenvolve em sua obra a questão dos *consumidores culturais* e busca entender os processos de socialização de nossa sociedade, ressaltando que não podemos pensar o indivíduo contemporâneo apenas por um princípio unívoco de conduta. Temos como referência a ideia de que não há consumo cultural como uma distração despreziosa ou mera diversão. É preciso entender as variações culturais bem como as discrepâncias produzidas por práticas culturais multifacetadas dos indivíduos.

Tomamos o exemplo trazido por Lahire (2006) em sua obra *A Cultura dos Indivíduos*. O autor descreve algumas práticas culturais de grandes intelectuais como Jean-Paul Sartre e Ludwig Wittgenstein, que contradizem o “retrato” de intelectual deles. Lahire afirma que Sartre divertia-se todos os dias com os programas e novelas da televisão, enquanto Wittgenstein esgotava-se com o cinema *noir* e com *westerns* americanos, que o ajudavam a relaxar e a se livrar de reflexões filosóficas tortuosas e dolorosas.

Entender o princípio dessas variações torna-se fundamental para uma análise coerente da cultura dos jovens e da interferência da escola nesse processo, como espaço de socialização e de reprodução de uma cultura específica:

Esse tipo de variação não remete a uma necessidade profunda do seu caráter, mas às múltiplas socializações (familiares, amistosas, militares, profissionais) e as condições sociais de suas práticas diversas. (LAHIRE, 2006, p. 15)

Lahire apoia-se no conceito de *habitus* de Bourdieu, porém faz avançar sua ideia que consiste em entender o indivíduo como um ser altamente complexo e abstruso, que é fruto de uma fragmentação interna, composta de uma abundância de saberes incorporados e de experiências do “eu” (SETTON, 2007). Para Lahire, a identidade pessoal invariável é um mito.

Não descartamos o *habitus*, contudo, admitimos aqui a existência de sistemas de hábitos múltiplos que são incorporados por meio das diferentes relações estabelecidas pelo indivíduo ao longo de sua existência.

Buscaremos colaborar, na ocasião deste trabalho, para o desenvolvimento conceitual de *habitus* flexível, pertinente ao mundo contemporâneo e não apenas

resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais. As mudanças e dissonâncias das práticas culturais dos grupos sociais apontam para um novo olhar do conceito de *habitus*.

Não nos faltam exemplos emblemáticos de “contrassensos” presentes nas atividades culturais dos indivíduos. Um deles refere-se à prática do caraoquê. Taxado como uma prática brega, “estúpida” e deselegante, e situada nos níveis mais baixos da hierarquia das legitimidades culturais, porém, é mais praticado, conforme as estatísticas, por grupos possuidores de um capital cultural mais legítimo (LAHIRE, 2006). A presença muito significativa desse lazer entre altos funcionários e intelectuais, relatado nas pesquisas de Bernard Lahire, indica uma mudança de gosto, e principalmente uma transformação da relação com a cultura de uma parte relevante dos grupos mais diplomados.

Essa transformação ocorre pelo caráter transitório das diversas relações no mundo contemporâneo, permitindo uma liberdade maior de ação dos indivíduos e a “multissocialização” permanente, constituindo, dessa maneira, um novo *habitus*:

É possível pensar o indivíduo portador de uma experiência que o predispõe a construir sua própria identidade, a fazer suas próprias escolhas sem obedecer cega e unicamente a uma memória incorporada e inconsciente. Ou seja, trata-se de uma experiência incorporada, mas também em construção contínua na forma de um *habitus* que habilita o indivíduo a construir-se processual e relacionalmente com base em práticas lógicas de ação ora conscientes, ora inconscientes. Na falta de um eixo estruturador único (família, escola e/ou cultura de massa) e pela circularidade das referências, o indivíduo contemporâneo estaria mantendo novas relações com o mundo exterior. (SETTON, 2002, p. 68)

O pensamento de Lahire nos permite, portanto, repensar a formação do jovem ou da juventude de maneira geral, e suas relações com a escola e seu arcabouço cultural e com a sociedade e sua cultura de massa. Trata-se de uma construção complexa e volátil, rápida e profunda em cada um desses protagonistas, agente do amanhã em um presente extremamente fluido.

A elucidação das práticas culturais determinadas mais por motivos estruturais que individuais, propostas por Bourdieu, pode ser pensada hoje de maneira mais densa, complexa e alternativa. Para tanto, buscaremos desenvolver as ideias sobre as quais se apoia Bernard Lahire, anteriormente aludido. Antes de tudo, temos que salientar que Lahire é apurado conhecedor dos escritos de Bourdieu e o tem em alta conta, chegando a admitir o referencial bourdieusiano como porta de entrada de sua reflexão

subsequente. No entanto, Lahire propõe adesão parcial da tradição sociológica deixada por Bourdieu.

Para Lahire (2006), a ideia de gostos determinados pelo *habitus* não lhe parece apropriada para o contexto da sociedade atual cada vez mais diferenciada, na qual cada indivíduo incorpora disposições plurais e heterogêneas. Lahire tira da família, portanto, o monopólio educativo e formador dos mais jovens:

O caráter heterogêneo do leque individual de práticas e de gostos só pode ser explicado levando em conta a pluralidade de lógicas contextuais e disposicionais que guiam os comportamentos culturais. Somos levados então a formular a hipótese da especificidade relativa de cada campo cultural (que requer competências específicas da parte dos “consumidores culturais”), do papel importante que desempenham as condições gerais ou as circunstâncias mais singulares do “consumo” ou da prática (sozinho, em família, com este, aquele amigo, privadamente ou publicamente, etc.) e do lugar não menos importante da pluralidade das experiências socializadoras em matéria de formação de competências e de disposições culturais. (p. 28)

Este autor concebe os agentes sociais como portadores de um amplo leque de disposições. Essas disposições têm cada uma delas sua disponibilidade, composição e força, relacionadas ao processo de socialização em que foi adquirida. Notamos que, para o autor, a ênfase se encontra na pluralidade das disposições e na variedade de situações manifestadas. Com base nesta proposta, inferimos que os indivíduos não são totalmente autônomos ou subjetivos, uma vez que são fruto da crescente multissocialização e que nos traz a ideia de *culturas* múltiplas e nos permite pensar com maior coerência e consistência a relação entre a utilização das redes sociais da internet e a juventude.

Na obra *A cultura dos Indivíduos* (2006), Bernard Lahire retoma *A distinção* para confrontar os dados de suas pesquisas mais recentes com a realizada por Bourdieu. No confronto e na checagem dos dados, o autor revela que os indivíduos não possuem a mesma relação com todos os seus hábitos e práticas. Alguns entrevistados enumeram hábitos que admitem possuir, mas afirmam não aprová-los. Portanto, existem diferentes graus de legitimidade das ações para os entrevistados.

Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que o conceito de *habitus* definido por Bourdieu não é o princípio geral regulador dos sujeitos em sua relação com a sociedade. Existem intencionalidades subjetivas igualmente definidoras de *habitus*.

A partir desse arcabouço lançado por Lahire, podemos afirmar que, na sociedade contemporânea, os atores sociais não são totalmente socializados a partir das

orientações das instituições, nem a sua identidade é construída apenas nos marcos das categorias do sistema. Significa dizer que eles estão expostos a universos sociais diferenciados, a laços fragmentados, a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes, sendo produtos de múltiplos processos de socialização (LAHIRE, 2002). Nesse sentido, podemos constatar que a constituição da condição juvenil parece ser mais complexa, com o jovem vivendo experiências variadas e, às vezes, contraditórias. Constitui-se como um ator plural, produto de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos, dentre os quais ganham centralidade aqueles que ocorrem nos espaços intersticiais dominados pelas relações de sociabilidade. Os valores e comportamentos apreendidos no âmbito da família, por exemplo, são confrontados com outros valores e modos de vida percebidos no âmbito do grupo de pares, da escola, das mídias etc. Pertence, assim, simultaneamente, no curso da sua trajetória de socialização, a universos sociais variados, ampliando os universos sociais de referência (LAHIRE, 2002).

Esse processo aponta para o que Dayrell (2007) analisa como a “desinstitucionalização do social”, entendida como uma mutação de uma modalidade de ação institucional consagrada pela modernidade, resultado de um esgotamento do seu programa institucional. Assim, o autor considera a existência de um processo de mutação que transforma a própria natureza da ação socializadora das instituições, fazendo com que parte importante do processo seja considerada tarefa ou ação do próprio sujeito sobre si mesmo.

No caso específico da escola, esse processo de mutação não elimina, mas transforma a natureza da dominação no cotidiano da instituição escolar, pois “obriga os indivíduos a se construírem ‘livremente’ nas categorias da experiência social” que lhes são impostas. A dominação se manifesta, assim, não cessando de afirmar que “os indivíduos são livres e mestres de seus interesses (...), a dominação impõe aos atores as categorias de suas experiências, categorias que lhes interdita de se constituir como sujeitos relativamente mestres deles mesmos (...)” (DUBET *apud* DAYRELL, 2007, p.11).

Segundo Dayrell (2007), outro importante pensador chamado José Machado Pais, ao comentar sobre esse mesmo processo, afirma que “assistimos à desinstitucionalização do social, não porque as instituições estejam em declínio ou em vias de extinção, mas pelo fato de serem vias de mudança social”. Para ele, seria mais apropriado falar em uma “re-institucionalização permanente”, uma vez que as instituições revelam uma propensão para a crise, encontrando-se em uma permanente

reconstrução. Segundo esse autor, estaríamos assistindo a uma passagem da sociedade disciplinadora para uma sociedade de controle, na qual persistem as lógicas disciplinadoras, mas agora dispersas por todo o campo social. Tal processo caracteriza-se pelo desmoronamento dos muros que garantiam uma autonomia das instituições, tornando difícil distinguir *o dentro e o fora*, com os contornos cada vez mais tênues. É a mídia que penetra e interfere em todos os espaços institucionais; é a família que se mostra cada vez mais permeável às influências do consumo e seus apelos. Assim, podemos constatar que as ideias e realidade trazidas por Dayrell vão ao encontro do pensamento de Lahire.

As reflexões de Bernard Lahire e o trabalho empírico produzido por ele têm um duplo impacto do ponto de vista teórico e epistemológico. Diretamente, afirmam a legitimidade e a possibilidade concreta de uma sociologia em escala individual. A realidade individual seria essencialmente social, mas o social se apresentaria aí de maneira específica (complexa, plural) e exigiria, portanto, ser analisado de uma forma particular, capaz de revelar toda essa complexidade. O esforço central de Lahire é o de revelar a amplitude da diversidade inter e intraindividual, normalmente negligenciada pelas ciências sociais, e de apontar os caminhos para uma abordagem adequada desse plano da realidade. Indiretamente, no entanto, ao sublinhar a especificidade do plano individual e, portanto, sua irredutibilidade aos modelos macrossociológicos, Lahire produz simultaneamente uma crítica às generalizações apressadas feitas com base nesses modelos. Em outras palavras, a abordagem de Lahire evidencia os limites de validade das explicações macrossociológicas.

É importante destacar que Bernard Lahire não nega a pertinência e a importância do conhecimento macrossociológico da realidade social. O que ele procura enfaticamente demonstrar é que não se pode reduzir as realidades individuais a simples manifestações de regras gerais, típicas ou probabilísticas, estabelecidas numa escala coletiva de análise. O fato de sabermos, por exemplo, que o nível de escolaridade dos pais está diretamente relacionado ao desempenho escolar dos filhos não nos permitiria deduzir que determinado adolescente, filho de pais altamente escolarizados, tem ou terá bom desempenho escolar. Se pretendermos compreender o comportamento de um adolescente específico, estaremos lidando com uma realidade muito mais complexa do que aquela normalmente desenhada pela sociologia da educação. Os pais são escolarizados, mas como foram suas trajetórias escolares, que relações cada um deles mantém com o conhecimento e que significados atribuem ao processo de escolarização? Como eles se relacionam com este filho? Quais outras pessoas mantêm

laços significativos com o adolescente (irmãos, avós, vizinhos, amigos, empregados domésticos, outros parentes, etc)? Como foi ao longo do tempo e como é atualmente organizado o cotidiano dessa família e do adolescente em particular? Qual o lugar da televisão, da internet, das práticas culturais, do lazer, dos esportes, dos namoros e da religião na vida desse indivíduo? Trata-se de um adolescente de qual sexo, de qual cor ou raça, de uma cidade pequena ou grande, com pais separados ou casados, que exercem sua autoridade de forma mais rígida ou flexível? Essas questões são suficientes para revelar como, na perspectiva de Lahire, as realidades individuais são multidimensionais. Um adolescente específico não se reduz à categoria dos filhos de pais altamente escolarizados. O fato de pertencer a essa categoria é um fato muito importante, pode ser uma pista central para se tentar compreender alguns dos seus comportamentos, mas se quisermos efetivamente realizar uma análise sociológica desse indivíduo teríamos que construir uma abordagem mais complexa.

Assim, o pensamento de Bernard Lahire nos fornece um vasto cabedal de informações e de possibilidades que nos permitem formular uma série de questões pertinentes aos fatos sociais que pretendemos compreender. Como são as relações da juventude com o mundo exterior? Qual o impacto do capital cultural na utilização das redes sociais? Qual o papel da escola diante desta nova realidade que conecta o mundo e a cultura de massa, e inventa novos espaços de socialidade? Para buscarmos respostas e entendermos esta realidade, faz-se necessário o aprofundamento do conceito de juventude e o estudo de sua relação com a cultura de massa, que está diluída, e encontra-se em uma relação dialética com a internet e sua lógica de funcionamento.

2.5 Conceito de Juventude

Os jovens, mais do que qualquer outro segmento da sociedade, transitam peculiarmente por essas diversas possibilidades de socialização. Dentro das redes sociais da internet, eles são, certamente, os protagonistas, utilizando-as diariamente, durante horas e movimentando um número infinito de informações, imagens, vídeos e músicas.

Para discutir com maior propriedade as redes sociais da juventude, sua relação com a internet e o sincretismo cultural presente na construção dessa categoria, faz-se necessário um recuo histórico: um aprofundamento das mais variadas acepções de

juventude elaboradas ao longo da história. Trataremos a seguir de diferentes atributos, configurações e significações que versam sobre a categoria de juventude, a partir de análises teóricas substantivas sobre o tema.

As bases dos preceitos de Corazza (2002) concebem a juventude como objeto discursivo arquitetado em determinações históricas precisas. Caccia-Bava, Feixa e Cangas (2004), em *Jovens na América Latina*, complementam:

[...] a maior parte da literatura sobre a história da infância e da juventude quase sempre foi concebida a partir do Ocidente europeu, do que resultou a construção de uma matriz, predominantemente eurocêntrica, no processo de conceitualização das categorias sociais e, mesmo, configurações das experiências históricas da juventude, nas Ciências Sociais. (p. 7)

A evolução conceitual de juventude bem como a sua emergência como tema de estudos no horizonte latino-americano ganham corpo nas primeiras décadas do século XX. As produções especializadas caracteristicamente em tom ensaístico, emancipatório e especulativo eram trazidas por intelectuais nacionalistas latino-americanos. Tais estudos pesquisaram e identificaram o jovem partindo de seus territórios, raízes, linguagens, valores e concepções.

A compreensão sobre o jovem hoje não pode dispensar uma perspectiva contextual, delineada por condições históricas, sediadas prototipicamente em novos cenários. Os jovens contemporâneos, segundo Oscar Dávila Leon, são filhos da democracia. Seria coerente, portanto, trabalharmos com a categoria de juventude sempre flexionada no plural. Fala-se, pois, de sujeitos jovens, de atores atuando cultural e politicamente.

Segundo Leon¹⁸, pesquisador chileno, os movimentos juvenis de interlocução com o governo adotam posturas que, embora adultocráticas, são caracterizadas pela horizontalidade de sua estrutura e por seu caráter menos organicista¹⁹.

Leon afirma ser salutar a compreensão dos sujeitos juvenis dentro da lógica do *presenteísmo*, da atuação delimitada no tempo e no espaço presentes. Em outras palavras, no aqui e no agora imediatos. Tal prerrogativa nos remete imediatamente aos

¹⁸ As ideias citadas foram apreendidas a partir de uma palestra proferida pelo professor Oscar Dávila Leon durante o Fórum Latino-Americano para a Segurança Urbana e Democracia, realizado na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara, nos dias 28 e 29 de março de 2007.

¹⁹ Leon ressalta que não necessariamente em todas as décadas houve germinação de um contingente juvenil de atuação política. Na década de 90, por exemplo, foram escassos os movimentos juvenis de alto impacto no Brasil, com exceção do *impeachment* de Collor.

estudos no campo da psicologia evolutiva e da psicanálise. Segundo Leon, Stanley Hall escreveu em 1904 a obra *Adolescence it is Psychology and it is Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*, que é considerado o primeiro tratado formal e teórico a respeito da juventude moderna. Hall já atestava a imagem da adolescência como um intervalo de vida desprovido de responsabilidade e de *devires*; sob a égide do *presenteísmo*, portanto. Não se trata de um descaso futuro, mas de uma nova lógica valórica de futuro.

Leon defende a tese de que a juventude é uma categoria construída historicamente, e assim carece, na atualidade, de novos espaços culturais e sociais de perquirição. Além disso, pontua, contundentemente, o fato de ser a juventude uma categoria ameaçadora, uma vez que os olhos sociais a consideram potencialmente delinquente.

Este pesquisador assinala também que os trajetos juvenis são amplamente complexos, obtusos e labirínticos. Para tanto, ele fez uso, durante sua conferência, de metáforas de condução bastante convincentes para delinear suas trajetórias de vida. Segundo ele, os passados juvenis foram transportados por uma locomotiva cuja condução estaria na mão de outrem. O indivíduo não era sujeito de suas próprias narrativas, de tal modo que as derrotas não eram assentadas inalteravelmente nas particularidades humanas, mas compreendidas pela classe a que pertenciam. Todavia, no presente, essa equação se inverte. Os jovens, alegoricamente, atravessam uma estrada e uma trilha curvilínea e de fluxo intenso. Estão a conduzir seus carros particulares e, por conseguinte, carregam individualmente o peso de suas trajetórias falidas e de seus rumos derruídos. Leon conclui seu esboço metafórico afirmando que não se podem exigir soluções biográficas e individuais para problemas de ordem estrutural.

Carles Feixa Pampols (2004), antropólogo pela Universidade de Barcelona, afirma que a juventude possui dois rostos: “uma ameaça de presente obscuro e uma promessa de futuros radiantes” (p. 257).

Em seu trabalho intitulado *A Construção Histórica da Juventude*, Feixa apresenta um esboço conceitual, que se inicia pela literatura historiográfica. Há necessidade, portanto:

[...] de se fazer frente ao estudo diacrônico e transcultural dessa construção que conhecemos como juventude, com o objetivo de escapar de argumentações etnocêntricas e não-históricas, em nosso intento por analisar a condição juvenil de nossos dias. (p. 258)

O trajeto etnográfico de Feixa ilustra de maneira singular as inúmeras possibilidades que se nos apresenta o fenômeno “juventude”. Sua jornada inicia-se pela compreensão da juventude como fase da vida bipartida entre puberdade fisiológica (condição natural) e *status* adulto (condição cultural).

Para Feixa, a condição juvenil representa um “universal da cultura”, uma vez que, em toda sociedade, há a necessidade de um intervalo preparatório, um entrecaminho divisor de dependência familiar e de inserção societária. Chegou-se a afirmar, inclusive, que os conflitos caracterizadores desse período também passariam pela temática da universalidade.

A juventude para os rapazes das sociedades primitivas, como nas sociedades em geral, seria desencadeada pela puberdade, cujo fortalecimento físico lhes proporcionariam capacidade muscular para ascenderem ao posto de agentes de produção. Para as meninas, a puberdade significaria ascensão ao posto de agentes de reprodução. Feixa salienta que os dois processos são fundamentais para a sobrevivência da ordem social e complementa:

Em geral, pode-se afirmar que, quanto maior a complexidade econômica e política, maiores são as possibilidades de uma etapa de *moratória* social equivalente, estruturalmente, à nossa juventude. (p. 262, grifo do autor)

Por *moratória* compreende-se o período de espera — mais precisamente uma tolerância — que a sociedade concede ao jovem para que ele seja capaz de organizar elementos identitários até então situados na infância e agora na entrefase infância e vida adulta. Como revela Erikson (1972), em sua obra *Identidade, Juventude e Crise*, a juventude não será, em realidade, uma espera social, mas uma tolerância seletiva por parte da sociedade e uma atividade lúdica por parte do jovem.

Vale salientar que este período *moratório* vem se alargando vertiginosamente na proporção em que a vida social se complexifica, graças ao progresso tecnológico e à dificuldade de imersão no mercado de trabalho. A adolescência alonga sua linha temporal de modo que esse período acaba por se transformar em um *modus vivendi*. Os jovens estabelecem suas subculturas e suas identidades de forma mais contundente e representativa. Conforme Erikson, tal fenômeno deve-se, fundamentalmente, aos acontecimentos históricos e à aceleração de transformações geracionais.

Em se tratando de conflitos identitários, o psicanalista exemplifica a curiosa relação que os adolescentes estabelecem com o tempo; mais precisamente com uma perspectiva simplificada de porvir.

Um dos estudos mais salustares sobre juventude é, indubitavelmente, *Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa* (1985), da antropóloga Margaret Mead. Ela faz críticas às teorias sobre juventude do psicólogo G. Stanley Hall, que afere uma unidade de representação da adolescência como um fenômeno participante do processo de industrialização.

Mead questiona incisivamente a tese da universalidade da juventude, partindo de suas pesquisas etnológicas. A antropóloga denuncia o processo de reposicionamento das gerações, oriundo substancialmente das grandes transformações nas redes de intercomunicação. O que uma geração desfruta e experiencia jamais será feito pela geração subsequente. A crise diante da qual nos deparamos é a da transmissão intercultural de gerações:

Hoje, subitamente, pelo fato de que todos os povos do mundo fazem parte de uma rede de intercomunicação com bases eletrônicas, os jovens de todos os países compartilham um tipo de experiência, o que nenhuma das gerações que antecederam teve e jamais terá. Por outro lado, a velha geração nunca verá repetir-se na vida dos jovens sua própria experiência singular de mudança emergente e escalonada. Esta ruptura de gerações é totalmente nova: é planetária e universal. (MEAD *apud* CORREA, 2008, p. 56)

Para Mead, essa crise geracional é traduzida em meio à ideia de desconsolo e solidão; é inevitável que sejamos todos sós:

[...] enquanto nos olhamos uns aos outros seguros de que eles nunca experimentaram o que estamos experimentando e que nós nunca poderemos experimentar o que eles experimentam. (MEAD *apud* CORREA, 2008, p. 57)

Não se trata, pois, de traçarmos um panorama genético sobre a juventude e suas funções. O questionamento central repousa sobre a natureza das mudanças e dos registros atuais nos quais o jovem se constitui.

O conceito moderno de juventude repousa suas raízes sobre a cultura grega clássica. O termo *efebos*, etimologicamente, significa aquele que alcança a puberdade, e possui também uma constatação jurídica. O período social de reconhecimento público

que caracterizava o fim da infância era nomeado *efebia*, e servia como referência para o início da vida militar. Com o passar do tempo, a *efebia* perde seu caráter militar e passa a referir-se a um caráter educativo. Emerge a noção de *Paideia*, ou educação integral que consistia na junção entre cultura da época e emergência de outra cultura recíproca. Contudo, havia diferença entre a concepção de educação para os atenienses e para os espartanos. Aqueles reverenciavam a retórica e o exercício político, enquanto estes asseveravam o valor à ginástica e à educação moral, para os interesses do Estado.

Platão expõe a questão do governo da cidade em seu diálogo *A República*, redigido em 370 a.C. Christian Ruby (1998), em *Introdução à Filosofia Política*, afirma que havia a necessidade de intervir para o alcance do *Bem-Um* ou Bem Comum, que contribuiria eficazmente para a exterminação da diversidade:

Dessas constatações decorre a exigência de intervir edificando um lugar no qual os homens serão obrigados, graças a uma nova pedagogia (*Paideia*, a criança e *agô*, conduzir e guiar), a dedicar-se à Filosofia Política, ao conhecimento do modelo segundo o qual se constituirá a unidade da Cidade. A Academia, escola de Platão, instituiu esse lugar privilegiado de ensino, de discussão e de vida comum: a velha educação (ritos iniciáticos e poesia), que fornecia até então aos gregos seu quadro cultural, é aí rejeitado, a exemplo da retórica remunerada dos sofistas, em proveito dessa nova arte da palavra, a dialética, levando ao conhecimento da verdade. (p. 21)

Aristóteles, em sua obra *Retórica*, oferece uma esteira de adjetivos caracterizadores da juventude helênica:

[...] a juventude é orgulhosa porque ainda não foi humilhada pela vida e está cheia de esperança, porque ainda não se decepcionou. [...] Para a juventude o futuro é longo e o passado breve. Nada julga segundo sua utilidade, todos os seus erros se devem a exageros. (ARISTÓTELES *apud* ALLERBECK; ROSEMARY, 1979, p. 159)

Ao longo da história, a juventude vinculou-se, amiúde, ao novo, ao sensualismo, à audácia e à extrapolação. Feixa (2004) complementa, assinalando que o mito da juventude tomou forma sob o status da subalternidade social.

Na Roma antiga, *púbere* era o jovem que já se havia constituído em um ser sexual e fisiologicamente maduro para defender a pátria. De acordo com Giuliano (*apud*

FEIXA, 2004), as leis sancionavam a procrastinação da maioridade²⁰, embora se apresentassem como uma medida protecionista para os jovens, e limitavam sua independência. Giuliano afirma que o controle sobre os jovens traduzia imediatamente o controle que se tracejava em torno das mudanças sociais sobre as quais eles poderiam atuar, tanto para corroborá-las como para a elas resistir.

Conforme Clara Gallini (*apud* FEIXA, 2004), a repressão cabal dos bacanais não era simplesmente um exercício de contenção de orgias ou de cultos estranhos, mas, sobretudo, uma iniciativa pública dos estratos dominantes frente ao conglomerado de grupos sociais marginalizados, dentre os quais se encontravam os jovens com intenção de protestos.

No vasto espectro do antigo regime da Europa medieval, será quase impossível encontramos correspondência semântica ao que hoje compreendemos por juventude.

Philippe Ariès, em *História Social da Criança e da Família* (1981), sustenta a ideia de que a juventude inexistiu no período do Antigo Regime. Segundo ele, os garotos eram inseridos na vida adulta muito precocemente. O sistema de educação, *apprentissage*, baseava-se no trabalho. Era comum que garotos e garotas de 7 ou 9 anos deixassem suas casas para morarem com outras famílias. Esse período de aprendizado estendia-se até os 14 ou 18 anos. Iniciava-se a vida social longe de seus familiares adultos. Durante esse período, os jovens aprendiam ofícios domésticos e demais tarefas do cotidiano. Os garotos aprendiam a portar-se como cavalheiros ou eram iniciados nas letras latinas. Já que saíam do controle familiar desde a tenra idade, os jovens do antigo regime desfrutavam de grande independência, intimamente ligada à frágil coesão familiar:

[...] as classes de idade do neolítico, a Paideia helenística supunham uma distinção e uma passagem entre o mundo da infância e o dos adultos, passagem que se franqueava mediante ritos de iniciação ou graças à educação. A civilização medieval não percebia essa diferença e não tinha, portanto, esta noção de passagem (ARIÈS *apud* FEIXA, 2004, p. 60).

Essa tese de Ariès foi refutada por historiadores da cultura popular medieval, que garantiam a existência de jovens nas camadas campesinas.

²⁰ Conforme Giuliano (*apud* FEIXA, 2004, p. 53), nos séculos V e IV a.C., atingia-se a maioridade imediatamente com a puberdade, mas, a partir do século II a.C., não se consegue plenamente a maioridade social senão depois dos 25 anos.

Emmanuel Le Roy Ladurie (1975) faz um relato preciso sobre o povoado de Montaignou baseado nos documentos inquisitoriais. Os dados reiteram as teses de Ariès sobre a precocidade do ingresso de crianças na vida adulta. Em uma sociedade sem escola oficializada, a transmissão cultural dava-se, em primazia, pelo trabalho, em especial pelo contato que as crianças tinham com seus pais nas atividades de colheita. Não havia pudor algum, por exemplo, em contar às crianças alguns contos proibidos, de alto teor sexual; afinal, alguém de doze anos já possuía sagacidade de espírito suficiente, e já detinha “inteligência do bem e do mal” para receber as ordenações culturais mais maduras.

No entanto, em que momento histórico se deu o nascimento do jovem?

Feixa (2004) elucida que “não é possível identificar o nascimento da juventude com uma data precisa nem confundi-lo com o surgimento das teorias sobre este período da vida” (p. 295).

Não se pode negar, entretanto, que as lentes modernas, por vezes estereotipadas, através das quais enxergamos o jovem remontam suas origens na civilização industrial. Frank Musgrove (*apud* FEIXA, 2004) descreve metaforicamente esse nascimento: “o jovem foi inventado ao mesmo tempo em que a máquina a vapor” (p. 64).

Inquestionável será também o impacto de Rousseau (2004), espírito igualmente nascente no horizonte moderno, para a descoberta da infância e da adolescência. Rousseau cria um esboço de uma pedagogia. O *Emílio*²¹ é o modelo ideal que descreve como o homem deve ser antes de tornar-se homem. O pensador não dá valor aos saberes livrescos, mas ao caráter natural dessa fase, que justificaria a necessidade de se segregarem jovens e adultos.

É comum que se diga que Rousseau provocou uma “revolução copernicana” na educação. A visão pedagógica rousseauiana não é nada magistrocêntrica. Segundo ele, quando o jovem saísse de seu controle tutorial, ele não seria magistrado, soldado ou sacerdote, mas, antes de qualquer coisa, seria um homem.

Em 1914, Walter Benjamin escreve *Metaphysik der Jugend* (Metafísica da Juventude), que traz o pressuposto de que as novas gerações deveriam liderar uma revolução cultural emancipadora de espíritos. Em 1915, escreveu também um artigo sobre o mesmo tema, em que trata a juventude como metáfora das transformações sociais. “O significado histórico atual dos estudantes da universidade [...] pode ser

²¹ Obra de Jean-Jacques Rousseau, ensaio pedagógico sob a forma de romance em que autor procura traçar as linhas gerais a serem seguidas com o objetivo de fazer da criança um bom adulto.

descrito como uma metáfora, como reprodução e miniatura de um estado histórico mais elevado, metafísico.” (Benjamin *apud* FEIXA, 2004, p.299).

O modelo de juventude conformista, livre de deveres, passiva e anestesiada politicamente impôs-se ao Ocidente após a Segunda Guerra Mundial:

Aparecia a inquietante imagem do rebelde sem causa, cujo inconformismo não passava de uma atitude estreitamente individual. A Europa dos anos 60 vive a emergência do *Welfare State*, num contexto econômico de plena ocupação e crescente poder aquisitivo, ante a difusão da sociedade de consumo e dos meios de comunicação de massas, com a escolarização em massa dos jovens e o nascimento do *teenage market*, pareceu que o modelo idealizado por G. Stanley Hall chegava à culminância. (FEIXA, 2004, p. 306)

A formação de uma cultura adolescente apoiada em novas formas de consumo produzidas pelos meios de comunicação no Brasil consubstanciou-se também nos anos de 1960. Os dois grandes movimentos culturais representativos da época foram o Tropicalismo e a Jovem Guarda, em estado de consonância com a transnacionalização cultural (RONSINI, 2007). “Apareceu, então, o conceito de cultura juvenil, como categoria autônoma e interclassista, passou a ter êxito o culto ao jovem, e a juventude se converteu em idade da moda” (FEIXA, 2004, p. 306).

No cenário pós-Segunda Guerra, a juventude de fato parece desencantar-se diante do mundo e da política, e muito desse sentimento gestou-se em meio a medos atômicos e a regimes totalitários. Na Alemanha, fala-se em *Skeptische Generation* (geração cética). Na Itália, os estudos sociológicos remetem a “jovens da 3M” (Macchina, Moglie, Mestiere: carro, mulher e trabalho). Em terras francesas, o furor existencialista de Sartre remonta atitudes niilistas ou politizadas culturalmente (*engagé*). Na Espanha, pressente-se uma “geração abatida” pelo trauma da guerra civil (FEIXA, 2004).

Em 1945, nos Estados Unidos, mais precisamente na cidade de Memphis, o *blues* negro começa a ser interpretado por vozes brancas, dentre as quais a de Elvis Presley. Nascia o Rock & Roll, um novo gênero musical canalizado quase exclusivamente para o novo mercado consumidor juvenil. O Rock é, portanto, o primeiro grande símbolo de cultura internacional popular (FEIXA, 2004). Os ícones cinematográficos e musicais eram imitados irrestritamente: James Dean (em 1955, estreia *Rebel Without a Cause*) e Elvis Presley (em 1956, regrava *Rock Around the Clock*).

O sociólogo estadunidense James Coleman lança em 1955 a profética obra *The Adolescent Society*, em que previa a emergente cultura adolescente. Conforme Coleman, a *high school* (que corresponde ao ensino médio no Brasil) converteu-se no centro cultural da nova categoria de idade americana: os *teenagers*.

Na Grã-Bretanha pós-guerra, os grupos jovens organizados (*Teddy Boys*, *Rockers*, *Mods*, *Skinheads*) são respostas de resistência da classe trabalhadora ante as culturas hegemônicas das classes dominantes. A expressão máxima dessas iniciativas de resistência culmina no movimento *hippie* e estende-se nos protestos estudantis de 1968. Nas ruas de São Francisco, nasce o *beat generation*²², que dá lugar ao jazz, ao rock, ao haxixe, à boemia e ao sexo descomedido.

Após o bombástico surgimento da banda Sex Pistols, insurge em Londres o *punk* (cuja tradução é imundice). David Bowie dá origem ao *glitter-rock* ou *protopunk* americano. No entanto, o gosto pelo *punk* não se circunscrevia apenas à música, pois os ornamentos e as indumentárias eram igualmente ecléticos.

Segundo Feixa (2004):

Este conjunto de coisas literalmente cosidas com agulhas imperceptíveis se converteu num fenômeno altamente fotogênico, que, desde 1977, proveu os jornais sensacionalistas com boa dose de material. Mas o êxito do estilo punk se deu, em parte, a sua capacidade para retratar com cores fortes os movimentos históricos que começavam a viver as sociedades ocidentais. (p. 313)

O ápice do reconhecimento público e oficial efetivou-se em 1983. Esse ano foi declarado “Ano Internacional da Juventude” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). À proliferação velocíssima de tribos juvenis, o sociólogo Michel Maffesoli (1998) cunhou o termo “tempo das tribos”. Filhas do *éthos* do consumo e das subculturas urbanas, essas tribos ocupam as fissuras e as surdinas dos mundos urbanos. Trata-se, pois, de um reconhecimento muito preciso e apurado feito por Maffesoli a respeito dos nichos juvenis do século XX.

Menos fronteiras e mais hibridações caracterizam essas novas camadas juvenis desconhecedoras de limites estilísticos ou de culturas monolíticas. Segundo Feixa (2004), viver a juventude contemporânea é “experimentar a sinuosidade do destino incerto” (p. 314).

²² Movimento literário liderado por Jack Kerouac e inspirado no Jazz e no Zen Budismo. Defendia a poesia livre e não intelectualizada, que assumia assim uma atitude social de contravenção e de uma estética descomprometida. Entre as obras mais representativas, encontram-se: *On the Road* (1957), *The Dharma Bums* (1958) e *Big Sur* (1962).

No informe de 1983 da Unesco, intitulado “A Juventude na Década de 80”, consta que as palavras-chave caracterizadoras do então decênio foram: paralisação, angústia, atitude defensiva, pragmatismo e sobrevivência. É comum ouvir nos meios científicos, mesmo nos não acadêmicos, que a década de 1980 foi perdida.

Como nos elucida Feixa (2004), a geração, compromisso dinâmico entre massa e indivíduos, é o conceito mais importante da história. Por assim dizer, a geração é o suporte sobre o qual a história executa seus movimentos.

Entretanto, o que então esperarmos da geração atual e da geração vindoura? O que será revelado historicamente a partir da geração rede (*web generation*)?

Don Tapscott (1998) profeticamente alertou sobre os avanços desmedidos da revolução digital, da era virtualizante que remonta suas origens no decênio de 1990, a primeira geração que chegará à maioria em atmosfera 100% digital (*Growing Up Digital: The Rise of the Net Generations*).

Os verbetes internéticos (*bites, sites, webs, emails, downloads, etc.*) transitam fluentemente pelos discursos juvenis. São também efetivados por intermediários digitais como *MSN*²³ (*messenger*), *chats*, etc. Diante do movimento de imersão virtualizante na atmosfera artificial e intangível, os jovens atuais consolidam suas visões de mundo e de vida, suas concepções de ensino, de relacionamentos afetivos, formas de investigação, de protesto, e o acesso à produção cultural. Os autores ousam falar de *geração bc* (*before computer*) e *geração ac* (*after computer*).

Essa nova geração, do século XXI, é um modelo híbrido e ambivalente de adolescência. A juventude contemporânea revela-se em extensos caminhos de dependência econômica, em uma falta de espaço de responsabilização. Paralela e contraditoriamente, também ela traduz um crescente amadurecimento (ou protoamadurecimento) intelectual, expresso na facilidade de acesso às novas tecnologias da comunicação e às novas e inúmeras correntes estéticas e ideológicas.

2.6 Os Jovens e a Cultura de Massa

Em que pese à desconfiança com que frequentemente a escola e, principalmente, a universidade se expressam sobre a cultura de massa, e em que pese à cultura de massa ser um espaço cheio de contradições — trata-se de um dos poucos cenários que pertence aos jovens, segundo a própria percepção deles, onde se fala *deles para eles*. A

²³ *Microsoft Network Messenger*. Trata-se de um programa de mensagens instantâneas que permite aos usuários da internet criarem uma lista de amigos “virtuais” para comunicação em tempo real.

cultura de massa, segundo os adolescentes, permite entender quem eles são, como se definem socialmente e como funciona a sociedade em que vivem.

A cultura de massa — aquela construída pelos meios de comunicação, por meio da música, do cinema e de outras expressões — é para muitos jovens o lugar que dá sentido a sua identidade. Os adolescentes modelam nesta cultura suas identidades individuais e coletivas, e aprendem a falar de si mesmos em relação aos outros (GIROUX, 1996).

A cultura de massa está tão estreitamente ligada à cultura juvenil que, na atualidade, o jovem se configura como tal a partir do consumo e do acesso a certos bens simbólicos e a produtos culturais específicos. O jovem exhibe sua visibilidade como ator social em meio a produtos sociais. Por esses produtos, podemos entender as distintas configurações do mundo contemporâneo, em que, de maneira contraditória e complexa, os jovens constroem seus vínculos com a indústria cultural.

A cultura do espetáculo em que vivemos (FÉRRES, 2000) desenvolve modos diferentes de pensar, de fazer, de perceber, de sentir e de ser. Os jovens — cuja identidade se traça na intersecção entre o texto escrito, os meios audiovisuais e as novas tecnologias (rede) — vivem uma experiência cultural distinta, novas maneiras de perceber e sentir o mundo. Trata-se de novas formas de escutar e ver. São formas que a humanidade desconhecia e que hoje são inerentes à juventude.

Os jovens experimentam uma nova sensibilidade, que, em muitos aspectos, choca a sensibilidade dos adultos e rompe com ela. Um exemplo disso é a particular percepção da velocidade e da sonoridade. Não apenas na velocidade dos carros, mas também na velocidade das imagens, do discurso televisivo, da publicidade e dos vídeos (Martín-Barbero, 2004). As novas sensibilidades dos jovens e o modo como percebem e constroem seu mundo são possivelmente a primeira marca da cultura de massa para a construção da identidade juvenil.

A relação com a sociedade para o jovem de hoje passa cada dia mais por sua sensibilidade e por seu corpo. É por meio deles que os mais novos falam aos adultos, e fazem isso em outros idiomas na maneira de vestirem-se, nas tatuagens, por meio de suas músicas, vídeos e seus *blogs*, fotos e *posts*. É assim que os jovens transitam entre a rejeição da sociedade e a fusão tribal. Milhões de jovens ao redor do mundo estão unidos sem se falar, mas compartilhando músicas, vídeos, fotos, *softwares* de jogos virtuais.

Portanto, a cultura do espetáculo, na qual os mais jovens vivem, especialmente nas duas últimas décadas, transformou a capacidade perceptiva e as formas de relação. A

interface da juventude com o mundo se dá por meio de telas em que eles estão constantemente em contato, seja a da televisão, do cinema ou a mais atrativa e poderosa tela do computador.

O fenômeno do *zapping*²⁴ é, ao mesmo tempo, causa e efeito da hiperestimulação sensorial em que vivem as crianças e os adolescentes. O *zapping* é a manifestação mais evidente de um novo estilo de comportamento perceptivo, cada vez mais fragmentado. As crianças e os jovens de hoje — que contemplam a televisão, escutam rádio ou músicas em seu mp3 *player*, jogam seus videogames e navegam na internet — movem-se em um mundo de dinamismo, em contínua estimulação e fragmentação. Entendemos que são novos sujeitos que privilegiam o concreto sobre o abstrato e o sensitivo sobre o reflexivo. Em suma, sujeitos que preferem contemplar a pensar.

A sensibilidade juvenil é diferente, porque a maneira como a cultura de massa se oferece também mudou. Se em meados do século XX falávamos do enorme passo que dava a cultura da palavra para a cultura da imagem, hoje somos testemunhas da maneira em que a leitura linear se transforma em uma percepção simultânea. Os meios de comunicação e as novas tecnologias têm desenvolvido uma atenção flutuante, descontínua e dispersa, que geram nos indivíduos certa incapacidade de manterem-se muito tempo concentrado em uma mesma realidade. O *zapping* deixou de ser uma atitude frente ao televisor para converter-se em uma atitude diante da vida. Define de algum modo uma maneira de fazer e de ser; uma cultura e uma forma de encarar a realidade (FERRÉS, 2000).

2.7 Rumo à massificação

Outra importante contribuição para se pensar no impacto da internet na vida hodierna, vem do pensador Dominique Cardon (2012). Ele nos aponta que não é de surpreender que a Internet tenha sido investida de todo o tipo de ideal político. Programadores de softwares livres, ativistas de bens comuns e materiais, profetas da inteligência coletiva, advogados daqueles que baixam música, apóstolos da liberdade de expressão e travestismo identitário, militantes de uma informação alternativa foram os primeiros teóricos da forma política da internet. De maneira particularmente original e sem dúvida muito rara na história das grandes invenções, eles souberam articular um protocolo técnico, uma cultura da troca e da inovação coletiva, um esquema de

²⁴ *Zapping* é um termo norte-americano utilizado para caracterizar a mudança contínua de canais de televisão.

governança horizontal e de formas jurídicas abertas em um modelo global que exerceu influência profunda sobre os usuários e a trajetória da Internet.

Essa configuração, segundo Cardon (2012), deve sua força à correspondência que vem a estabelecer entre a valorização de normas de abertura e de criatividade e realidade prática dos usuários. Essa correspondência indica que os promotores de uma internet livre e corporativa são também os primeiros utilizadores da rede e constituem um grupo bastante homogêneo (são brancos, do sexo masculinos, ocidentais, pertencentes às classes médias e cultas). As pesquisas sociográficas sobre aqueles que constituem a vanguarda, os programadores de software livre, mostram sua impressionante homogeneidade social e cultural.

Ora, a internet estava prestes a se transformar sob o efeito de um profundo e repentino movimento de massificação. Em dezembro de 1995, isto é, bem depois dos eventos que vieram a acontecer, computamos 16 milhões de internautas, ou seja, 0.4% da população mundial. Em 2000, no momento em que a blogosfera começa a se expandir, eles são 359 milhões (5,9%). Dez anos mais tarde, já chegam a 1.8 bilhão e representam um quarto da população (CARDON, 2012). É certo, a penetração da Internet continua desigualmente distribuída nos continentes. Setenta e seis por cento dos habitantes da América do Norte e 50 % da Europa têm acesso à internet, porém somente 20% da Ásia e 9% África²⁵. A virada é bastante evidente: observamos o desenvolvimento dos blogs e das redes sociais, a generalização dos usuários da Web entre jovens de todas as origens, a penetração de ferramentas digitais em um número cada vez maior de esferas sociais, diversificação dos usos comerciais, lúdicos ou práticos da Web. Democratizando suas utilizações, a Internet se torna rotineira.

Para Cardon, “a massificação desses usos criou uma mudança de escala que, *mutatis mutandis*, se parece com a maneira pela qual a democratização da escola tencionou ideais educativos republicanos” (CARDON, 2012, p.23). O espaço de um pequeno grupo bastante homogêneo social e culturalmente é invadido por populações cada vez mais heterogêneas geográfica, social e culturalmente. Estes surgem de universos díspares, comprometendo-se com o mundo do mercado, exibindo-se em todas as suas facetas, encorajando os comportamentos oportunistas ou miméticos, aliam sem complexos a cooperação e o cálculo, o dom e a empresa, a criatividade e a padronização. Os ideais que serviram para definir as origens da internet são colocados em risco com massificação de seus usos.

²⁵ Fonte: World Wide Web Consortium (W3C, 2010). Em <http://www.w3.org>.

Aparentemente, a utopia dos pioneiros se fende em duas fraturas distintas. A primeira é sociológica, a segunda, política. Consequência direta da massificação dos usos, a diversificação sociológica da internet lhe confere uma dimensão cada vez mais pragmática, realista. As aspirações a inventar outros mundos on-line tiveram que, de alguma forma, “colocar os pés no chão” com o objetivo de envolver as realidades do mundo social com a dos usuários. Porém, paralelamente, são também os ideais políticos dos fundadores que oscilam entre uma versão forte e uma versão fraca dos princípios de liberdade e de autonomia inerentes à cultura em rede. Como muitos intérpretes sublinharam, os ideais de contracultura dos pioneiros jamais foram levados além de um simples *laissez-faire* liberal. Essa tensão, que nunca deixou de se aprofundar no desenvolvimento do mercado on-line, abre dois horizontes possíveis à forma política da internet. (CARDON, 2012, p.23-24)

Apesar de muito sedutora, a ficção de uma independência do ciberespaço encontrou rapidamente seu princípio de realidade. Em primeiro lugar, diz o pensador, a revelação de identidades inesperadas ou usurpadas alimentou incessantes debates sobre o mascaramento de pessoas atrás de seus pseudônimos. Em seguida, a massificação da internet aumentou consideravelmente sua dimensão cotidiana, familiar e, com isso, o realismo dos mundos *on-line*, bem como as costuras entre as identidades virtual e real das pessoas, que jamais foram tão visíveis. Enfim, assistimos a uma “vingança da geografia” constatando que as comunidades virtuais, longe de reunir desconhecidos através do mundo, reuniram sobretudo internautas que vivem próximos uns dos outros.

A web desenvolvida pelos fundadores se organizava em torno de uma separação marcada entre o compartilhamento de informações públicas e as trocas entre avatares anônimos. A comunicação interpessoal não era ainda a saída do canal fechado da caixa postal eletrônica que foi, então, inventada. A internet seria também uma biblioteca de conhecimento, de natureza documental, e uma contraimagem na qual se exprime livremente uma criatividade anônima. (CARDON, 2012)

A entrada em um outro desses mundos supunha, entretanto, uma operação essencial: era preciso criar uma distância, um afastamento entre as pessoas e suas publicações. Essa separação entre os indivíduos e seus textos facilita a circulação de conhecimento. Essa forma de distanciamento, como mostram os sociólogos em diversos domínios, é uma capacidade desigualmente distribuída na sociedade. Ela necessita de fontes sociais, culturais e cognitivas muito particulares para atingir a autonomização das expressões de sua própria pessoa. Em outros termos, os primeiros públicos da internet

souberam jogar com sua identidade. Eram ao mesmo tempo autores que assumiam seus escritos e elfos dissimulados atrás de pseudônimos.

A democratização da internet se realizou defendendo progressivamente essa imposição de distanciamento: novos públicos, menos dotados de capital cultural, se exprimem sob um modo conversacional deixando filtrar mais facilmente o que são, fazem e dizem em sua vida cotidiana. O desenvolvimento de sites de redes sociais encorajou esta justaposição entre identidade e conteúdos publicados. Contribuiu ainda, com a entrada no espaço público do tom e dos temas das conversas cotidianas. Porém, em sua massificação, a internet teve também que organizar em um campo à parte, no *Second Life (SL)*²⁶, por exemplo, o jogo virtual com suas identidades sonhadas.

A seguir traremos algumas imagens do *Second Life* que ilustram essa realidade virtual, os espaços criados pelos usuários deste jogo e a construção de suas identidades paralelas.

²⁶ O *Second Life* (também abreviado por SL) é um ambiente virtual e tridimensional que simula em alguns aspectos a vida real. Foi criado em 1999 e desenvolvido em 2003, e é mantido pela empresa Linden Lab. Dependendo do tipo de uso, pode ser encarado como um jogo, um mero simulador, um comércio virtual ou uma rede social. O nome "*second life*" significa em inglês "segunda vida", que pode ser interpretado como uma vida paralela, uma segunda vida além da vida "principal", "real". Dentro do próprio jogo, o jargão utilizado para se referir à "primeira vida", ou seja, à vida real do usuário, é "RL" ou "*Real Life*" que se traduz literalmente por "vida real". Esse ambiente virtual recebeu muita atenção da mídia internacional, principalmente, das especializadas em informática, pois o número de usuários registrados e também os ativos havia crescido significativamente em 2007, mas muitos usuários, denominados também de residentes, abandonaram o *Second Life*, migrando para redes como Facebook, Twitter e outras redes sociais. O número de usuários (residentes) conectados ao *Second Life* gira em torno de 60.000, com alguns picos acima de 70.000 nos fins de semana.

O *Second Life* cria comunidades virtuais e simula perfeitamente um ambiente tridimensional. Utiliza animação em 3D e avatares. Graças ao realismo da animação, os avatares podem sentir, ver ou experimentar uma interação real. Além de poder comprar os *Linden Dollar* com dinheiro real no site, é possível também ganhar *Linden Dollar* no jogo e convertê-los no site novamente para dinheiro real. Há inúmeras maneiras de se obter uma fonte de renda: é possível criar objetos, construir imóveis, desenvolver acessórios para os avatares, fazer apostas em máquinas caça-níqueis, trabalhar para outros avatares e muito mais. (disponível em: [HTTP://www.wikipedia.org/wiki/second_life](http://www.wikipedia.org/wiki/second_life), acesso em 26/05/2013).

Figura 1 – Academia SL



Fonte: Second Life

Figura 2 – Garota SL



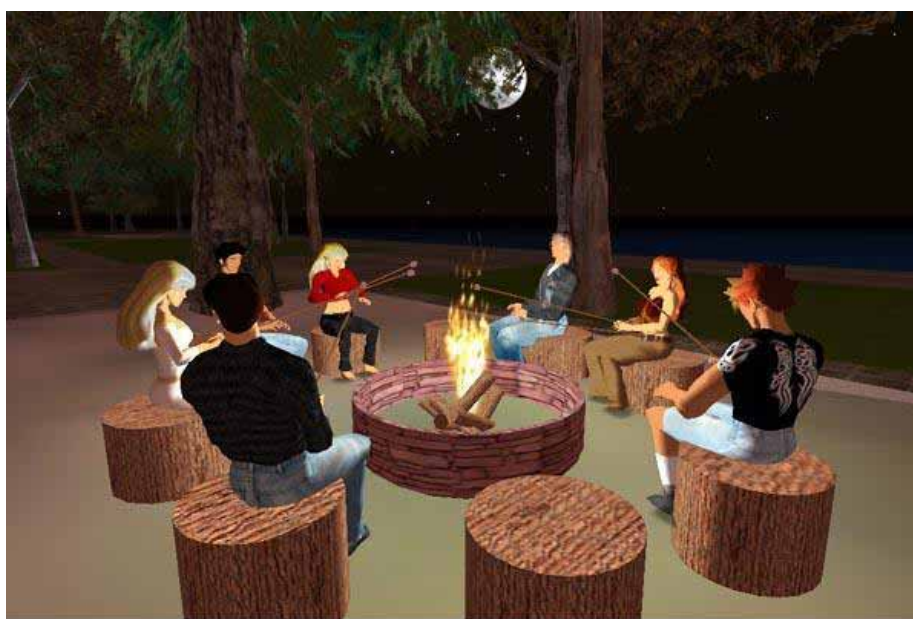
Fonte: Second Life

Figura 3 – Homem SL



Fonte: Second Life

Figura 4 – Roda de Amigos SL



Fonte: Second Life.

Figura 5 – Amigas SL



Fonte: Second Life.

Figura 6 – Espaço de encontros SL.



Fonte: Second Life.

Estas imagens são poucas dentro do que podemos encontrar neste grande universo virtual, mas revelam muito do que temos dentro desta realidade virtual: jovens na busca do belo contemporâneo em avatares e espaços construídos pela internet, vivendo num constante simulacro da realidade, onde absolutamente tudo é permitido.

Participar deste mundo virtual é menos complicado do que parece ser. Por meio de um *login*, o novo usuário inicia a “segunda vida”. O primeiro lugar de navegação é a *Orientation Island* (ilha de orientação do usuário). Nesse ambiente, o estreante recebe instruções de como alterar sua aparência, acessando o *Inventário*, uma espécie de sala de configurações pessoais. Estatura, peso, cor da pele, cabelo, traços do rosto e corpo são definidos nessa área e podem ser modificados sempre que o residente desejar.

A interface gráfica em 3D revela riqueza de detalhes, se comparada aos primeiros videogames da década de 70. O tamanho dos lábios, espessura, tonalidade, assim como contorno estão entre algumas das minuciosas alternativas para os participantes. O mesmo vale para cada parte do corpo, desde a sobrancelha, unhas, nariz, até a musculatura das pernas e braços. Se o avatar está gordinho, é só esticar. Se deseja ficar com o corpo forte, “malhado”, é só acrescentar músculos. O processo não oferece grandes dificuldades.

O *Second Life* convida cada um de nós a efetivamente entrar num segundo nível de consciência sobre nossas vidas reais (a "*Real Life*"). Ao construir um avatar, cada um de nós se desconstrói e se reconstrói técnica e poeticamente. Surge um novo nível de consciência (MACHADO, 2006, p.10)

Interessante é observar como os residentes encaram essa transformação de “recém-chegado” para “configurado” como um ritual indispensável para integrar o metaverso. Embora o avatar possa usar a representação do corpo original, disponibilizada pelo SL, os demais participantes sabem que a figura trata-se de um *Newb* - designação dada ao novo usuário que ainda não tem domínio do meio. Caso permaneça sem retoques na aparência, o iniciante é sempre indagado por outros, como, por exemplo: “por que você ainda está com essa roupa?”, e estimulado a usar os artifícios do SL.

Em geral, os novos interatores vêm com a cor da pele morena escura, calça jeans e blusa roxa, uniforme que os distinguiriam como menos especializados e experientes que os demais, já integrantes de ilhas, comunidades ou tribos. A necessidade de identificar-se com um grupo, de pertencer a uma “cibertribo”, é reforçada pelo comportamento dos usuários. De acordo com Donath (1999, p.29), “conhecer a identidade daqueles com quem se comunica é fundamental para entender e avaliar a Interação”.

As pernas desses iniciantes também evidenciam a inexperiência, já que vêm flexionadas e tencionam um modo de andar diferente dos demais. Nesse sentido, é importante ressaltar como as técnicas corporais também se fazem presentes nos ambientes virtuais. O “andar encurvado” dos novatos causa incômodo aos interatores veteranos. Muitos deles ensinam aos residentes o comando necessário para “normalizar” os passos. Em outras situações, como shows e festas realizadas no SL, a dança é também fonte de discussões e técnicas. Muitos residentes trocam informações sobre ritmos corporais e ensinam comandos inusitados durante os eventos.

No campo das ciências sociais, Marcel Mauss (1974) foi pioneiro ao propor um estudo das técnicas corporais. Para o antropólogo, elas são essenciais para compreender “como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos” (p. 211). Em sua análise, descreve especializações corporais distintas, com a enumeração biográfica das mesmas. Partos de cócoras, em pé, deitado; criação e alimentação da criança; postura na adolescência e também técnicas da idade adulta são citadas. Segundo o autor, a transmissão desses usos dos corpos acarreta especificações para o modo de agir do indivíduo por toda a sua existência:

A criança carregada junto da pele de sua mãe durante dois ou três anos tem uma atitude inteiramente diferente face à mãe do que uma criança não carregada; ela tem um contato com a mãe inteiramente diferente das crianças entre nós. Ela pendura-se ao pescoço, aos ombros, escarrancha-se na anca. É uma ginástica notável, essencial para toda a vida. (MAUSS, 1974, p.224).

O modo de andar também é analisado por Mauss em seus estudos. Nesse sentido, os meios de comunicação, em especial o cinema, são capazes de inserir técnicas em diferentes culturas. O autor cita uma passagem pelo hospital em Nova Iorque, em que encontrou semelhanças entre o andar das enfermeiras americanas e mulheres francesas. E concluiu: “De fato, as modas do caminhar americano, graças ao cinema, começavam a chegar até nós” (MAUSS, p. 214).

No que diz respeito a essas características do SL, podemos destacar algumas curiosidades. Os movimentos dos avatares são previamente estabelecidos no jogo, mas é possível também criar algumas gingas e importá-las, da mesma maneira que se faz com roupas e objetos criados fora da interface do SL. Entre eles, podemos citar danças populares que fazem sucesso nos programas populares da televisão brasileira, como o “Créu” e “Dança do Siri”. Na Ilha Búzios, uma das mais frequentadas no país, muitos avatares executam os movimentos e tentam retratar esses modismos. A criatividade é tamanha, que torna-se difícil acompanhar e adquirir os comandos de tantas tendências. A grande novidade do momento é conseguir a “postura paparazzi”. Alguns avatares ricos e famosos adotaram a técnica para não serem fotografados e filmados no dia-a-dia. A mão sobre o rosto e a cabeça baixa é típica desse movimento. Além disso, pose para fotos, com caras e bocas, viraram febre entre os residentes.

Para os usuários que se sentem “inacabados” ou necessitam de um retoque no visual, é permitido acessar o inventário ilimitadamente. Para isso, é necessário clicar

com o botão direito do mouse sobre o avatar. Na tela, surgirá um *Menu* arredondado com a opção *Aparência*. Se o usuário quiser transformar-se completamente, nada o impedirá, desde que haja domínio das ferramentas. A única limitação é que o residente só pode ajustar traços dentro dos padrões disponibilizados pelo SL. Caso o interesse seja por algum elemento não existente na barra de opções, é necessário criá-lo fora do SL e depois importá-lo.

Como nem todos sabem executar esses comandos, nem são *experts* em artes gráficas, o comércio de membros do corpo é comum na segunda vida. Seios inflados, pernas torneadas, mãos musculosas, abdômen “sarado” figuram entre os anúncios do metaverso. “*Quer comprar um rostinho de modelo, daqueles de chamar a atenção de toda uma ilha? Então, é só separar cerca de 30 linden dólares e se preparar para a metamorfose*”. Há, ainda, como encomendar um corpo completo. Isso acontece muito com artistas que querem ganhar projeção entre os internautas. As cantoras Rita Lee e Cláudia Leite são exemplo disso, contrataram uma agência para desenhar seus personagens.

Embora as possibilidades sejam inúmeras no mundo virtual, a maioria dos avatares adota uma certa padronização. Essa foi a conclusão da pesquisa “*Just Like Me, but Better*” (“igualzinho a mim, só que melhor”), das professoras Suely Fragoso e Nísia Rosário, após entrevista com 61 avatares de 19 nacionalidades.

São todos muito simétricos, com boa proporção. O padrão de beleza é essencialmente caucasiano: a imensa maioria dos avatares são altos, de pele clara, cabelos lisos, corpos longilíneos. Embora esse seja um padrão relativo a um tipo étnico bem definido, atravessa todas as culturas, aparece em avatares do mundo todo.(FRAGOSO, 2008, Folha Online. Acesso em 20/05/2013).

Muitos deles aparentam ser jovens, com idade média entre 20 e 30 anos. Em geral, eles são magros, bonitos e andam com roupas da moda. Aqueles que ousam sair do “molde” ganham status de “aberrações” ou de “personalidades” e transformam-se em figuras conhecidas internacionalmente. A grávida alemã Armiti e a brasileira *Mini Kidd* (uma criança) são exemplos disso. A futura mãe participou de seções de fotos em todo mundo, enquanto a menina conquistou muitos amigos no game, inclusive os próprios pais, já que foi adotada por um casal de residentes. Há, ainda, tentativas de transcendência, de representar hipercorpos, dotados de qualidades inumanas, como asas e luz própria.

Essa transformação sociológica da internet, segundo Cardon (2012), obriga a repensar o mito do território independente, “desconectado” do mundo real. Isso porque os novos utilizadores da internet são cada vez menos sensíveis a essa ficção fundadora e consideram a web menos como um universo separado que como um mundo profundamente entrelaçado à vida cotidiana. Essa virada obriga a reintegrar, em nossas interrogações sobre a internet, a questão da privacidade que os pioneiros pensaram preservar como uma prática de anonimato. Esses últimos se mostraram pouco preocupados com questões da vida privada. Preferiram concentrar suas reivindicações sobre uma liberdade de expressão incondicional. Porém, ao se democratizar e tornar cada vez mais “realista”, a internet trouxe de volta uma atualidade crucial à questão da divisão entre a vida privada e vida pública.

Essa virada conduziu também a revisitar a utopia de uma refundação *on-line* da sociedade sobre bases diferentes daquelas que presidem as relações sociais cotidianas. O culto das “comunidades virtuais” deu a impressão de que os laços estabelecidos entre desconhecidos na internet poderiam ser dotados da mesma força social e efetiva que os estabelecidos na vida real. Para Cardon (2012), essa dimensão, que não está ausente de certos usos da internet, repousa, entretanto, sobre condições de possibilidades que pressupõem uma relativa homogeneidade social entre os participantes. Se no princípio era fácil negá-la para se maravilhar em relações idílicas com desconhecidos, quando a composição sociológica dos usuários era de fato bastante homogênea, esta realidade se tornou cada vez mais difícil de ser mascarada com a diversificação dos públicos da internet.

2.8 Repensando a Ideia de Comunidade.

Diante de todas as colocações estudadas até aqui, notamos as muitas possibilidades de reorganização do cotidiano e as novas formas de relação humana que emergem no seio de uma sociedade rápida e ávida pela ideia do novo. Nesse sentido, citaremos a recente declaração do sociólogo francês Michel Maffesoli a uma revista brasileira: “é a internet que vai propiciar o nascimento duma nova civilização”. Para ele, a rede propiciaria maior inter-relação entre os próximos, já que responde a uma tendência cada vez maior de proximidade e localismo na contemporaneidade. No outro lado da globalização, onde se apresentam grandes impérios, está a força de pequenas corporações que se encontram mais em sintonia com o dia a dia do cidadão. Maffesoli

(1998) considera que o mundo atual poderia ser comparado aos séculos II e III, em que o Império Romano começa a desmoronar e a civilização cristã a crescer: “Um momento em que vemos instituições bem estruturadas, mas que não correspondem a mais nada, ao lado de uma multiplicidade de pequenas seitas, os cristãos. É a rede cristã frente à romanização” (p. 62).

A questão levantada pelo autor aponta para a necessidade de se avaliar em que medida podem ser consideradas comunitárias as relações que se estabelecem através das redes de informação; bem como as influências que advêm desse sistema para a socialização e para os veículos de comunicação tradicionais, quando se suprime o encontro físico, e propicia-se uma circularidade inimaginável do fluxo de informações e contatos.

A ideia de comunidade continua a desafiar a análise sociológica. Como várias outras noções das ciências sociais, a noção de comunidade é polissêmica, ou seja, comporta uma diversidade de sentidos, além de evocar conteúdos emotivos que atribuem a ela certa peculiaridade em relação a outras noções.

A palavra comunidade pode ser usada para descrever desde aldeias, clubes e subúrbios até grupos étnicos e nações. Não obstante esse largo espectro conceitual, a definição de comunidade tem passado sobretudo pela afirmação de sua dimensão subjetiva: a comunidade se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertença a determinada coletividade. A dimensão subjetiva se coloca, assim, como mais significativa do que outras dimensões, como a da espacialidade, também bastante associada à ideia de comunidade. A comunidade pode ser tida como uma “entidade simbólica”, como propõe Anthony Cohen em *The Symbolic construction of Community* (1985), que comporta um sistema de valores e um código de moral através dos quais se definem as modalidades de pertença. Por isso mesmo, a análise da comunidade torna-se algo problemático do ponto de vista sociológico, na medida em que exige sempre um tipo de “fixação” pouco condizente com os processos de construção de identidades nas sociedades contemporâneas. Podemos dizer que a comunidade, em seu sentido mais original, tal qual definido pela teoria social, passa a perder importância sociológica em decorrência da plasticidade que as identidades comunitárias assumem no mundo atual.

Todavia, a comunidade pode, em certo sentido, ser visualizada sociologicamente no mundo atual, na medida em que, imaginada ou não, ela continua a ter expressão na realidade cotidiana das pessoas, o que é algo apreendido de maneira incisiva e bastante

peculiar pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Tal expressão vai reverberar inclusive na querela entre liberalismo e comunitarismo.

A participação de Bauman no debate sobre a controversa questão da comunidade nas sociedades contemporâneas, se dá a partir de um fio condutor que, talvez possamos dizer, lhe é uma marca registrada: a díade pendular constituída pelos valores segurança e liberdade. Tentaremos aqui apreender aspectos centrais da leitura que Bauman faz da questão da comunidade nas sociedades contemporâneas, localizando premissas que o faz afirmar a sua impossibilidade.

A “comunidade real” ou a “verdadeira comunidade”, que é aquela que não foi produzida artificialmente ou meramente imaginada, tal qual cunhada na teoria social por Ferdinand Tönnies e Robert Redfield, já não se sustenta. Ambos os autores analisam a comunidade cuja a pertinência só pode ser pensada num momento pré-moderno, ou de transição para a “modernidade sólida”, os tempos atuais, de “modernidade líquida” (para iniciarmos a nossa incursão no universo terminológico de Bauman), exigem um olhar revisado para o apelo comunitário.

A “comunidade real” baseia-se no entendimento compartilhado por todos os membros (definição de Tönnies). Esse entendimento não é o mesmo que consenso. O consenso implica a construção de um acordo alcançado “por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade”. O entendimento do tipo comunitário não precisa ser construído, já está dado, “completo e pronto para ser usado” e “precede todos os acordos e desacordos”. É um entendimento “natural” e “evidente”, dado de antemão, e que confere organicidade a coletividade, que mantém as pessoas unidas “a despeito de todos os fatores a que as separam” (BAUMAN, 2003, p.15). Isso acontece porque o conteúdo do entendimento mútuo não pode ser expresso, determinado, nem compreendido, caso contrário seria um acordo artificialmente produzido.

O entendimento comunitário garante a “imersão ingênua na vida humana”. A comunidade é um ambiente de lealdade e de conforto, de “acolhimento” inquestionável, assim como é também inquestionável o sistema de valores que define essa condição. Pelo fato de o entendimento ser do tipo “natural”, a comunidade não resiste “ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente”, quando é submetido ao exame e contemplação. A comunidade que fala de si, seria então, uma contradição em termos. Para Tönnies, “numa verdadeira comunidade não há motivação para a reflexão, a crítica ou a experimentação” (Bauman, 2003, p.17).

Robert Redfield define três atributos principais das “comunidades reais”. Nos termos de Bauman, são eles: “distinção”; “pequenez” e “auto-suficiência”.

‘Distinção’ significa: a divisão entre ‘nós’ e ‘eles’ é tanto exaustiva quanto disjuntiva, não há casos ‘intermediários’ a excluir... não há problema nem motivo para confusão – nenhuma ambiguidade cognitiva e, portanto, nenhuma ambivalência comportamental. ‘Pequenez’ significa: a comunicação entre os de dentro é densa e alcança tudo, e assim coloca os sinais que esporadicamente chegam de fora em desvantagem, em razão de sua relativa raridade, superficialidade e transitoriedade. E ‘autosuficiência’ significa: o isolamento em relação a eles é quase completo, as ocasiões para rompê-los são poucas e espaçadas (BAUMAN, 2003, p.17-18).

Esses três atributos se unem e conferem proteção aos membros da comunidade em relação às “ameaças a seus modos habituais”, tornando pouco provável que surjam motivações para a reflexão, a crítica e a experimentação.

A unidade e homogeneidade da comunidade dependem do bloqueio do fluxo de comunicação que por ventura possa ser estabelecido entre os membros da comunidade e os outros, entre os “de dentro” e os “de fora”. Essa unidade começa a encontrar dificuldade de sustentação “quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’”. (Bauman, 2003, p.18).

As condições para a existência da comunidade passam a ser erodidas quando a comunicação entre os de dentro e o mundo externo passa a ter maior peso do que as trocas mútuas internas. Essa “fissura” nos aparatos de proteção da comunidade se tornou possível com o “aparecimento dos meios mecânicos de transporte” e consequente dinamização do fluxo de informação entre pessoas participantes de coletividades diversas situadas distantes umas das outras. Esse fluxo de informação termina por tensionar o “conhecimento internamente disponível” e o repertório de códigos de reconhecimento mútuo que definiam o entendimento “natural”. Essas informações alternativas podem circular tão rápido quanto “as mensagens orais originárias do círculo de mobilidade humana ‘natural’”. Diz Bauman: “a distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação” (Bauman, 2003, p.18).

A ampliação da velocidade e a “emancipação dos fluxos de informação proveniente do transporte dos corpos”, situação presente e acirrada a cada passo nas sociedades contemporâneas, implica a impossibilidade da manutenção de fronteiras rígidas entre os de dentro e os de fora. A partir de agora toda unidade deve ser

construída com base em critérios de “seleção, separação e exclusão” de possibilidades. “O acordo ‘artificialmente construído’ é a única forma disponível de unidade” (Bauman, 2003, p.18), comprometendo para sempre o estatuto original da comunidade.

O abalo das referências dadas pela tradição, com o embotamento de suas áreas fronteiriças, levou a emergência de um modelo cultural cujo alicerce é a valorização da individualidade, que deve ser “construída” pelo próprio indivíduo. Temos a emergência do individualismo moderno que viria a ser a “marca registrada da modernidade”. De acordo com Bauman, a individualização, no que diz respeito aos valores humanos, envolveu uma troca. Os bens trocados foram a segurança e a liberdade:

“a liberdade oferecida em troca da segurança” de fazer parte da comunidade. Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon refletem sobre a “ambivalência do individualismo moderno”: ele é, ao mesmo tempo, um vetor de emancipação dos indivíduos, que estimula sua autonomia e os torna portadores de direitos, e um fator de insegurança crescente, fazendo com que todos sejam responsáveis pelo futuro e obrigado a dar à vida um sentido não predeterminado a partir de fora. (BAUMAN, 2003, p.26).

As formações sociais que se sucederam no curso da história (“capitalismo pesado”, “capitalismo leve”) representam momentos nos quais ocorreram oscilações no pêndulo dos valores da liberdade e da segurança, porém a inclinação tem pendido sobremaneira para o polo da liberdade.

O capitalismo pesado foi o capitalismo do modelo fordista, onde ocupava centralidade a preocupação com o ordenamento social, preocupação que extrapolou os muros das fábricas enquanto modelo de industrialização, de acumulação e regulação, alcançando a totalidade da experiência vivida. Para Bauman: “O fordismo era a auto-consciência da sociedade moderna em sua fase ‘pesada’, ‘volumosa’, ou ‘imóvel’ e ‘raizada’, ‘sólida’”. Ordem, nos diz o pensador, significa monotonia, regularidade, repetição e previsibilidade. “Dizemos que uma situação está ‘em ordem’ se e somente se alguns eventos tem maior probabilidade de acontecer do que suas alternativas, enquanto outros eventos são altamente improváveis ou estão inteiramente fora de questão” (BAUMAN, 2001, p.66).

A manutenção da ordem exige um controle rígido e a reiteração da unidade de propósitos. Nesse sentido, por pelo menos 200 anos o mundo foi dominado por administradores das empresas capitalistas. Eles separaram o factível do implausível, o racional do irracional, o sensato do insano, e de outras formas ainda determinaram e circunscreveram a gama de alternativas dentro das quais confinam as trajetórias da vida humana.

O capitalismo pesado representa um “estágio” em que capital, administradores e trabalho estavam “amarrados”, “engajados” numa trama de interdependências que não poderia ser desfeita sob pena de interromper o “esforço comum” de modernização.

Aqui é importante ressaltar a relação entre o modelo de regulação focado na produção e modelos de regulação focados no discurso da “cultura nacional”. O que acontece é que o modelo fordista foi experimentado nas raias dos Estados-nação. Seria mais apropriado pensar uma concomitância na definição das culturas nacionais e do modelo fordista. Ora, a construção das culturas nacionais sustentou-se a partir de um discurso modernizador. A formação do que Stuart Hall chama de “cultura nacional” implicou a criação de uma “cultura homogênea e manteve instituições culturais” normatizadoras; por isso, “a cultura nacional se tornou uma característica chave de industrialização e um dispositivo da modernidade” (HALL, 2002, p.50).

De acordo com Néstor Canclini (2003), as culturas nacionais se configuraram por meio de uma “política de homogeneização modernizadora”, que subjugou a diversidade cultural e a variedade de modalidades de produção e consumo a instâncias modeladoras do formato nacional. Podemos dizer que o “capitalismo pesado” e as narrativas baseadas na etnia e na nação compartilham um fundamento comum: estruturam-se mediante dispositivos ordenadores indispensáveis na configuração da “modernidade pesada”. O modelo fordista que substancia o “capitalismo pesado”, se articula, dessa forma, com o Estado-nação. Ambas as entidades, em sua associação íntima embora também dispersiva, possibilitaram aos membros da nação certa segurança, seja num nível material, seja num nível simbólico. De um lado, o Estado sempre acionado em sua face provedora, de outro, o setor produtivo industrial ainda muito dependente dos trabalhadores e disposto a fixá-los ao chão da fábrica através de medidas anti-dispersivas. Esse é um cenário onde projetar a longo prazo aparenta ser possível, o progresso através da modernização está na ordem do dia, e a mobilidade social parece (quase) certa para todos.

Embora haja uma pluralidade de referências identitárias disponíveis (ainda que de forma desigual) em circulação, corroendo a possibilidade das comunidades num sentido tradicional, as estruturas normatizadoras funcionam como uma espécie de filtro catalisador dessas referências, visando a manutenção do formato nacional e do funcionamento da economia sem maiores desavenças. A intenção última é a manutenção da “unidade”, da ordem.

De acordo com Bauman, o Estado-nação foi o único “caso de sucesso” da comunidade nos tempos modernos. O Estado apostou no estatuto da comunidade com

algum grau de convicção e efeito. Isso porque o investimento na identidade étnica ou nacional superaria todas as outras lealdades residuais. Aqui uma questão importante pode ser colocada e tem relação direta com os discursos comunitários atuais ligados à etnia. Stuart Hall vai nos dizer que o discurso da cultura nacional “não é assim tão moderno como aparenta ser”. As identidades nacionais se situam ambigualmente entre o passado e o futuro. A cultura nacional possuiria assim uma dimensão anacrônica, definida pela disposição nostálgica a um retorno ao tempo em que a nação era “grande”. Há, no caso, uma tentação de restaurar as identidades passadas. “Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para que purifiquem suas fileiras, para que ‘expulsem’ os outros que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente” (HALL, 2002, p.56).

Embora seja possível encontrarmos um relevante sentido comunitário na constituição das identidades nacionais, não há uma coincidência completa entre as realizações do Estado-nação e as ambições comunitárias. Como dissemos antes, o Estado operacionalizou uma “política de homogeneização modernizadora”, o que implica a supressão de uma diversidade tida como incômoda. Podemos dizer que a cultura nacional tende a unificar a diversidade cultural (seja em termos de classe, gênero, raça ou outro) numa identidade cultural. Não obstante, concordamos com Bauman quando diz que nesse contexto não há supressão real da diferença, o que ocorre é uma situação na qual o “aspecto em que somos semelhantes é decididamente mais significativo que o que nos separa; significativo bastante para superar o impacto das diferenças quando se trata de tomar posições” (BAUMAN, 2001, p. 202). Stuart Hall lembra que uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica, “ela é também uma estrutura de poder cultural” (HALL, 2002, p.59).

Se, como diz Canclini (1997), as “culturas nacionais pareciam sistemas razoáveis para preservar, dentro da homogeneidade industrial certas diferenças e certo enraizamento territorial, que mais ou menos coincidem com os espaços de produção e circulação de bens” (p. 16), ou seja, constituíram um cenário de relativa unidade, calcada em discursos que pronunciavam “veredictos sem apelação sobre objetivos dignos de perseguição” (Bauman, 2002, p.72), a nova configuração do capitalismo – o “capitalismo leve” – se define no curso dos processos que abalaram e instabilizaram as instituições que foram indispensáveis e centrais na manutenção do discurso da ordem presente na versão pesada do capitalismo. O discurso da ordem é o discurso racionalizador preocupado em aprimorar os meios para o alcance de fins já definidos, o mesmo que define o que deve ser tido como necessário e desejável.

O novo cenário, definido por rápidas e permanentes transformações nas tecnologias de produção, na estética das “coisas”/objetos, e na comunicação extensiva e intensiva entre sociedades, faz gerar uma ampliação de desejos e expectativas, descentrando os núcleos ordenadores e as orientações culturais locais numa pluralidade de possibilidades, fazendo com que qualquer hierarquia de orientações seja sempre passível de ser rearranjada. É um cenário que pode, ao nosso ver, a despeito do enfado que essa denominação possa despertar em muitos, ser chamada de globalização (ou, ainda mais especificamente, globalização neoliberal, pela sua diretividade hegemônica e pelo reordenamento global de poderes).

É no “capitalismo leve” de Bauman, o mundo da era da globalização, que as orientações e os objetos perdem a fidelidade com seus territórios simbólicos e geográficos originários. Se, de acordo com Néstor Canclini, o processo de internacionalização (que, podemos dizer nos voltando para Bauman, corresponde a uma característica do “capitalismo pesado”) foi uma abertura de fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos de outras, ainda que a maioria das “mensagens” e dos bens consumidos fossem gerados na própria sociedade e que houvesse leis alfandegárias protetoras da produção interna, a “globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais esta se agindo” (CANCLINI, 2003, p.17).

O processo de erosão das instituições normatizadoras e dos centros promotores de segurança e certeza, recoloca a questão das finalidades e dos objetivos a serem perseguidos, gerando uma “sensação enervante de incerteza e, portanto, um estado de ansiedade perpétua” (BAUMAN, 2001, p.72). Isso é válido, sobretudo, quando temos no foco a desestruturação da capacidade do Estado em responder as suas responsabilidades de provedor maior de segurança, certeza e garantias, especialmente em países que não completaram a tortuosa trajetória do estabelecimento do Estado-nação.

De maneira sucinta e com estilo próprio, César Benjamin expõe uma miríade de fatores envolvidos na conformação do estado de ansiedade que é marca característica do cotidiano no “capitalismo leve”, sobretudo, das populações mais vulneráveis dos países ditos em desenvolvimento, como o Brasil.

A possibilidade do desemprego, a insegurança diante da violência onipresente, a preocupação com o desamparo em caso de doença ou a chegada da velhice, as dúvidas

sobre o futuro dos filhos – tudo isso forma um cotidiano de miséria material e moral que a todos atinge. Desaparece a ideia de que a vida pode e deve ter um horizonte sólido, amplo e aberto. Em seu lugar, predomina a sensação, psicologicamente desestruturante de desgoverno das expectativas. Tudo se torna precário. Um sentimento do provisório, do frágil, do especulativo, a todos domina, e a incerteza se torna pano de fundo que preside as ações (Benjamin *et al*, 1998, p.14).

A desestruturação do Estado é condição indispensável para que se possa dar vazão – sem interrupções que cessem o fluxo – ao trânsito de informações, mensagens e produtos por uma malha virtual que trança todo (ou quase todo) mundo. Por sua vez, se configura, não obstante a metáfora da fluidez (que concordamos ser adequada para uma aproximação de muitos dos processos em curso nas sociedades contemporâneas), uma nova hierarquia mundial e uma nova dinâmica de dominação exercida pelo que Bauman chama de “forças friamente mercenárias do capital global” (BAUMAN, 2001, p.212). Há um novo arranjo do poder que debilita o poder decisório de esferas locais submetendo-as a dinâmica dos fluxos do capital global. Diz o sociólogo: “A liberdade da política do Estado é incansavelmente erodida pelos novos poderes globais providos das terríveis armas da extraterritorialidade, velocidade de movimento e capacidade de evasão e fuga” (p. 212).

A recusa de participar do jogo definido nas “novas regras globais” é punida impiedosamente. E a punição pode ser de várias modalidades que vão desde medidas econômicas até intervenções militares. Em resumo, temos então um cenário no qual se estabelece “uma nova hierarquia global”, com uma “elite global” composta por “empresas globais”, instituições internacionais e um significativo número de governos, bem como “novas regras do jogo”, reconfigurando a dinâmica da dominação que não é mais um jogo “jogado entre o ‘maior’ e o ‘menor’, mas entre o mais rápido e o mais lento” (BAUMAN, 2001, p. 214-215). São as “forças globais de mercado” que ocupam o vazio deixado pelo debilitado Estado-nação.

O Estado perde poder e sua força coercitiva. E há uma instabilização do que é ou foi tido como própria ou autenticamente nacional. O princípio de soberania é desacreditado. A nação deixa de ter o mesmo potencial mobilizador com o afastamento da capacidade decisória e conseqüentemente de projetar-se.

O mundo se torna extremamente precário para que muitos garantam condições minimamente razoáveis de existência material, ao mesmo tempo em que o mundo se torna uma coleção infinita de possibilidades.

A questão deixa de ser o cálculo dos meios em relação a fins pré-determinados, definidos a partir do formato nacional. O que passa a ser colocado em pauta é a “questão de considerar e decidir, em face de todos os riscos conhecidos ou meramente adivinhados, quais dos muitos flutuantes e sedutores fins ‘ao alcance’ devem ter prioridade – dada a quantidade de meios disponíveis e levando em consideração as ínfimas chances de sua utilidade duradoura” (BAUMAN, 2001, p. 73). Nesse cenário as pessoas estão em busca de objetivos ou fins e não de meios.

Os indivíduos escolhem em liberdade, não há mais uma instância reguladora exclusivista. Tudo depende da iniciativa do indivíduo. Cabe a ele descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir – isto é, com a máxima satisfação concebível.

Essa é uma realidade que se define sob o signo da incerteza e da contingência, e que, se por um lado, pode ser uma “experiência divertida” tendo em vista que poucas coisas são predeterminadas, e menos ainda “irrevogáveis”, por outro, “nenhuma vitória é tampouco final” (BAUMAN, 2001, p.74). Não há um porto seguro a encontrar no fim da caminhada. A caminhada se refaz no pretense ponto final, que abre-se numa multiplicidade de novos caminhos. A ambiguidade da experiência humana não se resolve em nenhum momento, uma vez que, se a consciência de um horizonte aberto de possibilidades a serem experimentadas soa agradável, a suspeita de que o que já foi testado não chegou a completar uma plataforma minimamente estável, traz conflito e ansiedade.

O capitalismo pesado era também o mundo das autoridades que ocupavam um papel relativamente fixo responsável pela manutenção da integridade social ou pela diretividade da transformação social. O “capitalismo leve” não fez desaparecer as autoridades, na verdade permitiu que elas se proliferassem de tal maneira que impossibilitou qualquer orientação exclusivista. Dessa forma, é por cortesia de quem escolhe que a autoridade se torna autoridade. As autoridades não mais ordenam, elas se tornam agradáveis a quem escolhe. As autoridades agora são selecionadas e consumidas e a qualquer momento podem ser questionadas e refutadas. O mesmo é válido para a infinidade de outros referentes identitários.

Nas sociedades contemporâneas os indivíduos estão envolvidos primariamente no papel de consumidor e não no de produtor. A “vida organizada em torno do papel de produtor” tende a ser normativamente regulada, já a “vida organizada em torno do consumo... deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos

sempre crescentes e quererem voláteis – não mais por regulações normativas” (BAUMAN, 2001, p.90).

Num mundo de possibilidades abundantes o mais importante é permanecer aberto à experimentação, à escolha. O sociólogo sustenta uma afirmação forte em relação a “natureza” do mundo atual, nos diz: “Tudo numa sociedade de consumo é uma questão de escolha, exceto a compulsão da escolha – a compulsão que evolui até se tornar um vício e assim não é mais percebida como compulsão”. Essa compulsão é expressa através da “atividade de compra” que para Bauman pode ser estendida para toda experiência vivida. Ele nos diz: “o que quer que façamos e qualquer que seja o nome que atribuamos a nossa atividade, é como ir às compras, uma atividade feita nos padrões de ir às compras. O código em que nossa ‘política vida’ está inscrito deriva da pragmática do comprar” (BAUMAN, 2001, p.87).

No contexto do “capitalismo leve” e da sociedade de consumo, as identidades só podem ser percebidas como fluídas. A imagem de consistência e fixidez que se associa a identidade logo se esvai, basta que ela seja avaliada ao longo do fluxo da experiência biográfica. A construção ou a busca da identidade é um esforço incessante para “reter ou tornar mais lento o fluxo”. E esse é sempre um exercício malogrado, porque qualquer estabilidade, menor que seja, impõe a desagradável sensação de deixar de escolher, de se abster da possibilidade de experimentar sempre. Os indivíduos estão livres para escolher no “supermercado das identidades” a que melhor lhe convém, ainda que ela já venha com o prazo de validade vencido. Bauman nos dirá:

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínseca de todas ou quase todas identidades, [...] o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e mantê-la enquanto desejado, [...] se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias de identidade. Com essa capacidade, somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece. (BAUMAN, 2001, p.98).

Mas, essa liberdade está baseada na escolha de consumidor, especialmente, a liberdade de auto-identificação pelo uso de objetos produzidos e comercializados em massa. Essa liberdade não funciona sem dispositivos e substâncias disponíveis no mercado. A liberdade de escolha do consumidor é tida por Bauman como um valor em si mesmo.

O mercado ou o supermercado produz em abundância, de forma nunca antes vista, delineando um modelo cultural alicerçado no efêmero, onde as “coisas” já são produzidas para se tornar obsoletas. Bauman nos diz que “as coisas são os ornamentos

simbólicos das identidades e as ferramentas dos esforços de identificação”, os referentes identitários fugidios. E num

mundo em que coisas deliberadamente instáveis são matérias-primas das identidades, que são necessariamente instáveis, é preciso estar constantemente em alerta; mas antes de tudo é preciso manter a própria flexibilidade e a velocidade de reajuste em relação ao padrões cambiante do mundo ‘lá fora’ (BAUMAN, 2001, p.100).

São essas “coisas” que circulam rapidamente num universo aparentemente sem fronteiras, tensionando as narrativas de pureza das identidades nacionais pretensamente estáveis. Embora todos estejam instalados num mesmo mundo, compartilhando a mesma disposição de “ir às compras”, nem todas as escolhas à disposição são realistas, e a proporção de escolhas realistas não é função do número de itens à disposição, mas do volume de recursos à disposição de quem escolhe. Isso precariza ainda mais um contingente expressivo da população. A sensação desestruturante de insegurança se torna mais premente entre os subalternos globais. Quando os recursos são abundantes sempre é possível acompanhar a velocidade dos fluxos, pode-se mesmo estar inclinado a subestimar os riscos e a insegurança e supor que a profusão de escolhas compensa de sobra o desconforto de viver no escuro, de nunca estar seguro sobre quando e onde termina a luta, se é que termina.

Todavia os pobres, aqueles portadores de poucos recursos materiais, não são imunes ao desejo de experimentar, ainda que por um momento fugaz, o êxtase da escolha.

Podemos dizer que a ideia de uma díade pendular dos valores humanos fundamentais é um aspecto central nos argumentos elaborados por Bauman sobre a dinâmica das sociedades contemporâneas. Não é o caso de ser apenas um fio condutor analítico conjuntural, é algo que marca profundamente a história humana. Os indivíduos sempre estiveram enredados nas oscilações pendulares entre os polos da liberdade e da segurança. E é, como vimos, a partir desse prisma que Bauman discute a questão da comunidade no mundo atual.

Podemos dizer que Bauman recoloca a comunidade enquanto noção válida do ponto de vista da análise sociológica, todavia não recuperando a ideia de uma entidade em si mesma resguardada e purificada, mas muito mais enquanto uma intencionalidade, elaborada no cotidiano de precariedade e risco que a todos atinge. A comunidade para o autor em apreço seria, então, o pouso do polo da segurança que, ambigualmente, às vésperas de sua afirmação já se prepara para ser negada.

Eric Hobsbawm observa que “a palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada tão indiscriminadamente quanto nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tornaram difíceis de encontrar na vida real”, e que: “Homens e mulheres procuram grupos de que possam fazer parte, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo o mais se desloca e muda, em que nada é certo”. (Hobsbawm *apud* Bauman, 2001, p.196).

A comunidade em seu sentido restrito cunhado pela teoria social, em decorrência da pluralidade de referentes identitários disponíveis a cada um, vem sendo substituída pela identidade, ou (para sermos mais específicos ressaltando as dimensões que a fazem confundir com a comunidade) identidade comunitária. Nesse caso, embora as pessoas possam escolher em uma miríade de possibilidades identitárias, sua escolha implica a forte crença de que quem escolhe não tem opção a não ser o grupo específico a que ‘pertença’.

A filiação a determinada comunidade com a certeza de que outra situação seria improvável, leva a configuração de “um mundo total, que oferece tudo do que se pode precisar para levar uma vida significativa e compensadora” (BAUMAN, 2001, p. 197). A comunidade se basta, é completa. Porém o resto, as outras possibilidades recusadas, apesar de serem afirmadas enquanto irrelevantes e serem continuamente hostilizadas, estão sempre a ameaçar insinuando sua face mais sedutora.

Podemos dizer que a identidade comunitária com seus pontos de aproximação com a natureza essencialista da comunidade em seu sentido estrito, é uma identidade compartilhada que garante aos “de dentro” a segurança desejada com a aparente eliminação dos riscos decorrentes do fluxo contínuo e rápido das “coisas” e orientações no mundo atual, o que pressupõe a recusa de outras tantas possibilidades, violentamente se for o caso. Aqui é importante ter em mente que existem várias modalidades de apelo comunitário, inclusive aqueles reconhecidamente pontuais, ou seja, que não se propõem a contemplar a totalidade da experiência vivida por cada pessoa. Mas aqui estamos, certamente, seguindo a linha argumentativa de Bauman, nos referindo a apelos comunitários que preservam uma visão essencialista e exclusivista.

É exatamente essa comunidade calcada num ideal de pureza, que é uma impossibilidade. A questão é que por mais que os indivíduos se lancem na tarefa de construção de sua identidade comunitária, e por mais que incorra na certeza do êxito, essa sensação é sempre muito provisória. Ninguém está imune aos referentes identitários produzidos em abundância no mundo atual. Na sociedade de consumo as mensagens e produtos circulam sem obstruções alfandegárias por todo ou quase todo o

globo numa velocidade tremenda, comprimindo espaço e tempo. Emerge uma cultura do efêmero, como nos diz Canclini (2003), “as manifestações culturais [são] submetidas aos valores que ‘dinamizam’ o mercado e a moda: consumo incessantemente renovado, surpresa e divertimento” (p.18). Um modelo cultural que segue as regras da inovação e obsolescência periódica.

A fixidez exigida pelo ideal da identidade comunitária torna-se um engodo (pelo menos no sentido clássico de comunidade), e qualquer iniciativa que vise balizar um sistema de valores exige um tremendo esforço interno para eliminar as impurezas e prontidão permanente para evitar desvios. Recorrendo inclusive a uma cumplicidade nos crimes.

A “instabilidade endêmica dos fundamentos”, que se processa mediante os fluxos contínuos, precisa ser compensada, e é provavelmente compensada por uma “sociabilidade explosiva”, por “manifestações explosivas” e por uma “cumplicidade ativa nos crimes” contra os quais não há punição no interior da “comunidade explosiva” – Bauman vai dizer que esse tipo de comunidade precisa de violência para nascer e para continuar vivendo. Necessita-se de inimigos a espreita, ameaçadores e concretos para que sejam perseguidos e assim seja acionada a cumplicidade entre os membros da comunidade. O apelo a violência é uma maneira de desenhar as fronteiras da comunidade e reforçar a predisposição de seus membros em mantê-las. A violência é a maneira pela qual se afirma a pretensa fixidez e coerência identitária diante das incertezas e contestações que devem ser veladas e desqualificadas, ainda que seja impossível extirpá-las por definitivo.

Bauman propõe que o termo “comunidade cabide” capta bem alguns dos traços mais característicos das comunidades em tempos de modernidade líquida. Esse termo, incomum no Brasil, ressalta duas dimensões centrais da pretensa “unidade comunal”: o caráter de espetáculo das comunidades e sua brevidade e, no extremo, sua excepcionalidade.

Os frequentadores de um espetáculo se vestem para a ocasião, obedecendo a um código distinto do que seguem diariamente – o ato que simultaneamente separa a visita como uma ‘ocasião especial’ e faz com que os frequentadores pareçam enquanto durar o evento, mais uniformes do que na vida fora do teatro. É a apresentação noturna que leva todos ao lugar – por diferentes que sejam seus interesses e passatempos durante o dia. Antes de entrar no auditório, deixam os sobretudo ou capas que vestiram nas ruas no *cloakroom* da casa de espetáculos[...] Durante a apresentação, todos os olhos estão no palco; e também a atenção de todos. Alegria e tristeza, risos e silêncios, ondas de aplauso, gritos de aprovação e exclamações de surpresa são sincronizados –

como se cuidadosamente planejados e dirigidos. Depois que as cortinas se fecham, porém, os espectadores recolhem seus pertences do cloakroom e, ao vestirem suas roupas de rua outra vez, retornam a seus papéis mundanos, originários e diferentes, dissolvendo-se poucos momentos depois na variada multidão que enche as ruas da cidade e da qual haviam emergido algumas horas antes. *Cloakroom communities* [comunidades cabide] precisam de um espetáculo que apele a interesses semelhantes em indivíduos diferentes e que os reúna durante certo tempo em que outros interesses – que os separam em vez de uni-los – são temporariamente postos de lado, deixados em fogo brando ou inteiramente silenciados.

Os espetáculos substituem a “causa comum” da modernidade sólida, retirando o sentido de engajamento coletivo e duradouro (senão permanente), e dando vazão ao indivíduo solitário que precisa despender pouco tempo para dizer-se comunitário, voltando logo para sua atmosfera individual de escolhas. Essa modalidade de expressão comunitária deixa, de forma variada e dependendo do caso em questão, uma abertura que impede que a comunidade solape completamente qualquer margem de trânsito do indivíduo por outros territórios, mesmo que de forma desconfiada e muito pouco autodeliberada. Essas comunidades, diz Bauman (2003), mais dispersam do que fazem confluir a energia dos impulsos de sociabilidade e, por fim, não fazem senão afirmar o esforço essencialmente solitário e sempre malgrado dos indivíduos de jure em elevar-se a indivíduos de fato.

Mas, afinal, o que se pode esperar de uma sociedade que produziu a virtualidade? O canadense De Kerckhove tem uma perspectiva otimista, cujos pressupostos são contemplados também pelo filósofo Gianni Vattimo. De Kerckhove está preocupado, segundo Paiva (2003), em discutir as transformações operadas no indivíduo na medida em que sejam interiorizadas as últimas invenções da era do virtual, chegando mesmo a prever a composição de “para-consciência” coletiva, formulada a partir da virtualidade, que pode vir a ser uma saída para a cultura de massa, para ele, já exaurida.

De Kerckhove retoma a desilusão de McLuhan, de quem foi assistente: o homem ocidental perdeu pouco a pouco os benefícios das trocas orais tradicionais na vida comunitária, na medida em que aprendeu a ler e a escrever, e na medida em que foi privado do uso dos sentidos. Por essa razão, ele remodelou seus métodos de tratamento da informação, de tal forma que a tenha introduzido em esquema abstrato, desprovido de qualquer dimensão sensorial. O autor concebe ainda o virtual como o espaço do jogo, do vazio da determinação. E por ser o intervalo entre o projeto e sua realização, constitui um momento passível de ser gerenciado; de forma a nos

protegermos. Esta é uma das razões por que é otimista com este novo produto; segundo ele, que coloca o homem em direção ao máximo de abertura para o mundo. Acredita ele que devemos superar nossas máquinas em vez de as temermos, ou seja, devemos absorvê-las no interior do nosso universo psicológico pessoal, da nossa imagem de corpo, da nossa imagem de mundo.

A virtualização da realidade é analisada pelo filósofo Gianni Vattimo não apenas como a consumação do desaparecimento do sujeito, enquanto produtor da verdade, mas também como a diluição do objeto. O pensador considera que o fim do indivíduo, com o advento da aldeia global, não significa apenas o reforço à oralidade e à superação da comunicação escrita. Implica também, segundo Paiva (2003), o reconhecimento de que a imersão na aldeia global seja idêntica àquela das sociedades tradicionais, onde a comunicação com os outros pode ser considerada “imediate”, e também oral, fazendo do sujeito um participante da cultura coletiva.

Porém, o que define esse sujeito pós-metafísico, de Vattimo, do sujeito das sociedades tradicionais? O espírito crítico é substituído por um vago sentimento de participação. Impera também um humanismo mais emotivo do que racional, que no máximo pode preparar o surgimento de uma ordem política populista e um retorno à autoridade carismática. Admite-se, em meio ao pensamento de Vattimo, o fim do sujeito moderno. A televisão trouxe o enfraquecimento do hábito da leitura, com isso, a educação não se funda mais sobre a relação individual com textos, e o exercício da interpretação torna-se frágil. Sem dúvida, esse processo foi alterado pela internet que trouxe uma nova forma de leitura. Enquanto a televisão torna a leitura menos habitual, a internet permite um reencontro com o texto escrito. A leitura ganha, no entanto, novas características, como rapidez e objetividade. Na tela do computador, surge então uma nova possibilidade: a interpretação pode novamente fazer frente à cultura de imersão, gerenciada pelos meios de comunicação em massa.

A comunicação por redes é um fenômeno contemporâneo e comporta uma série de discussões sobre o nível das relações humanas que se estabelecerão nesse novo horizonte. Assim, no próximo capítulo nos dedicaremos a entender a dinâmica de relacionamento estabelecida nas redes sociais da internet e como os seus atores reorganizam suas relações a partir da internet.

3 REDES SOCIAIS DA INTERNET

O advento da Internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa, para este trabalho, é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros (RECUERO, 2009). É o surgimento dessa possibilidade de estudo das interações e conversações através dos rastros deixados na Internet que dá novo fôlego à perspectiva de estudo de redes sociais, a partir do início da década de 90. É, neste âmbito, que a rede como metáfora estrutural para a compreensão dos grupos expressos na internet é utilizada através da perspectiva de rede social.

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (RECUERO, 2009). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.

O estudo das redes sociais na internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. Para estudar essas redes, no entanto, é preciso também estudar seus elementos e seus processos dinâmicos. É sobre esses elementos e processos que trataremos neste momento.

As redes sociais na internet possuem elementos característicos, que servem de base para que a rede seja percebida e as informações a respeito dela sejam apreendidas. Esses elementos, no entanto, não são imediatamente discerníveis. Por exemplo, o que é um ator social na Internet? Como considerar as conexões entre os atores on-line? Que tipos de dinâmicas podem influenciar essas redes? São esses questionamentos que nos interessam neste momento: como podem ser percebidas

essas unidades de análise no âmbito da comunicação mediada pelo computador e do ciberespaço.

3.1 Atores

Os atores são o primeiro elemento da rede social, representados pelos nós (ou nodos). Trata-se das pessoas envolvidas na rede que se analisa. Como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais.

Quando se trabalha com redes sociais na internet, no entanto, os atores são constituídos de maneira um pouco diferenciada. Por causa do distanciamento entre os envolvidos na interação social, principal característica da comunicação mediada por computador, os atores não são imediatamente discerníveis. Assim, neste caso, trabalha-se com representações dos atores sociais, ou com construções identitárias do ciberespaço. Um ator, assim, pode ser representado por um weblog, por um fotolog, por um twitter ou mesmo por um perfil no Orkut. E, mesmo assim, essas ferramentas podem apresentar um único nó (como um weblog, por exemplo), que é mantido por vários atores (um grupo de autores do mesmo blog coletivo).

Mas por que poderíamos considerar tais ferramentas como atores sociais? Inicialmente, não são atores sociais, mas representações dos atores sociais. São espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade. Assim, um primeiro aspecto relevante para este estudo é a característica da expressão pessoal ou pessoalizada na internet.

Segundo Recuero (2009), autores como Sibilia²⁷ e Lemos²⁸, por exemplo, demonstraram como alguns weblogs trabalham aspectos da “construção de si” e da “narração do eu”. A percepção de um weblog como uma narrativa, através de uma personalização do Outro, é essencial para que o processo comunicativo seja estabelecido. Aquele é um espaço do outro no ciberespaço. Esta percepção dá-se

²⁷ SIBILIA, P. Os diários íntimos na internet e a crise de interioridade psicológica do sujeito. Grupo de Tecnologias Informacionais da Comunicação e Sociedade. XII Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação COMPÓS, Niterói, Rio de Janeiro, 2003.

²⁸ LEMOS, A. A Arte da Vida: Diários Pessoais e Webcams na Internet. Trabalho apresentado no GT Comunicação e Sociedade Tecnológica do X COMPÓS na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 04 a 07 de junho de 2002.

através da construção do site, sempre através de elementos identitários e de apresentação de si.

Döring (2002) analisou o fenômeno da construção da identidade na internet através das páginas pessoais, que é um pouco diferente do que estamos analisando agora. Mas, já em seus resultados, há a sugestão de que os websites pessoais eram apropriações individuais do ciberespaço, como forma permanente de construção de si, dentro do foco da pós-modernidade.

O comum aos conceitos de “identidade cultural”, “identidade narrativa”, “self múltiplo”, “self dinâmico” e “self dialógico” é o foco da construtividade, mudança e diversidade. Precisamente os aspectos que são encontrados nas páginas pessoais. A página pessoal está sempre “em construção”, pode ser regularmente atualizada para refletir as últimas configurações do self. (DÖRING *apud* RECUERO, 2009, p. 26).

Como Döring, Lemos e Sibilía também perceberam que há um processo permanente de construção e expressão de identidade por parte dos atores no ciberespaço. Um processo que perpassa não apenas as páginas pessoais, como fotologs e weblogs, nicknames em chats e a apropriação de espaços como os perfis em softwares como o Orkut e o MySpace. Essas apropriações funcionam como uma presença do “eu” no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público. Essa individualização dessa expressão, de alguém “que fala” através desse espaço é que permite que as redes sociais sejam expressas na internet.

Sibilía (2003) chama de “imperativo da visibilidade” da nossa sociedade atual essa necessidade de exposição pessoal. Esse imperativo, decorrente da intersecção entre o público e o privado, parece ser uma consequência direta do fenômeno globalizante, que exacerba o individualismo. É preciso ser “visto” para existir no ciberespaço. É preciso constituir-se parte dessa sociedade em rede, apropriando-se do ciberespaço e constituindo um “eu” ali. Talvez, mais do que ser visto, essa visibilidade seja um imperativo para a sociabilidade mediada pelo computador.

Assim, entender como os atores constroem esses espaços de expressão é também essencial para compreender como as conexões são estabelecidas. É através dessas percepções que são construídas pelos atores que padrões de conexões são gerados.

Recuero (2009) sustenta que a percepção do Outro é essencial para a interação humana. Ela mostra que, no ciberespaço, pela ausência de informações que geralmente

permeiam a comunicação face a face, as pessoas são julgadas e percebidas por suas palavras. Essas palavras, constituídas como expressões de alguém, legitimadas pelos grupos sociais, constroem as percepções que os indivíduos têm dos atores sociais. É preciso, assim, colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia, na informação geralmente anônima do ciberespaço. Este requisito é fundamental para que a comunicação possa ser estruturada. Essas questões são importantes porque trazem a necessidade de que o blog identifique, de alguma forma, o indivíduo que se expressa através dele, de modo a proporcionar pistas para a interação social.

Essa construção pessoalizada é visível em muitos elementos utilizados no ciberespaço. Nos perfis do Facebook, por exemplo, é clara a individualização e a construção pessoal de cada página. Ali são expostos os gostos, as paixões e os ódios dos atores sociais. A própria apropriação das comunidades como elementos de identificação mostra esse caráter pessoal da expressão.

Por conta dessas observações, os atores no ciberespaço podem ser compreendidos como os indivíduos que agem através de seus fotologs, weblogs e páginas pessoais, bem como através de seus nicknames. Outro modo de representar um ator é através de um link. Em comentários de *weblogs*, por exemplo, muitos indivíduos colocam como endereço seu blog, embora assinem com variações de seu nome ou apelido. Neste caso, o blogueiro é identificado pelos demais através do link para seu blog. Recuero (2009) chama a atenção para o uso de links como forma de identificação nos weblogs e presume que eles possam inferir laços sociais entre os indivíduos.

Em sistemas como o Orkut ou Facebook, os usuários são identificados pelos seus perfis. Como apenas é possível utilizar o sistema com um *login* e senha que automaticamente vinculam um ator a seu perfil, toda e qualquer interação é sempre vinculada a alguém. Para tentar fugir desta identificação, muitos usuários optam por criar perfis falsos e utilizá-los para as interações nas quais não desejam ser reconhecidos pelos demais.

Portanto, através da observação das formas de identificações dos usuários na internet, é possível perceber os atores e observar as interações e conexões entre eles. Assim, todo o tipo de representação de pessoas pode ser tomado como um nó da rede social: *weblogs*, perfis no Orkut, fotologs, *nicknames*, etc.

Compreender como os atores constroem esse espaço e que tipo de representações e percepções são colocadas é fundamental. Outro elemento importante do estudo dessas apropriações como representações e extensões do espaço social dos atores é a percepção de quem são os atores. Esses espaços são sim espaços de expressão e de construção de impressões. Donath (*apud* Recuero 2009) aponta que grande parte do processo de sociabilidade está baseada nas impressões que os atores sociais percebem e constroem quando iniciam sua interação, baseada nos estudos de Simmel²⁹. Essas impressões são em parte construídas pelos atores e em parte percebidas por eles como parte dos papéis sociais.

Recuero (2010) defende que essas representações são possíveis graças à possibilidade de interação dos ambientes no ciberespaço. Através da comunicação entre os atores no ciberespaço, afirma a autora, é que a identidade desses é estabelecida e reconhecida pelos demais. No entanto, Recuero ressalta que há também um componente característico dos computadores também nesse processo:

A rigor, podemos pensar que elas são construídas não apenas como elementos diretamente derivados das trocas comunicacionais travadas no ambiente, mas também de um complexo conjunto que contém, além do processo interacional efetivado com os demais participantes, as interações efetuadas com as máquinas (os computadores) e com os respectivos programas tecnológicos (os softwares). (2010, p.29)

O surgimento das ferramentas mais complexas para as trocas sociais permitiu, também, que formas mais complexas de expressão dos atores aparecessem. Um perfil no Orkut ou Facebook, por exemplo, é mais complexo em termos de representação do que um *nickname* no IRC. Ainda assim, as estratégias de apropriação dessas ferramentas para a expressão dos atores é semelhante. O uso de palavras características de um ator, de cores nas falas, de *nicknames* que expressem algum aspecto do eu já foram estudados como formas de construção de uma identidade em chats. Do mesmo modo, as comunidades do Orkut possibilitam outras formas de expressão ainda mais complexas desse “eu” que representa um ator, que pode ainda exprimir aspectos diferentes da identidade do ator. Assim, perfis do Orkut, Facebook, weblog, fotologs, etc. são pistas de um “eu” que poderá ser percebido pelos demais. São construções plurais de um sujeito, representando múltiplas facetas de sua identidade.

²⁹ SIMMEL, G. O indivíduo e a díade. In: CARDOSO, F. H. e IANNI, O. (org.) Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral (p. 125-127) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

3.2 Conexões e Interações

Enquanto os atores representam os nós (ou nodos) da rede em questão, as conexões de uma rede social podem ser percebidas de diversas maneiras. Em termos gerais, as conexões em uma rede social são constituídas dos laços sociais, que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores. De um certo modo, são as conexões o principal foco do estudo das redes sociais, pois é sua variação que altera as estruturas desses grupos.

Essas interações na internet, segundo Recuero (2009), são percebidas graças à possibilidade de manter os rastros sociais dos indivíduos, que permanecem ali. Um comentário em um weblog, por exemplo, permanece ali até que alguém o delete ou o weblog saia do air. Assim acontece com a maior parte das interações na mediação do computador. Essas interações são, de certo modo, fadadas a permanecer no ciberespaço, permitindo ao pesquisador a percepção das trocas sociais mesmo distante, no tempo e no espaço, de onde foram realizadas.

Exploraremos, inicialmente, a interação, as relações e os laços sociais como elementos de conexão. A interação seria a matéria prima das relações e dos laços sociais. Parsons e Shill (1975) explicam que a interação compreende sempre o *alter* e o *ego* como elementos fundamentais, onde um constitui-se em elemento de orientação para o outro. A ação de um depende da reação do outro, e há orientação com relação às expectativas. Essas ações podem ser coordenadas através, por exemplo, da conversação, onde a ação de um ator social depende da percepção daquilo que o outro está dizendo. Para os autores, ainda, a interação, como tipo ideal, implicaria sempre uma reciprocidade de satisfação entre os envolvidos e compreende também as intenções e atuações de cada um. Interações não são, portanto, descontadas dos atores sociais. São parte de suas percepções do universo que os rodeia, influenciadas por elas e pelas motivações particulares desses atores. Neste sentido, Watzlawick, Beavin e Jackson (2000) explicam que a interação representa um *processo sempre comunicacional*. A interação é, portanto, aquela ação que tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares, como reflexo social. Os autores entendem que a interação atua diretamente sobre a definição da natureza das relações entre aqueles envolvidos no sistema interacional. A interação, pois, tem sempre um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo. Cooley (1975) salienta ainda que a comunicação compreende o mecanismo último das interações sociais.

Estudar a interação social compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores. Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas.

Mas como compreender a interação social no ciberespaço? Qual o impacto da mediação pelo computador nesse tipo de interação? Como pensar a interação distante do ator social que a origina?

O ciberespaço e as ferramentas de comunicação possuem particularidades a respeito dos processos de interação. Há uma série de fatores diferenciais. O primeiro deles é que os atores não se dão imediatamente a conhecer. Não há pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. É tudo construído pela mediação do computador. O segundo fator relevante é a influência das possibilidades de comunicação das ferramentas utilizadas pelos atores. Há multiplicidade de ferramentas que suportam essa interação e o fato de permitirem que a interação permaneça mesmo depois do ator estar desconectado do ciberespaço. Esse fato permite, por exemplo, o aparecimento de interações assíncronas.

A interação social, no âmbito do ciberespaço, pode dar-se de forma síncrona ou assíncrona, segundo Recuero (2009). Essa diferença remonta à diferença de construção temporal causada pela mediação, atuando na expectativa de resposta de uma mensagem. Uma comunicação síncrona é aquela que simula uma interação em tempo real. Deste modo, os agentes envolvidos têm uma expectativa de resposta imediata ou quase imediata, estão ambos presentes (on-line, através da mediação do computador) no mesmo momento temporal. É o caso, por exemplo, dos canais de *chat*, ou mesmo de conversas nos sistemas de mensagens. Já o e-mail, ou um fórum, por exemplo, têm características mais assíncronas, pois a expectativa de resposta não é imediata. Espera-se que o agente leve algum tempo para responder ao que foi escrito, não que ele o faça (embora possa fazê-lo, é claro), de modo imediato. Espera-se que o ator, por não estar presente no momento temporal da interação, possa respondê-la depois.

Ainda discutindo as possibilidades das ferramentas, Primo (2003) estabelece uma tipologia para tratar com a interação mediada por computador. Para ele, existem duas formas de interação neste contexto: a *interação mútua* e a *interação reativa*. Estas formas distinguem-se pelo “relacionamento mantido” (2003, p.61) entre os agentes envolvidos. Assim:

[...] interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada da relação, afetando-se

mutuamente; já a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta (p.62).

Para Primo, a interação reativa é sempre limitada para os atores envolvidos no processo. É o caso, por exemplo, da relação de um interagente com um *hiperlink* na web. Ao agente é permitida, de um modo geral, apenas a decisão entre clicar ou não no *link*. Ele não pode redefinir a URL para onde este *link* aponta, tampouco pode escolher para onde deseja ir a partir daquele *link*. Trata-se de um “vetor unidirecional”, criado por alguém, que permite ao usuário unicamente ir ou não ao *site* para onde ele aponta. Já em outros sistemas, como nos comentários de um *blog*, por exemplo, é possível realizar um diálogo não apenas entre os comentaristas, mas também com o autor do *blog*. Trata-se de uma interação construída, negociada e criativa. É possível observar-se em um *blog* não apenas a interação em um comentário, mas as relações entre as várias interações e perceber-se que tipo de relação transpira através daquelas trocas.

A partir da tipologia criada por Primo, poder-se-ia imaginar que a interação social mediada por computador será sempre uma interação mútua, dialógica. Na maioria das vezes, efetivamente, a interação reativa dá-se apenas entre o agente e o sistema que media a relação comunicativa (como no caso do *link*). Entretanto, em alguns casos, como no sistema do Orkut, é possível interagir com várias pessoas simplesmente através de botões, aceitando ou não uma “amizade” ou “entrando para uma comunidade”. Mesmo no *fotolog*, é possível também acrescentar outros *fotologs* como “amigos”. Embora essas interações não sejam mútuas, elas têm impacto social, já que têm também reflexos nos dois lados da relação comunicativa. Se alguém aceita ser amigo de alguém no Orkut, por exemplo, há um reflexo no sistema (as pessoas são unidas por uma conexão) e um reflexo no indivíduo (cada um dos interagentes terá mais um “amigo”, que poderá ter acesso a seus dados pessoais e enviar mensagens). Do mesmo modo, ao entrar em uma comunidade, o ator tem um reflexo sobre a mesma (já que sua presença será notada pelo aparecimento de sua foto e nome dentro do sistema do grupo) e sobre os demais atores, que virão a vê-lo.

É claro que a interação reativa, por suas próprias limitações, acaba reduzindo o espectro de relações sociais que possa gerar e, conseqüentemente, de laços sociais. A interação mútua, por outro lado, como permite a inventividade, como explica Primo, pode gerar relações mais complexas do ponto de vista social. A interação no ciberespaço também pode ser compreendida como uma forma de conectar pares de atores e de demonstrar que tipo de relação esses atores possuem. Ela pode ser diretamente relacionada aos laços sociais.

Segundo Recuero (2009), a interação mediada pelo computador é também geradora e mantenedora de relações complexas e de tipos de valores que constroem e mantêm as redes sociais na Internet. Mas mais do que isso, a interação mediada pelo computador é geradora de relações sociais que, por sua vez, vão gerar laços sociais.

O conjunto das interações sociais forma relações sociais. A autora indica a importância dessas formas básicas de socialização, explicando que “regularidade ou padrões, as interações fazem surgir as estruturas”. São os padrões de interação que definem uma relação social que envolve dois ou mais agentes ou indivíduos comunicantes.

Recuero (2009), explica que as relações sociais, no contexto da mediação pelo computador, apresentam diferenças vitais com relação aos demais contextos. Para a autora, no âmbito da internet, as relações tendem a ser mais variadas, pois há troca de diferentes tipos de informação em diferentes sistemas, como, por exemplo, trocas relacionadas ao trabalho, à esfera pessoal e mesmo a outros assuntos. Um determinado grupo, por exemplo, pode utilizar diversos sistemas para a interação. Pode utilizar *blogs* para interações acadêmicas, *fotologs* para interações mais pessoais e mesmo sistemas como o Orkut e Facebook para encontrar amigos e conhecidos.

A relação é considerada a unidade básica de análise em uma rede social. Entretanto, uma relação sempre envolve uma quantidade grande de interações. Por exemplo, quando alguém solicita e recebe suporte em um *fotolog*, existem três ações envolvidas: a de solicitar suporte, a de receber suporte e a de dar suporte. As três ações podem ser resultado de um sem número de interações ou mesmo de uma única e constituem-se em uma relação social. Dar suporte, por exemplo, pode acontecer através de um papo (várias mensagens trocadas) no Google Talk ou mesmo de um comentário (uma única mensagem), ou de ambos. Receber suporte também é resultado dessas interações. As relações não precisam ser compostas apenas de interações capazes de construir, ou acrescentar algo. Elas também podem ser conflituosas ou compreender ações que diminuam a força do laço social.

A ideia de relação social é independente do seu conteúdo. O conteúdo de uma ou várias interações auxilia a definir o tipo de relação social que existe entre dois interagentes. Do mesmo modo, a interação também possui conteúdo, mas é diferente deste. O conteúdo constitui-se naquilo que é trocado através das trocas de mensagens e auxilia a definir a relação. Mas não se confunde com ela, que pode ter conteúdos variados.

As relações podem ser mediadas pelo computador, da mesma forma que a interação. Neste caso, a relação poderá ser diferente da relação que aconteceria em um quadro de interação face a face devido às limitações contextuais da mediação. Logo, a mediação pelo computador traz aspectos importantes para a relação social, como o distanciamento entre as pessoas envolvidas na construção dessa relação pode alterar a forma através da qual ela é estabelecida. Esse distanciamento proporciona, por exemplo, anonimato sob muitas formas, já que a relação entre o corpo físico e a personalidade do ator já não é imediatamente dada a conhecer. Logo, é mais fácil iniciar e terminar relações, pois muitas vezes, elas não envolvem o “eu” físico do ator. Além do mais, barreiras como sexualidade, cor, limitações físicas e outras não são imediatamente dadas a conhecer, proporcionando uma maior liberdade aos atores envolvidos na relação, que podem reconstruir-se no ciberespaço. A falta de pistas tradicionais nas interações, como a linguagem não verbal, por exemplo, também podem influenciar nessas relações. Outras convenções são, muitas vezes, necessárias para suprir essas faltas. As relações sociais atuam na construção dos laços sociais (Garton, Haythornthwaite & Wellman *apud* Recuero, 2009). O laço é a efetiva conexão entre os atores que estão envolvidos nas interações. Ele é resultado, deste modo, da sedimentação das relações estabelecidas entre agentes. Laços são formas mais institucionalizadas de conexão entre atores, constituídos no tempo e através da interação social.

Laços consistem em uma ou mais relações específicas, tais como proximidade, contato frequente, fluxos de informação, conflito ou suporte emocional. A interconexão destes laços canaliza recursos para localizações específicas na estrutura dos sistemas sociais. Os padrões destas relações – a estrutura da rede social – organiza os sistemas de troca, controle, dependência, cooperação e conflito.

Para Recuero (2009), os laços sociais são difíceis de ser percebidos, por si, na internet. No entanto, a partir da observação sistemática das interações, é possível perceber elementos como o grau de intimidade entre os interagentes, a natureza do capital social trocado e outras informações que auxiliam na percepção da força do laço que une cada par. A autora argumenta que muitos autores sugerem que a comunicação mediada pelo computador poderia reduzir o contato social mais íntimo, concentrando-se sobremaneira nos laços mais fracos. Apesar disso, Wellman (1997) aponta que tanto laços fracos quanto fortes podem ser suportados pelas redes sociais na Internet, embora ressalte que essas redes parecem mais configuradas para suportar a participação esparsa, decorrente dos laços fracos.

A internet suportaria, assim, tanto laços altamente especializados (formados por relações do mesmo tipo), quanto laços multiplexos³⁰. Neste sentido, é possível encontrar laços mais multiplexos nos grupos que utilizam vários sistemas para interagir, como Orkut, *weblogs*, *chats*, *e-mails*, etc. Além disso, quanto maior o número de laços, maior a densidade da rede, pois mais conectados estão os indivíduos que fazem parte dela. Deste modo, os laços sociais auxiliam a identificar e compreender a estrutura de uma determinada rede social.

A internet contribuiu para o aumento do suporte social entre os residentes na localidade e pessoas que moravam longe, bem como facilitou também a manutenção dessas relações. Além disso, a internet facilitou o contato *off-line*, aumentando o conhecimento entre vizinhos e aumentando a frequência de contato com outros vizinhos. Estas conclusões são importantíssimas, na medida em que salientam o fato de que os laços sociais na Internet, muitas vezes, são laços que também são mantidos *off-line*. Além disso, os estudos de Wellman (2001) demonstram o potencial da Internet de gerar e aprofundar laços sociais através da interação mediada pelo computador. De um modo geral, a mediação pelo computador oferece novos lugares, ou seja, novos espaços para conhecer parceiros com interesses em comum e estabelecer laços iniciais. Wellman (2001), inclusive, chama a atenção para a característica “glocal”³¹ das redes sociais na Internet. Ele explica que muitas dessas redes funcionam, principalmente, conectando vizinhos. Outra diferença importante gerada pela internet é o advento dos laços sociais *mantidos a distância*. O desenvolvimento tecnológico proporcionou uma certa flexibilidade na manutenção e criação de laços sociais, uma vez que permitiu que eles fossem dispersos espacialmente. Isso quer dizer que a comunicação mediada por computador apresentou às pessoas formas de manter laços sociais fortes mesmo separadas a grandes distâncias, graças a ferramentas como o Skype, os *messengers*, *e-mails* e *chats*. Essa desterritorialização dos laços é consequência direta da criação de novos espaços de interação.

³⁰ Os laços sociais podem ser denominados *multiplexos* quando são constituídos de diversos tipos de relações sociais como, por exemplo, um grupo de colegas que interage não apenas no ambiente de trabalho, mas também em eventos de lazer. Os laços fortes de um modo geral constituem-se em laços multiplexos e essa característica pode, inclusive, indicar a existência de um laço forte. Laços sociais mediados pelo computador costumam ser mais *multiplexos*, pois refletem interações acontecendo em diversos espaços e sistemas. (RECUERO, 2010, p. 40)

³¹ “Glocal” é uma contração de global e local, um termo utilizado por Wellman para demonstrar relações que, ao mesmo tempo em que possuam características globais, não perdem suas características locais, existindo nos dois níveis ao mesmo tempo.

3.3 Capital Social

Um terceiro elemento relativo à qualidade das conexões de uma rede social na internet é o capital social. O capital social é um dos elementos estudados por diversos autores como um indicativo da conexão entre pares de indivíduos em uma rede social. O conceito de capital social, entretanto, é variado e não há uma concordância, entre os estudiosos, sobre qual vertente deve ser seguida. O que se concorda é que o conceito refere-se a um valor constituído a partir das interações entre os atores sociais. Examinaremos, a seguir, alguns dos conceitos mais utilizados de capital social e sua aplicação para a internet.

O primeiro conceito que trabalharemos é o de Putnam (2000, p.19), que explicita que o capital social *“refere-se à conexão entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que emergem dela”*. Para Putnam, o conceito de capital social é intimamente associado à ideia de virtude cívica, de moralidade e de seu fortalecimento através de relações recíprocas. Essa ideia engloba dois aspectos essenciais para a construção do valor social: o individual e o coletivo. O aspecto individual vem dos interesses dos indivíduos em fazer parte de uma rede social para seu próprio benefício. O aspecto coletivo vem do fato de que o capital social individual reflete-se amplamente na esfera coletiva do grupo, sejam eles como custos ou benefícios. É daí que vem a dupla natureza do conceito, que pode englobar tanto bens privados como coletivos.

Putnam envolve três elementos centrais para o capital social: a obrigação moral e as normas, a confiança (valores sociais) e as redes sociais. A confiança, para Putnam (2000) vem da crença na reciprocidade, do consenso, do senso cívico. Decorre de escolhas no nível interpessoal, nas interações, que geram, aos poucos, reciprocidade e confiança. Essas escolhas refletem-se no nível macroscópico e geram as mesmas benesses para a coletividade, criando valores de integração e apoio. Daí nasce o consenso, base para o funcionamento das sociedades “saudáveis”, para o autor. Já as redes sociais consistem, especialmente, nas associações voluntárias, que compreendem a base do desenvolvimento da confiança e da reciprocidade. Essas associações estimulariam a cooperação entre os indivíduos e a emergência dos valores sociais. Por fim, as normas e obrigações referem-se ao estabelecimento da confiança e das trocas sociais. Assim, os indivíduos agem com maior confiança naquilo que os demais farão.

Putnam vê o capital social como elemento fundamental para a constituição e o desenvolvimento das comunidades. Em seu livro, *Bowling Alone*, ele argumenta, justamente, a importância do capital social para o desenvolvimento econômico e comunitário da sociedade. Como consequências sérias, estariam o decréscimo da participação dos indivíduos no social e na vida democrática.

Recorreremos também, mais uma vez, às contribuições de Pierre Bourdieu para que possamos nos aprofundar ainda mais na ideia do capital social.

O capital social é o agregado dos recursos atuais e potenciais, os quais estão conectados com a posse de uma rede durável, de relações de conhecimento e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas, ou em outras palavras, à associação a um grupo – o qual provê cada um dos membros com o suporte do capital coletivo. (BOURDIEU, 1998, p.67)

Para o autor, o capital social é relacionado a um determinado grupo (rede social). Mais do que isso, o conceito de Bourdieu, com um fundo profundamente marcado por uma visão marxista, lida fundamentalmente com elementos como poder e conflito. Isso se dá porque o conceito de capital social para o sociólogo está profundamente ligado com suas ideias a respeito de classe. O conceito de capital social teria, assim, dois componentes: um *recurso* que é conectado ao *pertencimento* a um determinado grupo, às relações que um determinado ator é capaz de manter, e o *conhecimento e reconhecimento mútuo* dos participantes de um grupo. Esse conhecimento transformaria o capital social em capital simbólico, capaz de objetivar as diferenças entre as classes e adquirir um significado (p.10-12).

Bourdieu explica, na coletânea *Escritos da Educação* (1998), que há três grandes tipos de capital, que permeiam os campos sociais: o capital econômico, o cultural e o social. Em meio aos três, há o capital simbólico, capaz de legitimar a posse de cada tipo de capital como um recurso. O capital social em Bourdieu é diretamente relacionado com os interesses individuais, no sentido de que provém de relações sociais que dão a determinado ator determinadas vantagens. Trata-se de um recurso fundamental para a conquista de interesses individuais.

Por fim, há um terceiro conceito de capital social, igualmente utilizado por muitos estudiosos, o conceito de Coleman (1988). Para ele, cada ator no sistema social possui controle de certos recursos e interesses em certos outros recursos. Coleman também conceitua o capital social como um valor mais geral, capaz de adquirir várias formas na estrutura social. O capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades, com dois elementos em comum: consistem em um

aspecto das estruturas sociais, e facilitam certas ações dos atores – tanto corporações quando pessoas – dentro da estrutura.

Para Coleman, assim, o capital social não está nos atores em si, mas em sua estrutura de relações. No entanto, no argumento do autor, o capital social poderia ser transformado em outras formas de capital e, assim, objetivar-se. Como exemplos de formas de capital social, para Coleman, estão as organizações, que permitem aos indivíduos atingir seus objetivos; a força dos laços sociais, que permite que transações aconteçam com confiança, etc. Este capital proporciona confiança na ação social por parte de grupos e indivíduos. O apoio que um ator solicita a um grupo, por exemplo, pode ser concedido pelo grupo, mas jamais como um todo, unicamente através da ação dos indivíduos que fazem parte do mesmo. Ao mesmo tempo, a solicitação de apoio tem suas bases na confiança de que este apoio será obtido de uma ou várias pessoas no grupo. Tais relações têm base individual, embora sejam compreendidas como coletivas.

Embora os três conceitos sejam amplamente utilizados em trabalhos que lidam com a perspectiva de redes sociais, a maioria dos estudiosos encontra dificuldades em operacionalizar tais conceitos.

O conceito de Putnam, por exemplo, é amplamente positivo. Para ele, o capital social não engloba o conflito e não lida com a não-cooperação. Putnam não discute, por exemplo, o conflito entre os interesses individuais e coletivos do capital social. Além disso, sua forte ênfase no engajamento cívico acaba por deixar de lado diversos aspectos do capital social, por exemplo, em grupos marginais, ou grupos contra a lei. Coleman, por outro lado, vê o capital social de um ponto de vista quase que puramente estrutural, sem desenvolver as características e as implicações da construção ou da ausência do recurso. Além disso, sua definição de capital social, amplamente nebulosa e confusa, incluiria os mais variados tipos de elementos. Assim, o conceito de Coleman é o mais “neutro”, ou seja, focado apenas na sua constituição na estrutura social.

Uma diferença básica no conceito dos três autores é o fato de que, para Putnam (2000), o capital social percebido pelos indivíduos pode ser transformado em algo *possuído* por indivíduos ou grupos. Como foi explicado, para ele, as instituições e comunidades são essenciais para a formação do capital social e essencialmente responsáveis pelo mesmo. Já para Bourdieu (1998) e Coleman (1988), o capital social não está nos indivíduos, mas nas *relações* entre as pessoas. Os indivíduos percebem esse capital social e podem transformá-lo, operacionalizá-lo em outras formas de capital, mas não podem possuir capital social.

Estas duas ideias complementam a compreensão do que vem a ser o capital social. Embora seja um conjunto de recursos coletivo, como salientado por Putnam são recursos estes que estão embutidos nas relações sociais e, ao mesmo tempo, são definidos e moldados pelo conteúdo destas relações. Portanto, o capital social poderia ser percebido, pelos indivíduos, através da mediação simbólica da interação (a partir de Bourdieu) e, igualmente, através de sua integração às estruturas sociais. Por conta disto, o capital social pode ainda ser acumulado, por meio do aprofundamento de um laço social (laços fortes permitem trocas mais amplas e íntimas), aumentando o sentimento de grupo.

A partir da discussão sobre o conceito, consideraremos o capital social como um *conjunto de recursos* de um determinado grupo (recursos variados e dependentes de sua função, como afirma Coleman) que pode ser usufruído por todos os membros do grupo, ainda que individualmente, e que está baseado na reciprocidade (de acordo com Putnam). Ele está embutido nas relações sociais (como explica Bourdieu) e é determinado pelo conteúdo delas. Portanto, para que se estude o capital social dessas redes, é preciso estudar não apenas suas relações, mas, igualmente, o conteúdo das mensagens que são trocadas através delas. Esta ideia, baseada principalmente no conceito de Coleman (1988), mas com algumas ressalvas associadas a outros autores, parece ser a mais indicada para o estudo do capital social nas redes sociais. Isso porque ela trabalha o caráter estrutural do capital social, sua capacidade de transformação de acordo com a função e sua base na reciprocidade, que consideramos os elementos essenciais do conceito.

Mas como se apresenta capital social? É preciso operacionalizar esta ideia para trabalhar com as redes sociais. Para tanto, utilizaremos, neste trabalho, uma classificação construída por Bertolini e Bravo (*apud* RECUERO 210), que partem da definição de Coleman (1988), que explica que o capital social é *heterogêneo*, e constroem categorias que constituiriam aspectos nos quais o capital social pode ser encontrado. Na realidade, trata-se de uma tentativa de operacionalizar o conceito, para que possa ser percebido nas redes sociais.

Essas categorias podem ser compreendidas como os recursos a que os indivíduos têm acesso através da rede e seriam: a) *relacional* – que compreenderia a soma das relações, laços e trocas que conectam os indivíduos de uma determinada rede; b) *normativo* – que compreenderia as normas de comportamento de um determinado grupo e os valores deste grupo; c) *cognitivo* – que compreenderia a soma do conhecimento e das informações colocadas em comum por um determinado grupo;

d) *confiança no ambiente social* – que compreenderia a confiança no comportamento de indivíduos em um determinado ambiente; e) *institucional* – que incluiria as instituições formais e informais, que se constituem na estruturação geral dos grupos, onde é possível conhecer as “regras” da interação social, e onde o nível de cooperação e coordenação é bastante alto.

Tais aspectos do capital social seriam divididos entre os aspectos de grupo (que eles também chamam de *segundo nível* de capital social), ou seja, aqueles que apenas podem ser desfrutados pela coletividade, como a confiança no ambiente social (d) e a presença das instituições (e); e os aspectos individuais, como as relações (a), as leis ou normas (b) e o conhecimento (c), que variam de acordo com os indivíduos (*primeiro nível* de capital social). A existência de capital social de primeiro nível é requisito para a constituição do capital de segundo nível (que representa uma sedimentação do primeiro) (BERTOLINI & BRAVO *apud* RECUERO, 2010). Deste modo, um segundo nível de capital demonstra uma maior maturidade da rede social, além de maior densidade e existência no tempo de seus laços. O capital de segundo nível é também fundamental, porque aumenta a qualidade e a produção do de primeiro nível, criando um círculo de produção constante de recursos pelo grupo. Ou seja, no primeiro nível, temos os valores que podem ser acessados pelos indivíduos. Suporte social, por exemplo, é um valor que pode ser invocado pelos atores. Alguém que escreve no seu blog que está chateado porque teve um mau dia no trabalho e acha que sua vida está ruim invoca, de uma certa forma, o apoio dos comentaristas, que poderão manifestar-se de forma a fazer o blogueiro sentir-se melhor. Já o segundo nível compreende valores que são acessados pela coletividade apenas, como a institucionalização. Imaginemos, por exemplo, que um grupo de atores que utiliza um determinado canal de *chat* decide organizar um campeonato de futebol. Esse campeonato é resultado de um esforço coletivo e institucional, portanto, proveniente do capital social de segundo nível.

Com base nessas ideias, segundo Recuero (2009), é possível associar a existência de capital social de segundo nível à existência de laços fortes já que, para que exista como tal, esta forma de capital social depende de uma sedimentação dos laços sociais, que apenas pode acontecer em relação ao tempo, com a interação estabelecida entre um grupo de pessoas. Já o capital social de primeiro nível, por outro lado, poderia estar associado a diversas interações dos mais diversos tipos de laços.

Percebemos, a partir das colocações até aqui desenvolvidas, que a internet e suas ferramentas tornaram-se peças fundamentais para a configuração da sociedade contemporânea e suas características mais elementares, como interação global,

transformação constante, acesso à informação e liquidez. Tudo em algum momento passa pela rede ou parte da própria rede, das tendências da moda, interação social e consumo à mobilização política, a internet e seus suportes (redes sociais, celulares, tablets) surgem como agentes capazes de agilizar processos, difundir informações e articular pessoas com uma facilidade nunca antes vista.

Os recentes protestos e manifestações que têm ocorrido em diversos Estados de nosso território chamaram nossa atenção e servem como exemplo de tudo o que analisamos até aqui, pois, de repente, a internet passou a ser no Brasil, um canal efetivo da população para a mobilização política, um acontecimento típico da contemporaneidade, mas que tomou uma dimensão desconhecida até então no país, provocando uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais.

Assim, como forma de ilustrar o que buscamos entender até o momento, nos debruçaremos sobre estes recentes fatos sociais.

4 AS MARCAS DA CONTEMPORANEIDADE: A INTERNET E SUAS POSSIBILIDADES

Na tentativa de visualizar de maneira concreta os fenômenos levantados até aqui e entender as questões que compõem a utilização das redes sociais da internet e seu impacto hodiernamente, propomos o levantamento de dados observáveis, em outras palavras, o levantamento de imagens compartilhadas dentro das redes sociais que de fato contribuíram para transformações sociais ocorridas recentemente no Brasil o no mundo. Na ocasião do presente trabalho, optamos pelo recurso metodológico da pesquisa *survey* do tipo descritiva como parte integrante da pesquisa teórica basal e como o estudo amostral³².

Para Pinsonneault e Kraemer (1993), a pesquisa *survey* pode ser classificada quanto ao seu propósito da seguinte maneira: explanatória - tem como objetivo testar uma teoria e as relações causais, questiona por que a relação existe. Exploratória - o objetivo é familiarizar-se com o objeto, identificar conceitos iniciais, buscar descobrir novas possibilidades e dimensões da população de interesse. Por fim, temos a pesquisa *survey* do tipo descritiva, aquela que busca identificar quais situações, eventos, atitudes ou opiniões estão manifestos em uma população, descreve a distribuição de algum fenômeno na população ou entre subgrupos da população, tem o propósito de verificar se a percepção dos fatos está ou não de acordo com a realidade.

A *survey* constitui uma pesquisa que não tem respostas prontas, apenas dados que expressam a realidade do objeto estudado. Segundo Babbie (1986), grande parte da investigação social é conduzida para explorar um tema, a fim de proporcionar um início, uma familiaridade com o assunto. Esse propósito é típico quando um investigador está estudando um novo interesse ou quando o objeto de estudo em si é relativamente novo e não estudado. Temos então, como método referencial, a pesquisa *survey*, com caráter de abertura para uma problemática de um campo para futuras pesquisas e tem um sentido ergódico³³. É uma mostração, como dizem os fenomenólogos, e não uma amostragem.

³² Amostral entendido como um parâmetro, base de sondagem.

³³ Trabalho “trabalhoso” futuro. Algo que leva a um ato ou evento futuro, a uma “escuta da coisa”, segundo DEVEREUX (1980) e PAULA CARVALHO (1988).

Resumindo os propósitos centrais da pesquisa *survey*, Babbie (1999) diz que esse tipo de estudo é mais tipicamente cabível quando voltado a três intentos. O primeiro é o de simplesmente satisfazer a curiosidade do pesquisador e do anseio de melhor captação do tema; o segundo propósito da pesquisa exploratória visa a testar a viabilidade e eficácia do estudo; e finalmente desenvolver os próprios métodos que serão empregados.

Outro dado significativo é que a pesquisa *survey* objetiva apreciar as variáveis do estudo tal como se oferecem. De tal modo, esse estudo tem uma concepção distinta da maioria dos estudos mais tradicionalmente utilizados. Isso acontece, fundamentalmente, pelo fato de a coleta de dados consubstanciar-se como uma pré-pesquisa, anunciada a fim de se obter um universo informativo, buscando refletir genuinamente os componentes mais emblemáticos do interesse de pesquisa. Portanto, o estudo descritivo evita inclinações enviesadas no repertório que se pretende conhecer, escapando de possíveis influências prévias de percepção e de ótica pessoal do pesquisador e, conseqüentemente, obtendo-se um melhor resultado final.

Com o aprimoramento dos dados, esse recurso de pesquisa auxilia no incremento teórico e em possíveis correções de rota das hipóteses. Nesse sentido, a pesquisa *survey* induz o pesquisador, amiúde, a desvendar novos enfoques, facetas, reverberações e até novas terminologias, contribuindo, não raro, para que novas incorporações teóricas sejam feitas. Isso significa que o pesquisador consegue imperceptível e sutilmente controlar seu través pessoal.

Adotando-se essa metodologia, tornou-se possível reestruturar questões lançadas aprioristicamente, construindo-se novas perguntas com base no corpus de informação que emergiu do próprio grupo estudado.

Quanto à esfera operacional da pesquisa, por ser o estudo *survey* um *continuum*, pretendemos alcançar a condição de um conhecimento mais legítimo possível do universo estudado. Cada etapa avançada apoiou-se nas derivações da etapa anterior. Vale salientar que nesse modelo não existe um número previsto e determinado de etapas.

Adotamos primeiramente o levantamento dos *posts* mais compartilhados e curtidos durante o período das manifestações no Brasil em 2013. A lista de *posts* é divulgada por blogs, jornais impressos de circulação nacional e redes de televisão ao

longo do período. No segundo estágio, buscamos um modelo ideal de análise para estes *posts*, os quais entendemos como imagens fotográficas em sua maioria.

Sumariamente falando, não se pode desenhar com exatidão os lances da pesquisa *survey*, pois eles estão sujeitos a numerosos fatores aleatórios e acidentais. Acreditamos que advém daí a riqueza desse recurso metodológico. Isso não significa que ele é feito sem critérios científicos, pois se assim fosse incorreríamos ao conhecido diletantismo acadêmico.

Conforme Babbie (1999), seu planejamento é bastante flexível, de modo a considerar todas ou o maior número possível de variáveis relativas ao fato estudado que, no nosso caso, é a relação entre música, juventude e educação. Esse tipo de investigação carece de estudos preliminares, visando a uma maior familiarização com o fenômeno tratado, ainda que os teóricos da pesquisa exploratória enfatizem sua validade e eficácia em pesquisas cujo tema é recente, cuja teoria sobre esse tema apresenta-se insuficiente ou pouco específica ou quando as hipóteses são pouco operacionalizadas.

A pesquisa *survey* muitas vezes conduz o pesquisador a descobertas acidentais, a novos enfoques, percepções, terminologias, fazendo com que ele possa construir e selecionar seus próprios edifícios teóricos, modificando, descartando e incorporando teorias no decorrer da pesquisa. A pesquisa tem por objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para contribuição de futuros trabalhos que gravitem em torno do tema. Ainda que não siga uma rigidez técnica de planejamento, a pesquisa *survey* conta com o benefício de um produto final cuja visão é mais ampla, totalizante e não somativa.

Perseguindo a interação dos diversos fatores que envolvem toda a realidade das redes sociais, a pesquisa não se restringe à observação das imagens compartilhadas. O estudo estende-se também à análise de novos conceitos e personagens que interagem na rede e nas ruas. Acreditamos promover, com essa nova fonte de análise, uma contextualização mais precisa acerca da internet, redes sociais e seu impacto na sociedade contemporânea.

4.1 As Possibilidades

Recentemente, Franck La Rue, relator especial da ONU para a Promoção e Proteção do Desenvolvimento da Liberdade de Opinião e Expressão, afirmou que o

alcance mundial da internet e sua capacidade de informar em tempo real, mobiliza as populações gerando medo entre governos e poderosos³⁴. Este temor conduz ao aumento de restrições no uso da rede, mediante a introdução de complexas tecnologias para bloquear os conteúdos, controlar e identificar a ativistas e críticos, além da penalização de formas legítimas de expressão.

O jurista guatemalteco, La Rue, no início de junho apresentou seu informe ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), mencionando as técnicas de filtro de informação empregadas na China, mediante tecnologias que bloqueiam conteúdos com a menção a um só conceito, por exemplo, “direitos humanos”. O acesso aos conteúdos significa pluralidade e diversidade na recepção de informação através da internet e também na difusão pela mesma via. Esse procedimento implica na ausência total de censura, descreveu o especialista.

Percebemos até aqui que a internet pode ser uma força transformadora de sociedades e pessoas, pois permite uma organização em massa e a livre circulação de informação. Contudo, devemos lembrar que, como as redes sociais, não são as ferramentas que produzem a mudança, embora facilitem a propagação de ideias.

O influente uso dos meios sociais como veículos de mudança nas revoltas populares do Oriente Médio em 2011 é um exemplo do poder das comunicações por meio da internet e um grande argumento a favor da liberdade. As comunicações por esta via foram utilizadas por jovens ativistas mergulhados no uso de tecnologias no Oriente Médio com três finalidades: organização, exposição e influência.

Os jovens se esforçaram para organizar movimentos políticos e sociais, expor as injustiças de seus governos e a influência sobre atores internos e externos e agiu como catalisadora das revoltas populares no Oriente Médio, que, de outro modo, teriam permanecido latentes.

As redes sociais permitem uma comunicação transversal acima das barreiras geopolíticas, culturais e linguísticas. Estas ferramentas permitiram que jovens líderes do Egito, do território palestino da Cisjordânia, da Jordânia e de outros lugares se organizassem criando comunidades de seguidores na internet, fazendo com que as pessoas saíssem às ruas e conseguissem apoio internacional para sua causa.

Como são cada vez mais comuns os dispositivos móveis e os telefones inteligentes, é possível reunir pessoas com um mínimo de antecipação. Este nível de organização é possível pela quase instantânea comunicação e por uma rede de devotos

³⁴ Entrevista disponível em <<http://periodismohumano.com/sociedad/libertad-y-justicia/los-gobiernos-y-los-poderosos-tienen-miedo-a-internet.html>> Acesso em 09 de Julho de 2013.

e atentos conhecedores da matéria. Além disso, as organizações podem criar, colaborar e distribuir conteúdo a um - ao que parece - ilimitado público.

Ainda que as manifestações na internet tenham seu início com militantes de partidos políticos ou grupos de ativistas, dentro das redes sociais elas rapidamente ganham espaço e milhões de adeptos que vivem mergulhados no mundo virtual e carregam consigo um mal-estar próprio da contemporaneidade buscando causas, sentido para a vida e pertencimento a algum grupo social, muitas vezes são contemplados com um simples clique no botão “compartilhar” do facebook.

4.2 Do mal-estar da pós-modernidade à instantaneidade das mobilizações sociais.

Conforme discutimos anteriormente, as manifestações políticas ganham força de maneira instantânea dentro das redes sociais da internet, ainda que o motivo da manifestação seja pontual e relativo à população de um país especificamente, a globalização e o sentimento de pertencimento a este território globalizado, típico da contemporaneidade, faz com que jovens de diferentes partes do mundo se manifestem solidariamente aos movimentos sociais de outros países³⁵. Assim, podemos mais uma vez recorrer ao pensamento de Bauman sobre o “capitalismo leve” - o mundo da era da globalização, onde as orientações e os objetos perdem a fidelidade com seus territórios simbólicos e geográficos originários. Observamos hoje um modelo de comunidade que podemos definir como líquida ou até volátil, pois se agregam e se desagregam com facilidade. As relações são superficiais e as articulações entre seus membros ocorrem de maneira efêmera dentro de ambientes virtuais.

Certamente, estamos falando de sujeitos mergulhados num grande mal-estar provocado pela pós-modernidade, que buscam causas e bandeiras para levantar como uma fuga, ou pelo menos como uma ação que dá sentido à existência e tem seu campo luta concentrado, na maior parte tempo, dentro das redes sociais da internet. Por isso, afirma Bauman (2001), observamos a despreocupação com o espaço ou pertencimento a um território específico, estes sujeitos podem dentro do ambiente virtual manifestarem-se a favor de causas que eles mal conhecem, porém ao compartilharem ou curtirem³⁶

³⁵ Podemos citar, como um exemplo deste fato, as diversas mobilizações que ocorreram na Europa e Estados Unidos em solidariedade às manifestações ocorridas no Brasil entre os meses de Junho e Julho, inicialmente por conta do aumento nas tarifas do transporte público na cidade de São Paulo.

³⁶ Curtir e Compartilhar são duas das três opções que os usuários do Facebook (a maior rede social da internet) possuem em sua página para promover o *post* de alguém ou seu próprio *post*. Abaixo

um determinado *post* estão demonstrando sua “luta” para todos os seus contatos da rede, propagando de maneira rápida tal informação.

Após toda a contextualização construída até aqui, o que buscaremos observar com maior profundidade neste momento, são as possibilidades que as redes sociais abrem, apesar da aparente superficialidade (no debate de assuntos que dizem respeito a toda uma sociedade), ao conseguirem fazer com que milhões de pessoas deixem suas casas e partam para as ruas em protestos, alcançando rapidamente conquistas políticas e sociais em uma velocidade nunca vista até então no país.

Assim, como em outras partes no mundo³⁷, o Brasil passou, no mês de Julho de 2013, por um fenômeno de protestos em diversas cidades, que levaram milhões de pessoas às ruas e tiveram sua articulação toda feita dentro das redes sociais, mais especificamente, pelo Twitter e Facebook. Estes protestos tiveram a participação maciça de jovens e segundo pesquisas realizadas pelo Ibope³⁸, metade dos manifestantes estava protestando pela primeira vez e mais de 70% dos participantes ficaram sabendo do ato pela internet, sendo 62% pelo Facebook.

A onda de manifestações populares teve início quando a prefeitura de São Paulo e o governo do Estado reajustaram os preços das passagens dos ônibus municipais, do metrô e dos trens urbanos de três reais para três reais e vinte centavos. No início de 2013, logo após começar seu mandato, o novo prefeito Fernando Haddad anunciou que a tarifa sofreria um aumento ainda no primeiro semestre daquele ano. Em maio, o governo federal anunciou a publicação de uma medida provisória que desonerava o transporte público da cobrança de dois importantes impostos (PIS e COFINS), para evitar que os reajustes nas tarifas pudessem pressionar a inflação. Ainda assim, as tarifas de ônibus, trens urbanos e metrô foram reajustadas para três reais e vinte centavos, desencadeando os protestos.

disponibilizaremos uma das definições mais curtidas do facebook sobre a definição destas opções. O *post* foi publicado por um usuário e curtido, comentado e compartilhado por milhares de pessoas:

“Curtir’ significa: bom, mas não o suficiente para eu perder tempo com um comentário...
 ‘Curtir + comentar’ significa: legalzão, dava pra melhorar, mas meus amigos não vão entender...
 ‘Curtir + comentar + compartilhar’ significa: PQP, por que não pensei nisso antes!!!” (Disponível em <[HTTP://www.facebook.com](http://www.facebook.com)>. Acesso em 21/7/2013.

³⁷ Podemos citar como maiores exemplos o Occupy Wall Street nos Estados Unidos e a Primavera Árabe, onde de manifestações ocorridas em 2010 no Oriente Médio que culminaram com a queda de regimes ditatoriais no Egito e na Líbia.

³⁸ Pesquisa disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>> Acesso em 21/7/2012.

No mesmo dia em que o reajuste foi anunciado, poucos integrantes do Movimento Passe Livre (MPL)³⁹ e de alguns partidos de esquerda saíram às ruas para protestar e foram fortemente repreendidos pela polícia. O fato ganhou os noticiários da televisão e, principalmente, as redes sociais, onde o MPL passou a convocar os cidadãos para um novo protesto contra o aumento das passagens. Mensagens de solidariedade aos manifestantes repreendidos e a organização de uma manifestação nas ruas de São Paulo rapidamente se tornaram um viral⁴⁰ na internet.

A partir deste episódio, diversos protestos passaram a ser organizados pela internet em todo o país e até no exterior. Porém, uma série de outras demandas da sociedade até então discutidas de maneira tímida pela mídia ou grupos políticos vieram à tona, muitas causas saíram às ruas, deixando a briga pelos vinte centavos do transporte diluída no meio de tantas outras.

A rapidez com que as multidões se organizaram e o número de causas sociais ou políticas aderidas por esse movimento tornaram difíceis às interpretações até mesmo para os mais hábeis jornalistas, políticos e cientistas sociais. O papel da internet foi fundamental na condução desses protestos e suas causas, nosso desafio, portanto, é entender como o compartilhamento de imagens e mensagens curtas, sem grandes debates ou explicações conseguiu movimentar todo um país.

4.3 O discurso e a imagem pela rede.

Em nossos dias, importantes pesquisadores brasileiros têm se dedicado a investigar a importância do ciberespaço e das chamadas Tecnologias da Inteligência, as denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a construção do discurso da Pós-Modernidade. Entre as ciências que têm o hipertexto, o ciberespaço e as TICs como objeto empírico e teórico está a Linguística. Tencionando analisar o comportamento discursivo na rede, a Análise do Discurso surge, assim como a Linguística Aplicada, como um ponto de intersecção entre outros diversos campos de estudos das ciências humanas, e permite analisar o comportamento discursivo na rede. Partindo de um ponto de vista materialista a linguagem é uma representação simbólica

³⁹ O Movimento Passe Livre (MPL), fundado em 2005, é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.

⁴⁰ Termo utilizado para conteúdos que têm sucesso instantâneo e se espalham rapidamente, provocando o chamado efeito viral. Disponível em <http://www.ebc.com.br/tecnologia/2013/05/voce-sabe-o-que-e-um-viral-da-internet>. Acesso em 23/7/2013.

do real, porque parte dele com o intuito de representar fatos das condições materiais de existência e dos modos de produção. Karl Marx, já no século XIX destacava que toda forma de linguagem reproduz um pensar social, e logo uma ideologia.

Engels & Marx (2007) enunciam que a ideologia é repetida nos modos de produção capitalista, que eles denominam *infraestrutura*. A definição parte da metáfora marxista que tem a sociedade como um grande prédio, sendo que a ideologia é enunciada nos últimos andares, a *superestrutura*, e é reproduzida nos andares de baixo, a *infraestrutura*. Tal metáfora, mais tarde, torna-se matéria central dos estudos materialistas da linguagem entre os linguistas e filósofos da Escola de Praga, como Foucault e Althusser, bem como outras correntes. Antes mesmo disso, Bakhtin já utilizava os estudos de Marx e os versava para a linguagem e a produção de sentidos através dela.

Nesse sentido, o surgimento da internet e de outros dispositivos tecnológicos podem ser entendidos como um marco da Pós-modernidade. Weber, no século XIX, já definia a Modernidade como nascida sob a égide da crise.

O cenário comunicacional desenhado pelas mídias digitais tem a interatividade como conceito chave, pois a busca por diferentes formas de interação e participação é cada vez mais facilitada pelas novas tecnologias. Porém, algo que parece tão moderno já pode ser encontrado, em outra dimensão, evidentemente, na noção bakhtiniana de linguagem, a qual apresenta o dialogismo como seu princípio constitutivo, ou seja, só a interação entre os sujeitos e o texto em um processo enunciativo estabelece as condições de sentido da mensagem em um ambiente único e irreproduzível. Da mesma forma, o conceito de intertextualidade de Pêcheux pode ser entendido com clareza na dinâmica dessa prática comunicativa das novas formas de interação.

O *Facebook* viabiliza uma forma de interação social complexa, na qual diferentes signos relacionam-se para compor a mensagem. Portanto, a noção de texto ultrapassa os limites do código linguístico, ao se associar com outras semióticas. Buscaremos aqui discutir essa semiose e suas implicações na composição de um novo gênero discursivo digital. A discussão está subsidiada pelas teorias da linguagem e do discurso, sobretudo na Análise do Discurso da linha francesa que pressupõe as condições de produção e de recepção na organização dos sentidos das mensagens (BERTO; GONÇALVES, 2011).

Abordar os conceitos básicos da linguagem e do discurso para discutir uma forma de comunicação da atualidade é uma proposta de trazer à tona a discussão de que a tecnologia muda e as formas de interação, conseqüentemente, se alteram, porém os

efeitos de sentido ainda se dão no diálogo entre os sujeitos, considerando suas condições históricas e sociais.

Para Bakhtin, o autor nunca está sozinho, o texto nunca é o primeiro, original, pois traz consigo referências a textos anteriores ou servirá de referência a textos posteriores, ou ainda, o simples fato de enunciar alguma coisa pressupõe a existência do outro: “O fato de ser ouvido, por si só, estabelece uma relação dialógica. A palavra quer ser ouvida, compreendida, respondida e quer, por sua vez, responder à resposta, e assim *ad infinitum*” (BAKHTIN, 1997, p.357). Essa relação entre textos e a existência de um “eu” que pressupõe a existência de um “outro” implica necessariamente a presença de várias vozes em um enunciado ou em uma polifonia, para usar a terminologia do autor.

Abordar a linguagem nessa perspectiva pressupõe que não limitemos a noção de texto à escritura, diferenciando-o das manifestações orais, pois esta oposição está focada no suporte ou no meio de veiculação e não na complexidade e unidade que caracterizam o texto como produção multissemiótica. Dessa forma, “uma receita de cozinha, um outdoor ou um artigo de jornal, um discurso político, um curso universitário ou uma conversa não comporta apenas signos verbais, eles são igualmente feitos de gestos, de entonações e de imagens” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.466). Quando se trata de formas de comunicação digitais, a exemplo do Facebook, podemos verificar que o uso de múltiplos signos associados e a busca de novas formas de manifestação desses signos estão na base do processo comunicacional, permitindo a relação entre os sujeitos e entre os textos produzidos, um a partir do outro. É o que Maingueneau (*apud* KOCH, 2002, p.60) chama de interdiscursividade: “Um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição”. Nesse contexto a autora baseia-se no conceito original da intertextualidade em Pêcheux (1969):

Dado discurso envia a outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais, ou cujos argumentos destrói. Assim é que o processo discursivo não tem, de direito, um início: o discurso se estabelece sempre sobre um discurso prévio. (PÊCHEUX *apud* KOCH, 2002, p.60).

Esta fundamentação teórica nos permite discutir os signos que compõem as formas interativas do *Facebook* como um processo plurissemiótico de comunicação, capaz de ilustrar, na prática, o que os teóricos há décadas vêm descrevendo. Porém, a

inovação no formato e na articulação dos signos caracteriza um gênero diferenciado – o gênero discursivo digital.

O avanço das tecnologias digitais contribuiu para a evolução da linguagem e da conversação, abrindo espaço para o surgimento de novas construções semânticas e esferas enunciativas. Contudo, será que o homem conseguirá desenvolver novas ferramentas conversacionais ou tudo o que virá será repetição das ferramentas atuais apresentadas apenas em uma nova roupagem?

Essa é uma pergunta que, por enquanto, não possui uma resposta exata. Entretanto, pode-se afirmar que o homem, na qualidade de ser social, sempre buscará novas formas de se comunicar e de expressar seus desejos, pensamentos e opiniões. Nesse sentido é correto pensarmos que, da mesma forma que a tecnologia comunicacional evoluirá e se superará a cada dia, novos gêneros digitais, novos signos e novas semioses também emergirão, na tentativa de criar novos universos de linguagem e equiparar o diálogo existente no plano virtual àquele existente no plano físico.

Para Berto e Gonçalves (2011), esse desenvolvimento continuará a alterar as plataformas e as ferramentas enunciativas, uma vez que as mesmas deverão adaptar-se a essas novas esferas comunicacionais. Entretanto, acredita-se que a base escrita, hoje primordial em todo o processo de interação digital, se manterá como pilastra do processo comunicacional virtual, ainda que novas ferramentas e semioses surjam para completá-la e enriquecê-la de sentidos. Para o linguista Mikhail Bakhtin, em suas proposições sobre as teorias de gêneros, esses podem ser entendidos como textos concretos situados em um momento histórico e sensíveis a mudanças e progressos sociais e culturais, embora relativamente estáveis em seus estilos e suas estruturas.

Tal definição ajuda-nos a compreender a emergência de gêneros digitais como o *Facebook* em um momento em que a sociedade e os grupos que a compõem tentam reorganizar suas tradições culturais e conversacionais de forma a adaptar-se às novas ferramentas enunciativas existentes. Com base nesse contexto, somos levados a crer que as teorias de gênero apresentadas por Mikhail Bakhtin há mais de um século mantêm-se contemporâneas.

Na tentativa de jogar luz sobre essa discussão, outro ponto que precisa ser ressaltado é a interação comunicacional entre as personagens presentes no processo enunciativo, uma vez que, sem essa interação, não existe diálogo e sim uma comunicação com sentido único.

Acerca desse assunto, Bakhtin afirma que as interações comunicacionais dependem do seu momento de produção e da estrutura sócio-política dos envolvidos, bem como da psicologia do corpo social apresentada nos atos da fala, para que haja uma atribuição de sentidos ao enunciado, e completa seu pensamento dizendo que em cada contexto e em cada época um dado grupo social possui um repertório de formas de discurso utilizado em seu intercâmbio comunicacional. (BAKHTIN, 1988, p. 42-43).

Tal proposição ajuda a explicar por que uma mesma personagem pode apresentar uma informação em uma rede social virtual, seguindo um padrão linguístico específico, e a mesma informação seguindo outro código em uma outra rede social distinta.

Dessa forma, torna-se necessário ressaltar que, ainda segundo Bakhtin, os gêneros são organismos flexíveis que se adaptam ao contexto enunciativo proporcionando uma maior liberdade e fluidez na hora da enunciação, atributos básicos e essenciais ao dialogismo, fator constitutivo da linguagem humana. Ou seja, na enunciação, tanto o emissor quanto o receptor precisam ser encarados como órgãos ativos e produtores de conteúdo (BERTO; GONÇALVES, 2011).

Conduzindo essa ideia para os diálogos digitais, é possível crer que é justamente esse perfil colaborativo da internet e das redes de interação social – como o *Facebook* – que proporcionou a criação dos gêneros digitais emergentes, uma vez que quanto mais essa prática comunicacional torna-se presente e enraizada no cotidiano social, maior é a necessidade de buscar novas formas e ferramentas de expressão que enriqueçam o conteúdo presente no momento da enunciação.

O homem, enquanto ser social, possui uma necessidade inerente de se comunicar, observada através das várias formas de linguagem (tais como a fala, a escrita e a linguagem de sinais), dos diversos códigos e das diferentes formas de construção linguística existentes. Esses diferentes formatos comunicativos são frutos de sucessíveis evoluções dos sistemas de linguagem.

Nesse contexto, a evolução das tecnologias comunicacionais advindas principalmente do surgimento da internet permitiu uma alteração significativa na forma como interagimos e nos comunicamos em um contexto social, principalmente através da criação das redes sociais virtuais (CASTELLS, 2003, p.22). Através delas tornou-se possível a interação simultânea, ou não, com diferentes indivíduos rompendo as barreiras geográficas, temporais e linguísticas, empecilhos que antes eram significantes no resultado do processo comunicacional.

Lévy (1999, p.20), em sua discussão sobre a cibercomunicação, afirma que a emergência de uma nova sociedade mundialmente interconectada através de redes comunicacionais possibilitou aos usuários a oportunidade de interagirem e se comunicarem de forma democrática, aberta e acessível, consolidando uma vez mais a ideia de convivermos em uma única “Aldeia Global”. Nesse sentido, a teoria de Piérre Levy vai ao encontro da ideia de “Mundo Plano” proposta por Thomas Friedman, que serviu de base para os argumentos apresentados neste trabalho.

O surgimento dessa nova sociedade baseada no intercâmbio livre de informações foi possível apenas com o advento de uma Comunicação Mediada pelo Computador (CMC), que mudou de forma profunda a maneira através da qual as pessoas interagem e se comunicam dentro de um grupo social (BERTO; GONÇALVES, 2011). Essa nova mediação comunicacional merece destaque uma vez que, além de promover a reunião de diversos grupos convergentes e divergentes em uma mesma rede social, garantiu um espaço de livre expressão para as opiniões, semelhante ao existente nas ágoras gregas.

Todas essas evoluções tecnológicas observadas no âmbito comunicacional criaram uma nova forma de ser social, que satisfaz sua necessidade de expressão através da transferência e importação de conteúdos e informações digitais, e do diálogo com outras pessoas existentes, em muitos casos, apenas no plano virtual.

Para Berto e Gonçalves (2011), nesse cenário evolutivo, os gêneros linguísticos, na qualidade de produtos sociais, também foram afetados a fim de se modificarem e se adaptarem a essa nova proposta de comunicação e suas inúmeras possibilidades expressivas, tornando a internet um terreno fértil para o surgimento de novos gêneros textuais, chamados gêneros emergentes.

Dessa forma, pode-se definir os gêneros emergentes no meio digital como agrupamentos comunicacionais através dos quais os usuários da rede interagem entre si e promovem a transferência de conteúdos informativos, de forma escrita ou ágrafa, objetivando a manutenção dos laços sociais. Ressalta-se, porém, que o surgimento de gêneros emergentes da cibercultura, a exemplo do surgimento do cinema e do rádio, não representará o fim dos gêneros atuais, mas sim a criação de um novo gênero único, com suas tradições e códigos originais que servirão para a reorganização paulatina e natural das estruturas comunicacionais e sociais (LÉVY, 1999, p. 146).

Nos meios digitais são muitos os gêneros emergentes existentes, com destaque para o bate-papo virtual (aberto, reservado ou em salas privativas), o endereço

eletrônico e a videoconferência, por exemplo, e variados também são os recursos operacionais disponíveis nesse gênero, como postagem de imagens, sons, vídeos e linguagens exclusivas, que garantem uma interação maior entre os usuários a partir de diálogos em produções síncronas (MARCUSHI, 2005).

Nesse contexto o *Facebook*, mídia social de origem estadunidense baseada na interação intrausuários através de múltiplas plataformas conversacionais, desponta nesse cenário uma vez que concentra em si semioses presentes em diversos outros gêneros emergentes, como postagem de fotos, armazenamento de informações escritas de diversas formas diferentes, compartilhamento de vídeos e sons etc.

A intersemiose de todos esses recursos é uma das características mais importantes da conversação realizada através dos gêneros digitais emergentes, uma vez que, através delas, as informações podem ser interpretadas, re-interpretadas e compartilhadas, enriquecendo a comunicação e o diálogo nessas plataformas conversacionais (BERTO; GONÇALVES, 2011).

Dentro das redes sociais da internet observamos, portanto, uma agilidade comunicacional imensa, seguida de superficialidade na exploração dos assuntos. Estas são duas características da contemporaneidade – rapidez e superficialidade – que, certamente estiveram presentes na internet e nas ruas durante as manifestações ocorridas em Julho de 2013 no Brasil e no Egito em 2011, conforme já mencionadas anteriormente.

No Egito, a importância dada às novas mídias e às redes sociais era pequena antes dos protestos que culminaram na renúncia de Hosni Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011, apenas dezoito dias após o início da mobilização popular. Muitos consideravam que naquele país o acesso à internet era pequeno, no entanto, foi exponencial o crescimento do acesso da população à telefonia celular móvel na última década e o telefone celular foi utilizado como uma arma de envio de informações, de forma rápida e eficiente.

Essa espécie de “panfletagem virtual” conectou o mundo aos manifestantes egípcios, que usaram a tecnologia da telefonia celular móvel para acessar as redes sociais como alternativa eficaz aos provedores locais de internet, sob controle do governo que combatiam. Os egípcios reagiram diante de ações de um governo que usava a rede mundial de computadores para disseminar a violência e amedrontar a população, desestimulando assim as manifestações. O país ficou sem internet durante

cerca de uma semana, passando a reativar suas conexões apenas após a renúncia de Hosni Mubarak. Com isso, o acesso às imagens de conflitos ocorreu por meio de mensagens e imagens enviadas por telefones celulares, tanto a contatos de outros países que se encarregavam de divulgá-las na internet, como por meio de um serviço diferenciado criado pelo *Google* e pelo *Twitter* para que os manifestantes publicassem mensagens de voz usando apenas o telefone.

As mídias sociais foram fundamentais para que o resto do mundo viesse a descobrir que a população egípcia ficou cinco dias sem acesso à internet e também pudesse verificar que as conexões foram aos poucos reativadas. Foi possível acompanhar esse processo porque com o restabelecimento das conexões houve a atualização nos perfis nas redes sociais dos moradores daquela região, presença de novas mensagens e aumento no número de contas, especialmente no *Twitter* e no *Facebook*. Em outros países, manifestantes aderiram à causa da população egípcia e utilizaram-se de símbolos de redes sociais para protestar contra o bloqueio ao acesso à rede imposto por Mubarak. Em Toronto, no Canadá, durante o período em que o governo egípcio impediu o acesso à internet, um manifestante exibe um cartaz curioso e sua imagem é reproduzida também por meio das mídias tradicionais. Na imagem, o manifestante levanta cartaz com o nome do país grafado em inglês – *Egypt* – com letras coloridas que remetem aos símbolos das redes sociais virtuais.

Figura 7 - Egito



Fonte: Facebook.

Uma reportagem do telejornal *Bom Dia Brasil*, intitulada “Egípcios voltam a usar as mídias sociais”, veiculada em 2 de fevereiro de 2011, apresenta imagens dessas manifestações e informa que “não é mais somente no papel que as mídias sociais marcam presença nas manifestações que acontecem no Egito”. (VELOSO, 2011). Difundidos por meio das redes sociais, os protestos rapidamente alcançam os portais e *sites* e também as mídias tradicionais, como televisão, rádio e veículos impressos. “O país, que está sem internet faz quase uma semana, aos poucos está reativando suas conexões. E o mais interessante é que as mídias sociais foram fundamentais para que o resto do mundo descobrisse isso”. (VELOSO, 2011). Nas mídias tradicionais (imprensa, radiodifusão e TV) a comunicação acontece de um emissor para muitos receptores, em mão única. A produção de conteúdo é consumida por muitos receptores (leitores, ouvintes, telespectadores). Nas novas mídias (telefonia celular, internet e IPTV – *Internet Protocol TV*) a comunicação ocorre de muitos para muitos e em duas mãos, isto é, todos são consumidores e produtores de conteúdo (texto, imagem e áudio) e interagem, conforme já discutimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Em entrevista concedida à apresentadora Katie Couric, do canal americano CBS, na noite de 1º de fevereiro de 2011, o empresário Bill Gates, cofundador da Microsoft, afirma que a tecnologia facilita a propagação de informações e que “desligando” a internet, o presidente do Egito mostrou que tinha muito a esconder. Quanto à atitude de Hosni Mubarak de bloquear a internet em todo o Egito, Bill Gates diz que “não é tão difícil de interromper a internet se você tem um poder militar para o qual pode dizer o que vai acontecer. [...] está tentando mostrar às pessoas que tem medo que a verdade seja espalhada. É uma tática difícil, mas, certamente, a internet pode ser desligada”⁴¹.

De acordo com Bill Gates, no entanto, mesmo com o bloqueio da internet, os egípcios encontram formas de comunicação. “Ainda há muitas câmeras de vídeo portáteis e cobertura saindo de lá. Então, há uma consciência”. André Lemos e Pierre Lévy (2010, p. 73) explicam que “as novas mídias atuam a partir dos princípios de liberação da emissão, da conexão permanente em redes de conversação e da reconfiguração da paisagem comunicacional que tem implicações importantes nas dimensões sociais, culturais e políticas”. Para os autores, as novas mídias são “desterritorializadas”:

⁴¹ Bill Gates em entrevista a Katie Couric, do canal americano CBS. Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/02/nao-e-tao-dificil-de-interromper-internet-diz-bill-atessobre-o-egito.html>. Acesso em: 27 de Julho de 2013.

Elas não estão mais ligadas apenas a uma zona geográfica, mas a uma comunidade de proximidade local ou semântica, a redes sociais de ouvintes, de espectadores, de leitores ou de produtores, que podem estar dispersos e situados em qualquer lugar do mundo. (LEMOS; LÉVY, 2010, p.73-74).

Os serviços de internet no Egito foram restabelecidos parcialmente no dia seguinte (quarta-feira, 2 de fevereiro de 2011) à entrevista concedida pelo empresário da Microsoft, Bill Gates. Segundo informou o texto noticioso do G1 (2011), dos 80 milhões de egípcios, 23 milhões têm acesso à rede. As autoridades egípcias haviam cortado o acesso na noite de quinta-feira, 27 de janeiro de 2011, véspera de grandes manifestações convocadas contra o regime do presidente Hosni Mubarak.

O pesquisador suíço Patrick Haenni afirma, em 31 de janeiro de 2011, que “os *blogs* simpatizantes do movimento ‘Irmandade Muçulmana’ surgiram no final de 2004, abrindo uma brecha nessa organização [...] iniciaram um processo de abertura e uma nova cultura de militância marcada por valores veiculados pela rede”⁴². De acordo com Patrick Haenni, que se dedica à pesquisa sobre os movimentos islâmicos e a blogosfera por conta do Instituto *Relioscope* de Friburgo, na Suíça, os jovens adeptos dessa irmandade passaram a ampliar sua rede de relacionamentos e, em janeiro de 2011, “se impuseram no cenário da militância graças aos canais árabes por satélite que transmitem seus testemunhos e imagens”⁴³.

De acordo com Lemos e Lévy (2010, p.72), “as tecnologias e redes sem fio de comunicação digital móvel (celulares, *palms*, redes *Wi-Fi*, *Bluetooth*, GPS) têm criado novas práticas de mobilização política conhecidas como *smart mobs*”. Eles explicam que o termo *smart mobs* foi proposto por Rheingold, que o definiu como mobilizações “constituídas por pessoas que são capazes de agir juntas mesmo sem se conhecerem [...] cooperam de maneira inédita porque dispõem de aparatos com capacidade tanto de comunicação como de computação”. (RHEINGOLD *apud* LEMOS; LÉVY, 2010, p.72).

Os manifestantes egípcios, no entanto, não foram pioneiros na utilização de telefonia celular para acesso às redes sociais com a finalidade de divulgar os motivos de suas manifestações. Ao afirmar que “se um povo modifica radicalmente seu modo de ver as coisas, se ele passa a pensar de maneira diferente e por si mesmo, não há poder que possa se opor”, Castells (2009) refere-se à força do pensamento coletivo e dos

⁴² Patrick Haenni em entrevista a Frédéric Burnand, swissinfo.ch em 31 de janeiro de 2011, com o título Facebook revoluciona as revoluções. Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/sociedade/Facebook_revolucionaria_as_revolucoes.html?cid=29376072. Acesso em: 27 de Julho de 2013.

⁴³ Idem.

mecanismos comunicação para reagir e combater o poder dominante. Ele sustenta a afirmação com fatos ocorridos em países distintos, vários anos antes da mobilização dos egípcios.

Essa 'onda' mobilizadora, apoiada por redes de comunicação entre telefones celulares obteve efeitos impressionantes na Coreia do Sul, nas Filipinas, na Ucrânia, na Tailândia, no Nepal, no Equador, na França... Pode obter um efeito imediato, como em abril passado na Tailândia, com a destituição do primeiro-ministro Thaksin Shinawatra pelo rei Bhumibol Adulyadej. Ou na Espanha, com a derrota, nas eleições legislativas em março de 2004, do Partido Popular de José Maria Aznar. (CASTELLS, 2009).

Em junho de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu que o acesso à internet é um direito humano universal – como o direito à saúde, à educação e à moradia – e a rede deve ser protegida de interesses e empresas. A ONU passou a considerar a internet sua “nova fronteira de luta pela liberdade de expressão” ao publicar, em maio de 2011, seu primeiro relatório sobre a relação entre governos e a rede mundial de computadores. Para Frank La Rue, autor do documento e relator especial da ONU, “governos que desconectarem sua população estarão, assim, violando direitos básicos e a lei internacional” e, nos países árabes, “[...] a onda de protestos mostrou a capacidade de mobilização que a internet pode ter no apelo à Justiça”.

4.3.1 O Brasil e a rede.

Na sociedade contemporânea, tudo está relacionado ao jornalismo e ao uso de bases de dados. A tendência é que em curto espaço de tempo todo o jornalismo esteja estruturado em base de dados, assim como tudo o mais na vida das pessoas. E se até alguns anos atrás as bases de dados estavam contidas em fichários e outros arquivos físicos, mais recentemente passaram a ser digitais e até ocupar espaço virtual, algum lugar no ciberespaço, conforme previsão de Marshall McLuhan (1974).

Podemos considerar o ciberespaço como um indexador dos mais variados tipos de meios, que cada vez mais estão inseridos numa situação de interdependência de um meio com relação a outro. Nenhum meio existe por si só, por exemplo: o cinema sempre se apropria da literatura, da TV ou até mesmo de uma história falada. Hoje percebemos este movimento também na internet, os tópicos populares do twitter ou do facebook, rede social sobre a qual estão nos debruçando, na maioria das vezes tem uma relação muito direta com os tópicos de audiência da mídia televisiva.

A princípio, o “conteúdo” de qualquer meio ou veículo é sempre um outro meio ou veículo. Por sua vez, a “mensagem” de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas. (MCLUHAN, 1974, p.22)

É importante ressaltar que para McLuhan, a evolução da tecnologia provoca mudanças estruturais na sociedade. Isso acontece meio que ao acaso já que o surgimento de uma tecnologia não ocorre por meio de uma tentativa isolada do desenvolvimento técnico em si, e sim por uma tentativa de transformar, reproduzir e documentar as experiências do homem.

Para Santos e Rizzotto (2012), nos dias atuais, as bases de dados (e as informações nelas contidas) e as redes sociais são tão importantes para os governantes como o eram os aquedutos e as estradas para os imperadores romanos. Se na Roma antiga, os aquedutos conduziam a água e as estradas facilitavam o acesso às mercadorias e à informação, na sociedade ocidental deste início do século XXI, as comunidades passaram a ter mais voz (são ouvidas) se articulando em torno das redes sociais (dentro e fora da internet) que, de forma descentralizada, produzem as bases de dados. É dessa forma que os manifestantes brasileiros se organizaram entre Junho e Julho de 2013, de maneira rápida e descentralizada produziram suas bases de dados e inundaram a internet de maneira panfletária convocando os cidadãos para os protestos.

As ágoras gregas estão hoje dentro das redes sociais da internet, ali encontramos parte das demandas sociais, onde grupos sociais ganham força e novos adeptos para sua causa. Apesar da superficialidade própria da internet e da contemporaneidade, conforme já discutimos anteriormente, as imagens e as frases são exploradas à exaustão nas redes e, conseguem hoje mobilizar um grande número de pessoas, especialmente jovens, que se identificam com este complexo cenário.

Observaremos mais a diante as imagens mais divulgadas e compartilhadas do Facebook no Brasil, durante os meses de Junho e Julho de 2013, período em ocorreram as manifestações. Este foi o critério utilizado na escolha das imagens, optamos por aquelas que apresentavam o maior número de compartilhamentos, uma vez o facebook disponibiliza tal dado abaixo de cada imagem dentro da rede. Notaremos que uma série de assuntos e fatos que causam o descontentamento da população vieram à tona e se fundiram em atos organizados em todo o país. Observaremos também que, dois tipos de discursos predominam dentro das imagens mais compartilhadas e vistas, o discurso

panfletário já comentado acima, ou então o discurso de imagens fotográficas, o qual nos aprofundaremos a seguir.

4.4 Da rede para as ruas

Para analisar e entender um pouco mais sobre o impacto das redes sociais nas manifestações de 2013, proporemos aqui uma investigação acerca das imagens mais curtidas e compartilhadas na rede. Tomaremos parte delas como fotografias, uma vez que, no contexto das manifestações, as fotografias predominaram na rede como forma de sensibilização e convite aos internautas para aderirem aos movimentos de protesto.

Mesmo as imagens que surgem a partir da manipulação da computação gráfica, como por exemplo, a figura 12, que estudaremos mais a frente, podem ser consideradas mensagens fotográficas, por isso serão analisadas sobre os mesmos critérios. Para tanto, nos debruçaremos um pouco mais na história da fotografia e as possibilidades que esta nos dá de interpretação dos fatos sociais.

A fotografia surgiu na década de 1830 como resultado da feliz conjugação do engenho, da técnica e da oportunidade. Niépce e Daguerre - dois nomes que se ligaram por interesses comuns, mas com objetivos diversos - são exemplos claros desta união. Enquanto o primeiro preocupava-se com os meios técnicos de fixar a imagem num suporte concreto, resultado das pesquisas ligadas à litogravura, o segundo almejava o controle que a ilusão da imagem poderia oferecer em termos de entretenimento (afinal de contas, ele era um homem do ramo das diversões). É bem verdade que no século XIX a distinção entre técnica e magia não era tão clara quanto hoje, como bem ilustra o nome de uma das primeiras lojas de venda de material para eletricidade no Rio de Janeiro: “Ao Grande Mágico”.

Desde então e ao longo de sua história, a fotografia foi marcada por polêmicas ligadas aos seus usos e funções. Ainda no século XIX, sua difusão provocou uma grande comoção no meio artístico, marcadamente naturalista, que via o papel da arte eclipsado pela fotografia, cuja plena capacidade de reproduzir o real, através de uma qualidade técnica irrepreensível, deixava em segundo plano qualquer tipo de pintura.

O caráter de prova irrefutável do que realmente aconteceu, atribuído à imagem fotográfica pelo pensamento da época, transformou-a num duplo da realidade, num espelho, cuja magia estava em perenizar a imagem que refletia. Para muitos artistas e intelectuais, dentre eles o poeta francês Baudelaire, a fotografia libertou a arte da necessidade de ser uma cópia fiel do real, garantindo para ela um novo espaço de

criatividade. Baudelaire expõe, nesta passagem de seu artigo ‘O público moderno e a fotografia’, qual era, para ele, o verdadeiro lugar da fotografia dentre as formas de expressão visual de meados do século XIX:

Se é permitido à fotografia completar a arte em algumas de suas funções, cedo a terá suplantado ou simplesmente corrompido, graças à aliança natural que achará na estupidez da multidão. É necessário que se encaminhe pelo seu verdadeiro dever, que é ser a serva das ciências e das artes, mas a mais humilde das servas (...). Que ela enriqueça rapidamente o álbum do viajante e dê aos olhos a precisão que faltaria à sua memória, que orne a biblioteca do naturalista, exagere os animais microscópicos, fortifique mesmo alguns ensinamentos e hipóteses do astrônomo; que seja enfim a secretária e bloco-notas de alguém que na sua profissão tem necessidade duma absoluta exatidão material. Que salve do esquecimento as ruínas pendentes, os livros as estampas e os manuscritos que o tempo devora, preciosas coisas cuja forma desaparecerá e exigem um lugar nos arquivos de nossa memória; será gratificada e aplaudida. Mas se lhe é permitido por o pé no domínio do impalpável e do imaginário, em tudo o que tem valor apenas porque o homem lhe acrescenta a sua alma, mal de nós. (DUBOIS, P. 1992, p.23)

Baudelaire enfatiza a separação arte/fotografia, concedendo à primeira um lugar na imaginação criativa e na sensibilidade humana, própria à essência da alma, enquanto à segunda é reservado o papel de instrumento de uma memória documental da realidade, concebida em toda a sua amplitude.

Mas será a fotografia uma cópia fiel do mundo e de seus acontecimentos? Por muito tempo esta marca inseparável de realidade foi atribuída à imagem fotográfica, sendo seu uso ampliado ao campo das mais diferentes ciências.

Segundo Mauad (1996), desde a entomologia⁴⁴ até os estudos das características físicas de criminosos, a fotografia foi utilizada como prova infalsificável. No plano do controle social a imagem fotográfica foi associada à identificação, passando a figurar, desde o início do século XX, em identidades, passaportes e os mais diferentes tipos de carteiras de reconhecimento social. No âmbito privado, através do retrato de família, a fotografia também serviu de prova. O atestado de um certo modo de vida e de uma riqueza perfeitamente representada através de objetos, poses e olhares.

No entanto, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia - para além da sua gênese automática, ultrapassando a idéia de *analogon* da realidade - é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a

⁴⁴ Entomologia é a ciência que estuda os insetos sob todos os seus aspectos e relações com o homem, as plantas, os animais e o meio-ambiente. A palavra *Entomologia* é proveniente da união de dois radicais gregos, *entomon* (inseto) e *logos* (estudo) e vem sendo empregada desde Aristóteles (384-322 a.C.) para designar “estudo dos insetos”.

uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica.

A história da fotografia confunde-se com as diferentes abordagens que, em diversos momentos do pensamento ocidental, aplicou-se à imagem fotográfica. A ideia de que o que está impresso na fotografia é a realidade pura e simples já foi criticada por diferentes campos do conhecimento, desde a teoria da percepção até a semiologia pós-estruturalista⁵. A própria crítica à essência mimética da imagem fotográfica já envolve um exercício de interpretação desta imagem, datado e, por conseguinte, historicamente determinado. Percebendo tais injunções, o filósofo francês Philippe Dubois (1992), apresenta dois momentos desta crítica:

1. A fotografia como transformação do real (o discurso do código e da desconstrução);

2. A fotografia como o vestígio de um real (o discurso do índice e da referência).

A primeira postura, predominante no século XX, compreende três setores do saber: Estudos relativos à teoria da percepção, representados pelos escritos de Rudolf Arnheim em seu livro *Filme como arte*. O ponto de partida das considerações de Arnheim é a desnaturalização da representação fotográfica, estabelecendo uma comparação entre a imagem fotográfica e o objeto concreto. A fotografia é bidimensional, plana, com cores que em nada reproduzem a realidade (quando não é em preto e branco). Ela isola um determinado ponto no tempo e no espaço, acarretando a perda da dimensão processual do tempo vivido. É puramente visual, excluindo outras formas sensoriais, tais como o olfato e o tato. Enfim, a imagem fotográfica não guarda nenhuma característica própria à realidade das coisas. Vale lembrar que, uma desconstrução como a do realismo fotográfico, detém-se, exclusivamente, sobre os efeitos que os recursos da técnica fotográfica exercem sobre a percepção, não considerando os aspectos de conteúdo da mensagem fotográfica. Segundo Mauad (1996), a vaga estruturalista da década de 60 esforçou-se em denunciar os efeitos ideológicos produzidos pela imagem fotográfica, tanto pela expressão estética embutida neste tipo de imagem, quanto pelo seu conteúdo. Do ponto de vista da estética da imagem fotográfica, Hubert Damisch e Pierre Bourdieu, ambos escrevendo entre 1963 e 1965, denunciam o débito da fotografia à noção de espaço perspectivo, própria ao pensamento renascentista e fortemente marcada por uma determinada visão de representar o mundo. Para esses autores, a fotografia é baseada em convenções socialmente aceitas como válidas e, sendo assim, constitui um importante instrumento de análise e interpretação do real. Dando continuidade às críticas da década de 60, a revista *Cahiers du Cinema*, na década de

70, investe na denúncia do caráter ideológico das fotografias de imprensa. Num artigo histórico - 'Le Pendule', datado de 1976 -, Alain Bergala aborda as fotografias históricas, denunciando aquilo que chamou de "a parte 'encenada' das imagens que marcaram a história". Para este autor, tal encenação seria garantida pelos modos de integração do fotógrafo na ação, pelo efeito de paragem da imagem, pelo papel da grande angular, etc., elementos que, conjugados ao texto impresso, produziram uma determinada versão dos fatos históricos que, pelo realismo fotográfico garantiriam o estatuto de verdade anunciada.

A terceira e última postura ligada à concepção da fotografia como a transformação do real remete a uma postura antropológica, cuja principal preocupação é apontar que o significado da mensagem fotográfica é convencionalizado culturalmente. Neste sentido, a recepção da fotografia e sua compreensão pressupõem uma certa aprendizagem, ligada à interação dos códigos de leitura próprios à imagem fotográfica.

O grande problema desta primeira postura crítica, a de Rudolf Arnheim, apontado por Dubois, é desconsiderar a realidade empírica que fundamenta os discursos imagéticos, operando, exclusivamente, sobre eles. Neste sentido, não haveria realidade fora dos discursos que a revelam. Já a segunda postura crítica em relação ao realismo fotográfico ultrapassa os processos de desconstrução discursiva, retomando, em outro nível, a questão do referente, ou ainda da materialidade da imagem fotográfica. O ponto de partida é compreender a natureza técnica do ato fotográfico, a sua característica de marca luminosa, daí a idéia de indício, de resíduo da realidade sensível impressa na imagem fotográfica. Em virtude deste princípio, a fotografia é considerada como testemunho: atesta a existência de uma realidade. Como corolário deste momento de inscrição do mundo na superfície sensível, seguem-se as convenções e opções culturais historicamente realizadas.

Portanto, o segundo passo é compreender que, entre o objeto e a sua representação fotográfica, interpõe-se uma série de ações convencionalizadas, tanto cultural como historicamente. Afinal de contas, existe uma diferença bastante significativa entre uma *carte de visite*⁴⁵ e um instantâneo fotográfico de hoje. Por fim, há que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto

⁴⁵ A fotografia em formato "carte-de-visite", patenteada por Eugena Disderi, em 1854, caracteriza -se tanto pelo seu tamanho diminuto (6 x 9,5 cm), colada em cartão um pouco maior, como pela função de representação social, própria do séc. XIX. Comumente, trocado com dedicatórias variadas, o "carte-devisite" popularizou a arte do retrato; sendo guardado em álbuns, cuja qualidade de adereços, era símbolo de distinção social (MAUAD, 1996).

de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz 'clic' (MAUAD, 1996).

É, justamente, por considerar todos esses aspectos, que as fotografias nos impressionam, nos comovem, nos incomodam, enfim imprimem em nosso espírito sentimentos diferentes. Cotidianamente, consumimos imagens fotográficas em jornais e revistas que, com o seu poder de comunicação, tornam-se emblemas de acontecimentos.

A fotografia vem acompanhando a sociedade, registrando sua história numa linguagem de imagens. Uma história múltipla, constituída por grandes e pequenos eventos, por personalidades mundiais e por gente anônima, por lugares distantes e exóticos e pela intimidade doméstica, pelas sensibilidades coletivas e pelas ideologias oficiais.

A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida. Os textos visuais, inclusive a fotografia, são resultado de um jogo de expressão e conteúdo que envolvem, necessariamente, três componentes: o autor, o texto propriamente dito e um leitor. Para Mauad (1996), cada um destes três elementos integra o resultado final, à medida que todo o produto cultural envolve um *locus* de produção e um produtor, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como um sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere, e por fim um significado aceito socialmente como válido, resultante do trabalho de investimento de sentido.

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sócio-cultural. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar.

Para Mauad (1996), partindo da premissa acima, podemos concluir que a fotografia não é apenas um documento, mas um monumento. E como toda fonte histórica, pode e deve passar pela crítica. Assim, o primeiro passo é entender que, numa dada sociedade, coexistem e se articulam múltiplos códigos e níveis de codificação, que

fornece significado ao universo cultural dessa mesma sociedade. Os códigos são elaborados na prática social e não podem nunca ser vistos como entidades ahistóricas.

O segundo passo, segundo a pesquisadora, é conceber a fotografia como resultado de um processo de construção de sentido. A fotografia, assim concebida, revela-nos, através do estudo da produção da imagem, uma pista para se chegar ao que não está aparente ao primeiro olhar, mas que concede sentido social à foto. A fotografia comunica através de mensagens não verbais, cujo signo constitutivo é a imagem. Portanto, sendo a produção da imagem um trabalho humano de comunicação, pauta-se, enquanto tal, em códigos convencionalizados socialmente, possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas como mensagens.

O terceiro passo é perceber que a relação acima proposta não é automática, posto que entre o sujeito que olha e a imagem que elabora existe todo um processo de investimento de sentido que deve ser avaliado. Portanto, para se ultrapassar o mero *analogon* da realidade, tal como a fotografia é concebida pelo senso comum, há que se atentar para alguns pontos. O primeiro deles diz respeito à relação entre signo e imagem.

Normalmente caracteriza-se a imagem como algo “natural”, ou seja, algo inerente à própria natureza, e o signo como uma representação simbólica. Tal distinção é um falso problema para a análise semiótica, tendo em vista que a imagem pode ser concebida como um texto icônico que antes de depender de um código é algo que institui um código. Neste sentido, no contexto da mensagem veiculada, a imagem - ao assumir o lugar de um objeto, de um acontecimento ou ainda de um sentimento - incorpora funções sígnicas. (MAUAD, 1996, p.12)

Um segundo ponto remete à imagem fotográfica enquanto mensagem, estruturada a partir de uma dupla referência: a si mesma (como escolha efetivamente realizada) e àquele conjunto de escolhas possíveis, não efetuadas, que se acham em relação de equivalência ou oposição com as escolhas efetuadas. Dito em outras palavras, deve-se compreender a fotografia como uma escolha efetuada em um conjunto de escolhas então possíveis. Finalmente, o terceiro ponto concerne à relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. Enquanto o primeiro leva em consideração a relação dos elementos da fotografia com o contexto no qual se insere, remetendo-se ao corte temático e temporal feitos, o segundo pressupõe a compreensão das opções técnicas e estéticas, as quais, por sua vez, envolvem um aprendizado historicamente determinado que, como toda a pedagogia, é pleno de sentido social.

As imagens selecionadas a seguir são parte do que queremos ilustrar nesta pesquisa, mas também frutos da construção de monumentos, como nos diz acima Mauad, e das transformações possibilitadas pela internet e suas redes sociais. Na figura 10, por exemplo, encontramos uma imagem muito compartilhada, publicada na internet pela mídia NINJA⁴⁶ (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), trata-se de uma nova maneira de divulgar e promover as informações em tempo real, que está totalmente baseada e interligada a uma rede de colaboradores voluntários dentro e fora das redes sociais. Na imagem em questão, somos inseridos no meio da multidão que manifesta e somos levados a observar juntamente com o policial o cartaz que diz “PM o inimigo é outro. Estamos juntos.” Uma fotografia de um personagem e seu cartaz, capturada por um manifestante/colaborador da mídia NINJA dentro da manifestação e instantaneamente publicada nas redes sociais, em minutos milhares de curtidas, compartilhamentos e mais jovens nas ruas.

Assim, podemos perceber que dentro das redes sociais, na ocasião das manifestações, as imagens tornam-se de fato monumentos, como diz Mauad (1996), são capazes de chocar, motivar e organizar milhares de indivíduos em torno de uma causa. Importante ressaltar que no período dos protestos brasileiros poucas vezes vimos longos discursos ou a intenção de explicar algo por partes dos manifestantes, a comunicação tinha como característica as imagens fotográficas aliadas ao discurso panfletário para mobilizar os cidadãos, não houve comícios ou debates, a necessidade de entender ficou por parte da mídia jornalística e dos governantes, que em diversas oportunidades afirmaram não saber o porque dos protestos.

Uma parte significativa das imagens e discursos compartilhados apresentavam as características das figuras 8 e 9, onde encontramos uma dura crítica ao comportamento da polícia, leia-se Estado, em relação aos protestos. Uma polícia desestruturada e acostumada a lidar diariamente com marginais fortemente armados, viu-se perdida e despreparada diante jovens que revoltados que mobilizavam e atacavam prédios

⁴⁶ Grupo de mídia formado em 2011. Sua atuação é conhecida pelo ativismo sociopolítico, declarando ser uma alternativa à imprensa tradicional. O grupo tornou-se conhecido mundialmente na transmissão dos protestos no Brasil em 2013. As transmissões da Mídia Ninja são em fluxo de fotos e vídeo em tempo real, pela Internet, usando câmeras de celulares e uma unidade móvel montada em um carrinho de supermercado. A estrutura da Mídia Ninja é descentralizada e faz uso das redes sociais, especialmente o Facebook, na divulgação de notícias. (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADdia_Ninja. Acesso em 17/05/2014.)

públicos no centro da cidade de São Paulo. Conforme já explicado anteriormente, o evento que desencadeou todo o período de manifestações foi a ação truculenta da polícia militar contra os pouco mais de vinte jovens do movimento Passe Livre que protestavam contra o aumento da tarifa de transporte público.

Rapidamente, após o fatídico episódio, as redes sociais da internet, em especial o *facebook*, foram inundadas de imagens do evento acompanhadas por frases curtas e provocantes que passaram a sensibilizar milhares de internautas.

Figura 8 – Polícia e violência



Fonte: Facebook

Figura 9 – Tropa de Choque.



Fonte: Facebook.

Figura 10 – PM o inimigo é outro.



Fonte: Facebook.

Figura 11 – Por favor não me bata.



Fonte: Facebook.

As imagens acima foram amplamente compartilhadas no facebook logo após o primeiro protesto ocorrido nas ruas da cidade de São Paulo, contra o aumento da tarifa do transporte público. Conforme já salientado anteriormente, nesta ocasião a polícia agiu conforme os jornais e noticiários de televisão, de maneira violenta contra os manifestantes, no dia seguinte um novo protesto foi organizado pelas redes sociais, assim, o ato passa a ser não apenas contra o aumento das tarifas de transporte, mas também contra a ação da polícia militar.

Nesta esteira, em meio a milhares de compartilhamentos das imagens acima entre tantas outras, surge um novo discurso panfletário dentro da rede, que também será levado para as ruas: o protesto contra os gastos públicos com a Copa do Mundo de Futebol, conforme veremos nas figuras 12, 13 e 14.

Figura 12 – Dilma e a saúde.



Fonte: Facebook.

Figura 13 – Padrão Fifa.



Fonte: Facebook.

Figura 14 – O Brasil acordou.



Fonte: Facebook.

Desde a escolha do Brasil para sediar a Copa de 2014 anos atrás, muitas imagens foram postadas e compartilhadas na internet contra o evento. No entanto, as manifestações de Junho e Julho, coincidiram com um evento preparatório para a Copa do Mundo ocorrido no Brasil, a chamada Copa das Confederações, um grande evento esportivo internacional que contou com a vinda de importantes seleções de futebol para o Brasil.

Em meio à Copa das Confederações, os protestos contra a Copa do Mundo ganharam muita força, rapidamente as redes sociais como o facebook e o twitter viraram o primeiro canal de protesto dos manifestantes e logo foram também às ruas como mais uma demanda da sociedade. Na parte das vezes as críticas se davam por imagens fotográficas alteradas pela computação gráfica ou então, por cartazes que propunham de maneira direta e objetiva uma reflexão sobre os gastos desnecessários com o evento esportivo, conforme observamos acima.

Sendo a internet um canal de muitos autores e protagonistas, onde tudo cabe e todas as possibilidades podem ser lançadas, um número enorme de demandas da sociedade brasileira passaram a ser divulgadas no facebook e outras redes sociais. Poucos foram os que se aprofundaram em alguma discussão ou adicionaram às imagens algum comentário⁴⁷ buscando estabelecer um diálogo mais profundo sobre o tema. De maneira geral, as muitas lutas eram propostas na rede, algumas ganharam mais adeptos que outras e foram para as ruas.

Abaixo apresentaremos as imagens mais compartilhadas na rede durante as manifestações sobre as mais diversas demandas da sociedade. Veremos também que entre as imagens mais compartilhadas, estão os cartazes de convocação para aquelas que foram as maiores manifestações, conforme as figuras 19, 20 e 21. Seguindo tendência já apresentada, estes cartazes de convocação virtual, tornaram-se verdadeiros monumentos, compartilhado por milhões de pessoas que rapidamente aderiam aos protestos.

⁴⁷ O facebook permite aos usuários compartilharem imagens e textos de outros usuários. Todo compartilhamento permite ao usuário adicionar um novo texto, para que seu ponto de vista sobre o assunto seja também divulgado.

Figura 15 – José Genoíno e Mensalão.



Fonte: Facebook.

Figura 16 – PEC 37.



Fonte: Facebook.

Figura 17 – A impunidade é a mãe da corrupção.



Fonte: Facebook.

Figura 18 – Maioridade penal para 16 anos.

**MAIORIDADE
PENAL**

PARA 16 ANOS

EU APOIO

Ao menos quatro entre cinco brasileiros concordam com a redução da maioridade penal para 16 anos. Porquê então ainda estamos reféns desses marginais precoces? Queremos a mudança dessa lei ultrapassada!

VOCÊ APOIA ?

ENTÃO COMPARTILHE!

Fonte: Facebook.

Figura 19 – Vem pra rua pela saída do Renan.



Fonte: Facebook.

Figura 20 – Ato “Papa, veja como somos tratados”

MANIFESTAÇÕES DURANTE A JORNADA

ATO NA RECEPÇÃO DO PAPA NO PALACIO GUANABARA	ATO "PAPA, VEJA COMO SOMOS TRATADOS"
22/07 - 18h Largo do Machado	26/07 - 17h Metrô Arcoverde

Fonte: Facebook.

Figura 21 – PEC 33 e PEC 280.

DIA DO BASTA
À CORRUPÇÃO

12/07/2013 às 18h
Vão Livre do MASP / SP

Faltam 2 dias

**2º Ato Contra a PEC 33
e a Favor da PEC 280**

#VEMPRARUA
diadobasta.org

DIA DO BASTA
À CORRUPÇÃO

Sao Paulo

Fonte: Facebook.

Figura 22 - IPVA



Fonte: Facebook.

Figura 23 – Segurança Pública.



Fonte: Facebook.

Figura 24 - Ministérios

Em dez anos, total de ministérios quase dobrou

<http://oglobo.globo.com/pais/em-dez-anos-total-de-ministerios-quase-dobrou-6760144>



Envie esta mensagem pra 500 amigos e a presidenta te dará um Ministério!




Fonte: Facebook.

Conforme já comentamos anteriormente, a velocidade dos acontecimentos e o número de frentes de protesto foram tamanhos, que até mesmo os mais articulados jornalistas, cientistas sociais e políticos tiveram dificuldade de entender o que estava acontecendo. O fato é que a internet mostrou-se capaz, pela primeira vez no Brasil, de mobilizar um número significativo de pessoas em todas as regiões do país, que levou a Governo a atender rapidamente muitas das demandas exigidas pelas manifestações.

Podemos citar como mais um fato importante sobre a relação internet – sociedade, os protestos ocorridos em Bebedouro, cidade do interior de São Paulo. Conforme já apontamos, as manifestações se espalharam por todo o país, não apenas as grandes cidades e capitais foram palco destes fatos sociais, mas também centenas

de cidades do interior dos Estados, onde jovens também se articularam pela internet, realizando manifestações em prol das demandas locais.

A Câmara Municipal de Bebedouro aprovou no mês Maio de 2013 a resolução número 05/2013 que amplia em onze vagas o número de assessores na Câmara para auxílio nos trabalhos de gabinete. O fato teve repercussão na mídia local, em jornais e rádios, durante a semana em que o projeto foi aprovado, porém o assunto só ganhou força semanas depois, no mês de Junho, quando as manifestações começaram em São Paulo e outras capitais. Jovens da cidade passaram a compartilhar no facebook imagens contra os cargos ampliados na Câmara e convocaram um ato para lutar pela revogação do projeto, conforme as figuras 25, 26, 27 e 28. Estas imagens foram amplamente divulgadas na rede pelos moradores da cidade, seguindo as características de um movimento descentralizado, onde os atores lançam suas imagens ou cartazes de convocação, os protestos levaram um grande número de indivíduos para as ruas, em sua maioria jovens, um fato até então desconhecido na história da cidade.

Figura 25 – Vereador e assessor.

VEREADOR COM ASSESSOR
=
ESCOLA SEM PROFESSOR
=
HOSPITAL SEM DOUTOR

Fonte: Facebook.

Figura 26 – Professor com salário de vereador.



Fonte: Facebook.

Figura 27 – Vamos mudar Bebedouro.



Fonte: Facebook.

Figura 28 – Prefeitura Municipal de Bebedouro.



Fonte: Facebook.

Estas imagens foram amplamente compartilhadas pelos usuários da internet em Bebedouro e conseguiram promover dois atos no município, um deles levou um grande número de pessoas para acompanharem a sessão ordinária da Câmara Municipal e protestarem contra os assessores.

Notamos um traço comum em muitas das imagens analisadas até aqui, a imagem fotográfica parece ser uma linguagem universal, muito utilizada pelos meios de comunicação, especialmente os veículos impressos e, mais recentemente, também pela internet (*sites, blogs e as redes sociais* etc.). No entanto, a imagem fotográfica estática e impressa em um suporte que oferece condições de movimento (cartazes) transforma-se em mídia, pois ao mesmo tempo em que pode transmitir as emoções da pessoa que segura o cartaz, passa uma mensagem adicional àquele que a vê.

De acordo com Santos e Rizzotto (2012), outra característica da comunicação nos dias atuais é o grande volume de informações de caráter noticioso. E isso se deve à rapidez conferida à transmissão das informações, especialmente graças à rede mundial de computadores (internet) e à evolução da tecnologia de imagem e áudio. Nesse aspecto, o acesso facilitado à internet confere maior dinâmica às redes sociais e amplia

o acesso das pessoas às bases de dados. Segundo Recuero (2009), uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Observamos a clara existência de relações contagiosas alimentadas pelas redes sociais, temos, portanto, não um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens nas redes sociais da internet.

Figura 39 – Congresso Tomado



Fonte: Facebook

Por fim, observamos acima a figura 29, esta foi segundo os *blogs* especializados e jornais renomados do país, a imagem mais compartilhada pelos brasileiros no facebook durante os meses de protestos. A fotografia foi feita no dia 17 de Junho de 2013, pelo fotógrafo Pedro Ladeira do jornal Folha de São Paulo, foi divulgada no folhapress, site de notícias do grupo Folha e rapidamente passou a ser compartilhada nas redes.

A imagem fala por si, as sombras projetadas na parede do congresso nacional trazem a ideia da força do povo, do gigantismo das manifestações e seu poder de mudar. O maior centro de poder da América do Sul, o local das importantes decisões, tantas vezes distante e inacessível aos cidadãos, parecia agora tomado por ele, pequenos indivíduos que crescem juntos e parecem dominar um espaço de direito, que

era agora de fato também. Todo este movimento possibilitado pelas novas tecnologias e suas redes sociais que tentamos compreender e ilustrar, na expectativa de proporcionar novos debates e oportunidades de compreensão da contemporaneidade da qual protagonizamos, contribuímos, curtimos e compartilhamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário e os fatos que buscamos entender são complexos e constantemente alterados, todas as pontuações são parciais quando compreendemos a efervescência e velocidade da cultura contemporânea. Contudo, está evidente que estamos diante de uma nova forma de discussão e debate político, o discurso digital encarnou as mais significativas características da contemporaneidade, a imagem, a superficialidade e a velocidade agora são as marcas do cidadão que leva para a rede de maneira simplificada todas as demandas da vida cotidiana e traz da rede para a vida cotidiana novas possibilidades de atuação social.

Os grupos sociais e políticos organizam-se e escolhem suas pautas dentro da internet, o debate tradicional é transformado em frases curtas, imagens fotográficas e cartazes que ganham ou não a aderência dos cidadãos internautas. As novas mídias e as redes sociais na internet ampliam as possibilidades de comunicação, organização e mobilização; favorecem a ampliação das relações contagiosas e abrem um novo espaço público de discussão para as pessoas que têm acesso à *web*. As novas mídias têm contribuído para derrubar as fronteiras entre países, superando diferenças sociais, raciais ou religiosas. Ou seja, elas favorecem a comunicação global.

As interações comunicacionais intermediadas pela Internet influenciam a percepção das pessoas sobre a sociedade em que vivem, sobre o resto do mundo e influenciam tomadas de decisões que podem contribuir para a mudança de leis e, até mesmo, para derrubar um governo, como observamos no Egito. Estamos diante de uma nova forma de percepção do mundo ao nosso redor, mediado pela internet, por suas imagens, pela velocidade e pela ausência de debates profundos. O mundo concreto e real pelo qual transitamos e interagimos diariamente apresenta-se ora como uma realidade paralela, ora como um espaço de luta e reivindicações sugeridas pela rede, sendo parte indissociável dela.

A imagem fotográfica, por sua vez, parece ganhar um novo status, parece ser a melhor maneira de dizer quem somos, para onde vamos e o que pensamos. Nossa ideologia está expressa nas figuras e frases que curtimos e compartilhamos. Na contemporaneidade, somos todos fotógrafos de nossa intimidade, as imagens são reveladas instantaneamente para o mundo, enquanto aguardamos ansiosos e angustiados o número de curtidas e compartilhamentos que teremos, para assim

medirmos nosso grau de aceitação e popularidade dentro da aldeia global da qual fazemos parte.

O impacto das redes sociais da internet em nossas vidas e nossa comunidade é evidenciado nas mais diferentes ocasiões, contudo, as manifestações no Brasil apontaram possibilidades que pareciam distantes e, no entanto, não foi preciso tempo para amadurecer ou debater a necessidade de um protesto. O acontecimento que parecia ser mais um, a manifestação do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de transporte público, foi o suficiente para que em 24 horas milhares de pessoas estivessem nas ruas de São Paulo e depois do país afora, e não era apenas pelos 20 centavos, mas por toda a sorte de motivos que os protagonistas das redes sociais resolvessem lá compartilhar.

Assim, cabe a este trabalho corroborar com todos aqueles que já defenderam a ideia de que a internet alterou as relações humanas de maneira profunda e está imprimindo uma nova relação com a política, problemas sociais e, especialmente, uma nova maneira de atuação social e militância ideológica. Fomos capazes ao longo desta pesquisa de ilustrar tais acontecimentos no mundo e no Brasil, fatos antes inexistentes ou incipientes que ganharam espaço e visibilidade graças a esta nova forma de interação. Deixamos aqui, novos caminhos para o debate e entendimento das diversas realidades às quais estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W. e BRANCO, P. P. (orgs.) *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania., 2005, p.37-72.

ALLERBECK, K; ROSEMARY, L. *Introducción a la sociología de la juventud*. Buenos Aires: Kapelusz, 1979.

ARANGUREN, J.L. *La juventud europea y otros ensayos*. Barcelona: Seix Barral, 1961.

ARIÈS, P. *História Social da criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BABBIE, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: UFMG, 1999

_____. *The practice of social research*. 4th ed. Belmont, Wadsworth Publ., 1986.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988

_____, M. *Estética da criação verbal*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENJAMIN, C. *et al. A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BERTO, M.; GONÇALVES, E. *Diálogos on-line: As intersemioses do gênero Facebook*. 2011. Disponível em <HTTP://www.scielo.br>. Acesso em 22 de Julho de 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *Escritos de Educação*. Organização Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.) *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

CANETTI, E. *Massa e Poder*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

CANEVACCI, M. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CARDON, D. *A democracia Internet: Promessas e Limites*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARDOSO, F. H. e IANNI, O. (org.) *Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

CARR, N. *A geração superficial: o que a internet está fazendo com nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D.. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COHEN, Anthony. *The Symbolic construction of Community*. Routledge: Nova York, 1985.

COLEMAN, J.S. Social Capital and the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, n.94, p.95-120, 1988.

COOLEY, C. H. O significado da comunicação para a vida social. In: CARDOSO, F. H. e IANNI, O. (org.) *Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral*. (p. 168-179) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

CORAZZA, S. *Para uma filosofia do inferno na Educação: Nietzsche, Deleuze e outros malditos afins*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CORREA, L.M. *Entre apropriação e recusa: os significados da experiência escolar para os jovens da periferia urbana de São Bernardo do Campo (SP)*. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p.1105-1128, out. 2007. Disponível em <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>.

DEVEREUX, G. *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris, Flammarion, 1980.

DONATH, J. S. *Identity and Deception in the Virtual Community*. In: KOLLOCK Peter. e Marc Smith. (organizadores) *Communities in Cyberspace*. Routledge. New York, 1999.

DÖRING, N. Personal Home Pages on the Web: A review of research. *Journal of Computer. N. 7*, vol. 3, 2002. Disponível em: <[HTTP://jcmc.indiana.edu/vol7/issue3/doering.html](http://jcmc.indiana.edu/vol7/issue3/doering.html)> . Acesso em 22 jun de 2013.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico*. Lisboa, Vega, 1992.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos. Tradução Lourenço Filho, 1978.

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. [Entrevista biográfica por A. J Heerma van Voss e A. van Stolk]

ENGELS, F.; MARX, K. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ERCÍLIA, M. *A internet*. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

ERIKSON, E.H. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FEIXA-PAMPOLS, C. A construção histórica da Juventude. In: CACCIA-BAVA, A., FEIXA-PAMPOLS, C.; CANGAS, Y.. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras, 2004. p. 257-327.

FERRÉS, J. *Educar em una cultura del espectáculo*. Barcelona: Paidós, 2000.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FRAGOSO, S. *Just Like Me, but Better*. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u430366.shtml>. Acesso em 20/05/2013.

GIROUX, H. Jovens, diferença e educação pós-moderna. In: ASTELLS, M. (Org.) *Novas perspectivas críticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.63-85.

GIULIANO, L. *Gioventù e istituzioni nella Roma Antica*. Roma: Artística, 1979.

HALL, S. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KOCH, I. *O texto e a construção dos sentidos*. 6ª Ed. São Paulo : Contexto, 2002.

LAHIRE, B. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. Indivíduo e mistura de gêneros: dissonâncias culturais e distinção de si. *Sociologia, problemas e práticas*, nº56, 2008, p.11-36. Disponível em < www.scielo.br/pdf/dados/v50n4/v50n4a06.pdf > . Acesso em 28/04/2009.

LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2a ed., 2004.

LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LE ROY LAUDURIE, E. *Montaillou, village ocitan de 1294 à 1324*. Paris: Gallimard, 1975.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: O Futuro do Pensamento da Era da Informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. 7 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed 34, 1999.

MACHADO, A. *Regimes de Imersão e Modos de Agenciamento*. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2006.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba, PR: Criar Edições, 2007.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A.C (orgs.) *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 2ed. Rio de Janeiro: Lucerna. 2005.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 2 ed. São Paulo: Record, 2004, p. 57-86.

MAUAD, A.M. Através da Imagem: Fotografia e história interfaces. In: *Tempo*, Vol. 1, nº2, Rio de Janeiro, 1996. p.-73-98.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974. 2v.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo, Cultrix, 1974.

MEAD, M. *Adolescencia, sexo y cultura en Samoa*. Barcelona: Planeta, 1985.

MUZZETI, L.R. *Consenso ou conflito: Contribuições das teorias sociológicas de Émile Durkheim e de Pierre Bourdieu*. Boletim do Departamento de Didática, Araraquara, V. 15, p. 43-62, 1999.

MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 2 ed. São Paulo: Record, 2004, p. 57-86.

NOGUEIRA, C. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº78, 2002.

ORTEGA Y GASSET, J., *A rebelião das massas.*, Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano, 1962.

PARSONS, T.; SHILL, E. A interação social. In: CARDOSO, F.H e IANNI, O. (org.) *Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral*. (p. 125-127) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PAULA CARVALHO, J.C. de. *De Tatá Molambo au "sein poubelle"*. Paris, Masson, Centre National des Lettres, *Revue Sociétés (Sciences Humaines)*, n. 19, sept.1988.

PINSONEAULT, A.; KRAEMER, K. *Survey research in management information systems*. *Journal of Management Information System*, 1993. Disponível em <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1189674>> , acesso em 11 de maio de 2014.

PRIMO, A. *Interação Mediada por Computador: a comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional*. Tese de Doutorado. Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Informática na Educação em Março de 2003.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: The collapse and Revival of American Community*. New York: Simon e Schuster, 2000.

SANTOS, S. A.; RIZZOTTO, C.C. As novas mídias e manifestações de protesto: casos no Brasil e Egito. In: *Discursos Fotográficos*, Londrina, V.8, n.12, p.79-100, 2012.

RECUERO, R. *Redes sociais da internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RHEINGOLD, H. *Smart Mobs: The Next Social Revolution*. Basic Book, 2002. Disponível em <[HTTP://www.rheingold.com/featureindex.html](http://www.rheingold.com/featureindex.html)> . Acesso em 8/12/2012

RONSINI, V. M. *Mercadores de sentido: consumo de mídia e identidades juvenis*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROUSSEAU, J. *Emílio ou da Educação*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RUBY, Christian. *Introdução à Filosofia Política*. São Paulo: Unesp, 1998.

SEREN, L. *Gosto, Música e Juventude*. São Paulo: Annablume, 2011.

TAPSCOTT, D. *Growing Up Digital: The rise of the net generation*. New York: Mcgraw-Hill, 1998.

VELOSO, Thássius. Egípcios voltam a usar as mídias sociais. *Tchudo Notícias*, fev. 2011.

WATZLAWICK, P. BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da Comunicação Humana*. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

WELLMAN, B. An eletronic Group is Virtually a Social Network. In: KIESLER, S. (org.) *Culture of Internet*. (p.19-61) Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____, The Persistence and Transformation of Community: From Neighbourhood Groups to Social Networks. Report to the Law Comissiono of Canada, 2001. Disponível em <<http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF>> . Acesso em 07/7/2013.